

MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ

BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO
NO MUNICÍPIO DE
NITERÓI
2000-2011

EXPEDIENTE E CRÉDITOS

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS PETROBRAS

Wilson Guilherme Ramalho da Silva - Gerente Executivo do Abastecimento Programas Geral de Investimentos AB/PGI/Comperj
Valter Shimura - Gerente Geral de Implantação do Comperj
Aline Duarte Henriques - Profissional de Comunicação Social Pleno
Beatriz Andrade do Patrocínio - Administrador Júnior

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Roberto de Souza Salles - Professor Reitor da UFF
Regina Bienenstein - Profa. Dra. da Escola de Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos - NEPHU/UFF e Coordenadora do Projeto Preposta pela UFF
Edna Yokoo - Profa. Dra. do Instituto de Saúde da Comunidade da UFF
Eduardo Bulhões - Prof. Dr. do Instituto de Geociências da UFF
Jorge Nassim Vieira Najjar - Diretor e Prof. Dr. da Faculdade de Educação da UFF
Jorge Nogueira de Paiva Brito - Prof. Dr. da Faculdade de Economia da UFF

ONU-HABITAT

Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONU-HABITAT/ROLAC
Dr. Elkin Velásquez - Diretor do Escritório Regional
Dr. Alain Grimard - Oficial Principal
Msc. Rayne Ferretti - Coordenadora de Programas
Dr. Oscar Fernando Marmolejo Roldan - Coordenador do Projeto
Doutoranda Daniela Amaral - Assistente da Coordenação do Projeto
Msc. Gabriel Bayarri Toscano - Estagiário
Msc. Alexander Panéz Pinto - Estagiário

PESQUISA, ANÁLISE E DOCUMENTAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Faculdade de Economia
Prof. Dr. Jorge Nogueira de Paiva Britto, *Prof. Dr. Carlos E. Guanziroli*, *Prof. Dr. Daniel Ribe-*

ro, *Prof. Dr. Claudio Considera*, *Prof. Dr. Leonardo Mulls*, *Prof. Dr. Luciano Losekan*, *Prof. Dr. Marco Vargas*, *Prof. Dr. Alberto Di Sabba-*
to, *Prof. Dr. Fabio Stallivieri*, *Profa. Ludimilla Viana*, *Msc. Carolina Cabral*, *Fernanda Nogueira* e *Dr. Mauricio Vasconcellos* (Consultor Estatístico IBGE-ENCE).

Faculdade de Educação

Prof. Dr. Jorge Nassim Vieira Najjar, *Profa. Dra. Flávia Monteiro de Barros Araújo*, *Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento*, *Msc. Aline Javarini*, *Msc. Sheila do Nascimento Dasse*, *Alexandre Mendes Najjar*, *Derekson Rodrigues da Silva Dantas*, *Leonardo Dias da Fonseca* e *Márcia Marins*.

Instituto de Geociências

Prof. Dr. Guilherme Fernandez, *Prof. Dr. Eduardo M. R. Bulhões*, *Prof. Dr. Raul Vicens*, *Msc. Felipe Mendes Cronemberger*, *Msc. Lidice Cabral do Nascimento*, *Msc. Silvio Roberto de Oliveira Filho*, *Maria Luísa da Fonseca Pimenta*, *Mariana Silva Figueiredo*, *Pedro Ivo Bastos de Castro*, *Rômulo Weckmuller Vieira*, *Caio Luiz Muniz Monteiro do Amaral* e *Maria Angélica Rabello Quadros*.

Instituto de Saúde da Comunidade

Profa. Dra. Edna Massae Yokoo, *Profa. Dra. Hélia Kawa*, *Profa. Dra. Sandra Costa Fonseca*, *Dra. Andréa Sobral de Almeida*, *Dra. Ana Paula da Costa Resende*, *Msc. Márcia Lait Morse*, *Msc. Fábria Albernaz Massarani* e *Msc. Waldemir Paixão Vargas*.

Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos - NEPHU/UFF

Profa. Dra. Regina Bienenstein, *Profa. Msc. Eloísa Helena Barcelos Freire*, *Msc. Ana Luíza Toffano*, *Nathur Duarte Pereira Junior*, *Thyago Araújo*, *Natália Coelho de Oliveira*, *Nayana Corrêa Bonamichi*, *Julia Vilela Caminha*, *Raama Crevelande*, *Gabriel de Azevedo Franco*, *Tiago Cargini Gonçalves*, *Rafael Drumond*, *Rafaela Carvalho*, *Karinna de Aquino Paz*, *Felipe de Souza Gonçalves* e *Prof. Dr. Cássio Freitas Pereira de Almeida* (Consultor Estatístico IBGE-ENCE).

GERÊNCIA FINANCEIRA

Profa. Dra. Mirian Assunção de Souza Lepsch - Presidente da Fundação Euclides da Cunha (FEC)
Patrícia Marthins - Coordenação financeira pela UFF

PROJETO GRÁFICO

Instituto de Arte e Comunicação Social - IACS/UFF - Laboratório de Livre Criação
Profa. Dra. Rosa Benevento e *Msc. Joana Lima*

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

ONU-HABITAT/ROLAC
Oscar Fernando Marmolejo Roldan e *Daniela Amaral*

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Profa. Dra. Edna Massae Yokoo, *Prof. Dr. Eduardo Manoel Rosa Bulhões*, *Prof. Dr. Jorge Brito*, *Prof. Dr. Jorge Nassim Vieira Najjar* e *Profa. Dra. Regina Bienenstein*

EDITORA EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9 - anexo | sobreloja - Icarai | CEP 24220-900 Niterói, RJ - Brasil
(21) 2629-5287 - Telefax (21) 2629-5288
www.editora.uff.br | eduff@vm.uff.br

Reitor da UFF - Prof. Dr. Roberto de Souza Salles
Vice-Reitor da UFF - Prof. Dr. Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Prof. Dr. Antonio Claudio Lucas da Nóbrega
Pró-Reitor de Extensão - Prof. Dr. Wainer da Silveira e Silva
Diretor da EdUFF - Prof. Dr. Mauro Romero Leal Passos

Revisores:

Cinthia Paes Virginio - EdUFF
Icléia Freixinho - EdUFF
Maria das Graças C. L. L. Carvalho - EdUFF
Sônia de Oliveira Peçanha - EdUFF
Tatiane de Andrade Braga - EdUFF
Rozely Campello Barroco - EdUFF
Daniela Amaral - ONU-HABITAT/ROLAC

ISBN - 978-85-228-0923-3


AGRADECIMENTOS

Os responsáveis pelo projeto gostariam de agradecer a todas as instituições citadas neste documento pela gentil colaboração na elaboração deste boletim. Nosso reconhecimento pela inestimável contribuição neste projeto ao Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF); ao Diretor do Escritório Regional para América Latina e o Caribe (ONU-HABITAT/ROLAC); ao Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) e Prefeito do Município de Itaboraí, Sr. Helil Cardozo; ao Ex-Presidente do Conleste, Sr. Carlos Pereira; ao Diretor Executivo do Conleste, Sr. Álvaro Adolpho Tavares dos Santos; ao Fórum Comperj; à Fundação Euclides da Cunha (FEC); aos Srs. Erik Vittrup Christensen e Alain Grimard (Oficiais Principais da ONU-HABITAT/ROLAC), a Fabiana Araújo, João Meirelles, Gabirel Baiarri e Alexander Panéz (Estagiários da ONU-HABITAT/ROLAC); aos Prefeitos, Secretários, Subsecretários e Equipes Técnicas das Prefeituras Municipais; às Associações de Moradores, às Agendas 21 e à população dos onze municípios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) envolvidos neste projeto e localizados na área de influência do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - Comperj (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá).



**MONITORAMENTO DE INDICADORES
SOCIOECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DO
ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO
DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ**

**BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO
NO MUNICÍPIO DE
NITERÓI
2000-2011**



M744 Monitoramento de indicadores socioeconômicos nos municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro: COMPERJ: boletim eletrônico de acompanhamento no município de Niterói: 2000-2011 / ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. — Niterói: Editora da UFF, 2013.

1 CD-ROM (v. 1)
ISBN 978-85-228-0923-3

1. Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - Indicadores. I. ONU-HABITAT.
II. Universidade Federal Fluminense.

CDD 338.766

PREFÁCIO

O COMPERJ E O CONLESTE¹ – EXPECTATIVAS E DESAFIOS PARA OS ONZE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO LESTE FLUMINENSE

A iniciativa da Petrobras de investir na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) no município de Itaboraí trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, habitacional, ambiental, urbanística, de mobilidade, segurança, ordenamento territorial, educação e saúde em toda a região.

Nesse contexto, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - Conleste, surge como o instrumento capaz de viabilizar parcerias e alianças intermunicipais, a fim de propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, buscando minimizar os aspectos negativos e potencializar os aspectos positivos do Comperj. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável de 15 municípios da região leste fluminense, a saber: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis.

Em 11 municípios² do Conleste, que estão na região de influência do Comperj, garantir impactos positivos do empreendimento pode contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), sendo necessário implementar ações relativas a políticas públicas de caráter local e regional, definidas a partir de uma agenda integrada.

A PETROBRAS E O PACTO GLOBAL DA ONU

Em sua trajetória, a Petrobras destaca-se como pioneira ao aderir aos princípios do Pacto Global da ONU e assumir compromissos para que os Objetivos e as Metas do Milênio orientem sua política de responsabilidade social e empresarial. Nesse sentido, a partir do anúncio da implantação do Comperj em Itaboraí, a Petrobras desenvolve um projeto pioneiro no mundo: o monitoramento dos indicadores socioeconômicos (ODMs) dos 11 mu-



nicipios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Este projeto é uma parceria da Petrobras com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT).

O PROJETO DE MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO COMPERJ

O projeto tem como objetivo monitorar a evolução dos indicadores socioeconômicos e ambientais da região do Comperj e construir um banco de dados georreferenciado a partir dessas informações. Os Objetivos, as Metas e os Indicadores do Milênio constituem-se como elementos norteadores deste projeto e como referências para os governos locais no planejamento de suas políticas públicas, de modo que permitam inserir a região do Conleste em um processo de desenvolvimento sustentável.

O projeto já está na segunda fase (2011-2013). Na primeira fase (2007-2010) foi realizado um processo participativo com diversos atores da região do Conleste a fim de adaptar os Objetivos, os Indicadores e as Metas do Milênio. Esse processo culminou com o estabelecimento de 8 Objetivos, 23 Metas e 60 Indicadores. Considerando-se que o ODM 8 não se aplicava ao escopo do projeto, foi elaborado um Objetivo adicional, o ODM 9, enunciado como se segue: "Acelerar o Processo de Desenvolvimento Local com Redução de Desigualdades na Região de Influência do Comperj".

A adaptação dos Objetivos e dos Indicadores do Milênio foi validada entre as equipes da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da ONU-HABITAT, com a participação de gestores locais do Conleste. A UFF participou nesse processo com especialistas da Faculdade de Economia, da Faculdade de Educação, do Instituto de Geociências, do Instituto de Saúde da Comunidade, da Escola de Arquitetura e Urbanismo e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU). O processo de adaptação de indicadores norteou-se pelos seguintes critérios:

¹ O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense – Conleste surge inicialmente com uma conformação de 11 municípios (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá). Atualmente se integram ao Conleste 15 municípios (incluídos recentemente os municípios de Araruama, Nova Friburgo, Saquarema e Teresópolis).

² Os 11 municípios localizados no entorno do Comperj são aqui neste boletim denominados como Municípios Influenciados pelo Comperj (MIC).

• Manutenção ou aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU;

• Seleção de indicadores diretamente relacionados e sensíveis à Meta;

• Seleção de indicadores passíveis de atualização periódica e com série histórica disponível a partir de 1990;

• Utilização de bases de dados e metodologias consolidadas.

O princípio norteador do projeto é o direito pleno à cidade, que pressupõe a erradicação da pobreza e a melhoria geral das condições de vida dos habitantes dos municípios do Conleste, em consonância com os ODMs e com os princípios do Pacto Global da ONU.

Entre os indicadores do Milênio monitorados no contexto desse projeto, vale destacar a evolução das cadeias produtivas instaladas na região, o fluxo de matrícula escolar das redes públicas de ensino, indicadores de saúde materna, de mortalidade infantil, de doenças de maior incidência e de violência, a evolução dos assentamentos precários, do uso e ocupação do solo, das condições de saneamento ambiental e das áreas de preservação ambiental.

Esta publicação tem como objetivo principal apresentar as informações e os resultados das análises realizadas sobre cada Município da Área de Influência do Comperj, no período compreendido entre 2000 e 2011. Como objetivo específico, busca-se subsidiar os gestores locais e a sociedade civil em geral com a inédita e complexa pesquisa realizada para a região, cujo propósito é identificar e compreender as alterações em curso a partir da implantação do Comperj e, desta maneira, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e do processo de planejamento.

A pesquisa abrange o monitoramento de 24 metas e 62 indicadores baseados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para 11 dos 15 municípios que hoje integram o Conleste. Portanto, tem como público alvo os gestores públicos, a sociedade civil, instituições de ensino e de pesquisa e demais técnicos e estudiosos interessados no tema.

Este Boletim reúne a análise relativa à parte das Metas estabelecidas para serem alcançadas até o ano de 2012 e

indicadores tratados na pesquisa. Dentre os 62 indicadores estudados, aqui são abordados os seguintes:

• Distribuição de domicílios abaixo da linha da pobreza;

• Taxa de matrícula escolar líquida dos ensinos fundamental e médio;

• Taxas de distorção idade/série e idade/conclusão nos ensinos fundamental e médio;

• Taxas de gênero na matrícula e conclusão dos ensinos fundamental e médio;

• Taxa de matrícula no ensino técnico de nível médio;

• Participação feminina no mercado de trabalho;

• Diferencial de remuneração por gênero;

• Taxa de mortalidade infantil;

• Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de 5 anos de idade;

• Mortalidade materna;

• Proporção de tipos de partos assistidos por profissionais de saúde;

• Taxa de incidência de tuberculose;

• Proporção de áreas cobertas por florestas;

• Proporção de áreas protegidas em unidades de conservação;

• Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a rede de água e esgoto oficial;

• Percentual de área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos;

• Percentual de área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana dos municípios;

• Percentual de domicílios em assentamentos precários em relação ao total de domicílios urbanos dos municípios;

• Percentual de assentamentos precários regularizados em relação ao total de assentamentos precários dos municípios;

• Percentual de assentamentos precários urbanizados em relação ao total de assentamentos precários dos municípios;

• Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais por famílias com renda até 6 salário mínimos, em relação ao total de domicílios existentes em assentamentos precários nos municípios.

PREFACE

COMPERJ AND CONLESTE³: EXPECTATIONS AND CHALLENGES OF THE ELEVEN MUNICIPALITIES OF RIO DE JANEIRO'S EAST REGION

The Petrobras initiative to invest in the implementation of the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro (Comperj) in the city of Itaboraí is expected to change significantly many aspects of the region, related to its economy, population, housing infrastructure, environment, urban mobility, public safety, education and public health.

In this context, the Intermunicipal Consortium for the Development of the East Fluminense Region – Conleste, was established as a mechanism for regional partnerships and alliances. Conleste aims to solve, in an integrated manner, problems that are common to the 11 municipalities, hence minimizing the negative impacts of the Comperj in the region, and maximizing its positive effects. The Consortium performs a central role in integrating and establishing public policies oriented towards the promotion of sustainable development in the 15 municipalities of the east region of the State of Rio de Janeiro: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá and Teresópolis.

In the 11 municipalities⁴ of the Conleste, that are part of the region of influence of Comperj, to ensure positive impacts of the project means to contribute to the achievement of the Millennium Development Goals (MDGs), being necessary the implementation of actions related to local and regional policies, which are defined by an integrated agenda.

PETROBRAS AND UN'S GLOBAL COMPACT

Historically, Petrobras has emerged as a pioneer in adhering to UN's Global Compact international principles and commitments, adopting the Millennium Development Goals as a central reference point for their corporate social responsibility agenda. From the announ-



³ The Intermunicipal Consortium for the Development of the East Fluminense Region – Conleste, firstly emerged as a joint effort of 11 municipalities (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá) and is currently integrated by 15 municipalities (4 other municipalities joined the consortium at a later moment: Araruama, Nova Friburgo, Saquarema and Teresópolis).

⁴ The 11 municipalities surrounding Comperj are here in this bulletin denominated Municipalities influenced by Comperj (MIC).

cement of the Comperj in Itaboraí, Petrobras sensed the need to develop an innovative project: monitoring of the socioeconomic impacts, based on the MDGs, caused by the industrial activity in the region surrounding the Comperj. This project is conducted in partnership with the United Nations Program for Human Settlements (UN-HABITAT) and the Universidade Federal Fluminense (UFF).

MONITORING OF THE SOCIOECONOMIC INDICATORS IN THE SURROUNDING MUNICIPALITIES OF THE COMPERJ

The Project aims to monitor the evolution of socioeconomic and environmental indicators in Comperj's surrounding region and, to develop a geo-referenced database from this indicators. The monitoring of the Millennium indicators shall act as a reference for local governments in the planning of their public policies, promoting the sustainable development of the region.

The project is already in its second phase (2011-2012). During the first phase (2007-2010) a participative process took place involving the most relevant actors of the region of Conleste, in order to adapt the Millennium Goals, Indicators and Targets to the local reality. This process has resulted in the establishment of 8 Goals, 23 Targets and 60 Indicators. Considering that the MDG 8 did not apply to the scope of the Project, an additional Goal was established: "MDG 9 – Acceleration of the Process of Local Development with Reduction of Inequalities in the Region of Comperj".

The adaptation of the Millennium Goals and Indicators to the local reality was validated by the UN-HABITAT team and the Universidade Federal Fluminense (UFF), as well as by local authorities of Conleste. UFF has contributed to this process with experts from the following fields: Faculty of Economy, Faculty of Education, Institute of Geosciences, Institute of Community Health, School of Architecture and Urbanism and the Center of Urban and Housing Research and Design (NEPHU). The adaptation process was oriented by the following criteria:

- Maintenance or closest approximation to the indicators suggested by the UN;
- Selection of indicators directly related to the target (Sensible to required changes);
- Selection of indicators which may be periodically updated, with data available from 1990;
- Use of well-established databases and methodologies.

The key principle of this project is to guarantee the right to the city to its inhabitants, which presupposes the eradication of poverty and the overall improvement of life quality in the region, according to the MDGs and the principles of UN's Global Compact.

Among the Millennium Indicators monitored in this project, it is worth to highlight the following: the evolution of local economic clusters, flows of students in public schools, maternal health, incidence of child mortality, high prevalence diseases, urban violence, as well as the monitoring of low-income settlements, land-use and zoning, environmental sanitation and areas of environmental protection.

This publication's main objective is to present information and results of analyzes performed on each municipality in the Area of Influence Comperj in the period comprehended between 2000 and 2011. The specific objective is to subsidize local managers and civil society in general, using the unprecedented and complex research of the region, the purpose is to identify and understand the changes ongoing since the implementation of Comperj and thus contribute to the improvement of public policy and planning process.

The research covers the monitoring of 24 targets and 62 indicators based on the Millennium Development Goals for 11 of the 15 municipalities that integrates Conleste nowadays. Therefore, it has as target the managers, civil society, educational institutions and other technicians and scholars interested in the subject.

This newsletter brings together the analysis on the part of the Goals set to be achieved by the year 2012 and agreed in the survey indicators. Among the 62 indicators analyzed, the following were discussed:

- Households below the poverty line distribution;
- Educational rates of age / grade and age / completion in primary and middle term;
- Rates of gender in enrollment and completion of primary and secondary education;
- Enrollment rates in technical schools;
- Female participation in the labor market;
- Gender pay gap;
- Infant mortality rate;
- Proportion of admissions due to respiratory diseases in children under 5 years old;
- Maternal mortality;
- Proportion of types of deliveries assisted by health professionals;
- Tuberculosis case incidence rates;
- Proportion of areas covered by forests;
- Proportion of protected areas inside conservation units;
- Percentage of individual households with access to official urban water supply and sanitation;
- Percentage of urban area with access to solid waste collection;
- Percentage of area occupied by slums in the urban area of the municipalities;
- Percentage of households in slums in relation to the total urban households in the municipalities;
- Percentage of slums regularized in relation to total slums in the cities;
- Percentage of slums urbanized in relation to total slums in the cities;
- Percentage of regular housing produced through official programs for families with incomes up to 6 minimum wage in relation to total households in slums in the cities;

SUMÁRIO

ODM 1 ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME	11
ODM 2 UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL.....	14
ODM 3 PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES.....	21
ODM 4 REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA.....	24
ODM 5 MELHORAR A SAÚDE MATERNA	27
ODM 6 COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS	30
ODM 7 GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	34
ODM 9 ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO COMPERJ.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

NOTA SOBRE O PROJETO GRÁFICO

Os coletivos humanos tendem a se organizar em torno de necessidades pontuais e efêmeras, o que torna o fenômeno urbano algo múltiplo, complexo e polifônico. O projeto gráfico elaborado procura reproduzir essa multiplicidade, que é a vida fervilhante dos coletivos, nas pinceladas irregulares e cheias de textura. Enquanto isso, aponta, nos quadrados transparentes e coloridos, para a disciplina do estudo presente, que procura, por meio de objetivos e indicadores, descobrir e ordenar padrões que norteiem o crescimento sustentável dos municípios estudados.

Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento
Laboratório de Livre Criação
Instituto de Arte e Comunicação Social - UFF

**1****ACABAR COM A FOME
E A MISÉRIA**

ODM1

ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Jorge Nogueira de Paiva Britto¹; Carlos E. Guanziroli²; Daniel Ribeiro³; Claudio Considera⁴; Leonardo Mulls⁵; Luciano Losekan⁶; Marco Vargas⁷; Alberto Di Sabbato⁸

META 1A Reduzir a um quarto, entre 2000 e 2012, a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal, na região dos MIC.

Indicadores:

- Participação dos 20% mais pobres da população na renda dos municípios
- Distribuição das pessoas abaixo da linha da pobreza (entre os 10% mais pobres e os 1% mais ricos)

¹ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

² Professor Associado IV da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

⁴ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

⁵ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

⁶ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

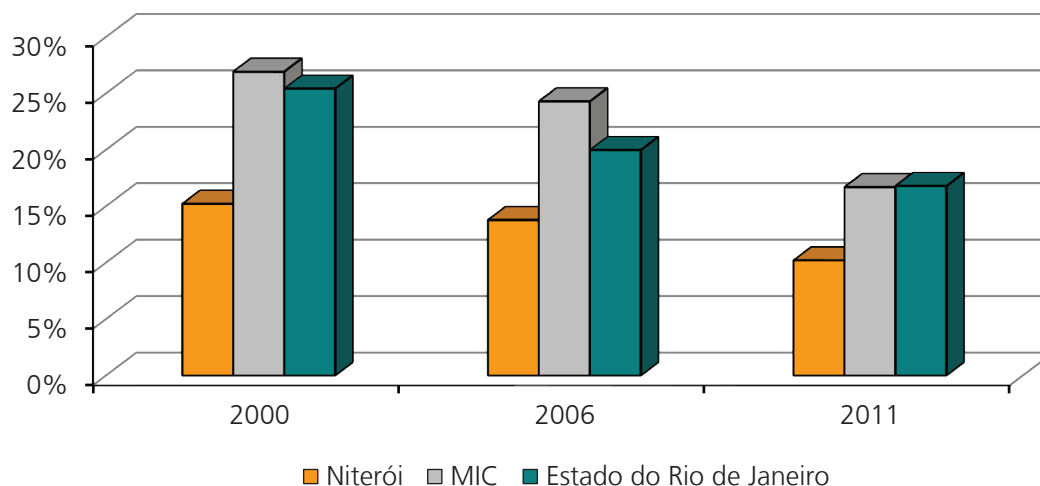
⁷ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

⁸ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

O ODM 1, cujo objetivo é erradicar a extrema pobreza e a fome, tem como meta principal reduzir a um quarto, entre 2000 e 2012, a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal. Neste sentido, os indicadores abaixo ganham especial relevância por quantificar o nível de pobreza (linha de pobreza – LP⁹) e qualificá-lo mediante a análise da concentração de renda (relação entre a renda *per capita* do 1% mais rico e dos 20% mais pobres). Diante disso, observa-se que o município de Niterói apresentou durante o período de 2000 a 2011 uma proporção de domicílios abaixo da linha de pobreza menor do que a média do conjunto dos municípios influenciados pelo Comperj (MIC) e o Estado do Rio de Janeiro. Em relação aos demais municípios estudados (região dos MIC), Niterói permaneceu na primeira posição em termos de menor nível de pobreza domiciliar entre

2000 e 2011 (de 15,2% para 10,2%, respectivamente), o que significa uma queda de cinco pontos percentuais no parâmetro de renda dos domicílios abaixo da linha de pobreza. Quando analisamos, para o ano de 2011, o percentual de pessoas existentes nos domicílios classificados com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza (que equivale a 11,5% da população), verifica-se que o município de Niterói alcançou a meta de reduzir a pobreza de forma que a mesma não supere os 25% do total da população.

Domicílios abaixo da linha de pobreza (LP) segundo a renda *per capita* das famílias em 2000, 2006 e 2011*



*Para 2000, os dados são do Censo 2000. Entre 2001 e 2009 os dados são do Censo 2000, extrapolados/estimados a partir das informações da Pnad (de cada ano). Em 2010, os dados são do Censo 2010. Já em 2011, os dados são do Censo 2010, atualizados/estimados com base nas informações da Pnad para este ano.

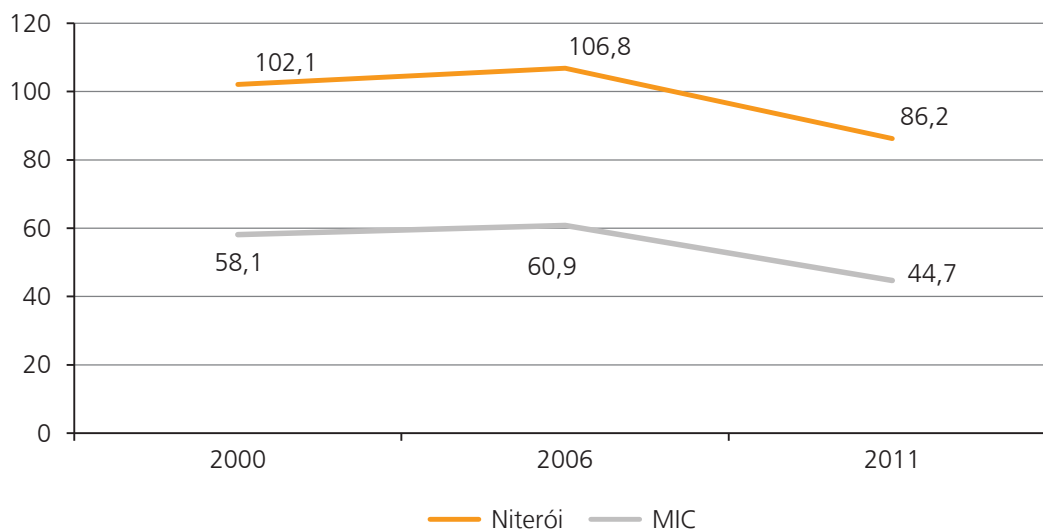
Fonte: IBGE (Pnad, Censo 2000 e 2010).

9 Empregamos neste estudo as linhas de pobreza para o Estado do Rio de Janeiro fornecidas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que apesar de apresentarem certa discrepância em relação ao parâmetro estipulado pela meta (meio salário mínimo mensal) se mostraram mais adequadas à realidade da região (para maiores detalhes, ver produto 1A-3/ODM 1).

Com o intuito de qualificar a distribuição de renda no município de Niterói, analisa-se a relação entre a renda *per capita* do 1% mais rico e dos 20% mais pobres. Este indicador tem por objetivo demonstrar quantas vezes a renda *per capita* do estrato de renda mais rico (1% mais rico) é maior do que a renda *per capita* do estrato de renda mais pobre (20% mais pobres). Diante disso, nota-se que o município de Niterói registrou uma queda no grau de concentração de renda entre os anos de 2000 e 2011, embora tenha sido registrado um aumento neste indicador no período 2000-2006. Em comparação com o conjunto de localidades que compõem a região dos MIC, Niterói demonstra uma situação de menor equidade no que diz respeito à distribuição de renda entre os estratos analisados. Com isso, em 2011, Niterói ficou na 11ª posição em termos de menor grau de concentração de renda, com o in-

dicador sugerindo que um indivíduo pertencente ao estrato do 1% mais rico possui uma renda 86,2 vezes maior do que a renda de um indivíduo integrante do estrato dos 20% mais pobres.

Relação entre a renda *per capita* do 1% mais rico e dos 20% mais pobres em 2000, 2006 e 2011*



*Para 2000, os dados são do Censo 2000. Entre 2001 e 2009 os dados são do Censo 2000, extrapolados/estimados a partir das informações da Pnad (de cada ano). Em 2010, os dados são do Censo 2010. Já em 2011, os dados são do Censo 2010, atualizados/estimados com base nas informações da Pnad para este ano.

Fonte: IBGE (Pnad, Censo 2000 e 2010).

**2**

**EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS**

ODM2

UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Jorge Nassim Vieira Najjar¹⁰; Crisóstomo Lima do Nascimento¹¹; Aline Javarini¹²

META 3A Garantir que, até 2012, as crianças de toda a região dos MIC, independentemente de cor/raça e sexo, concluam o ensino fundamental.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Fundamental
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Fundamental
- Taxa de gênero nas matrículas do Ensino Fundamental
- Taxa de gênero dos concluintes do Ensino Fundamental

META 3B Garantir a ampliação da cobertura no Ensino Médio, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Médio
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Médio
- Taxa de gênero nas matrículas do Ensino Médio
- Taxa de gênero dos concluintes do Ensino Médio

META 3C Garantir a ampliação da cobertura na educação técnica profissional, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de matrícula do Ensino Técnico de nível médio, por dependência administrativa
- Taxa de matrícula do Ensino Técnico de nível médio por matrícula do ensino médio
- Taxa de matrícula escolar da educação profissional, segundo o eixo tecnológico, nos cursos técnico-profissionais de nível médio e nos cursos profissionais do Senai e do Senac
- Taxa de matrícula dos cursos do Centro de Integração do Comperj, segundo área profissional

¹⁰ Doutor em Educação. Professor Associado da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹¹ Doutor em Educação. Mestre em psicologia. Professor associado da Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹² Mestre em Estudos da Linguagem, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino, nos MIC, 2011

Município	Total de Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos	Indicador
Cachoeiras de Macacu	1.792	7.255	24,70%
Casimiro de Abreu	1.593	5.323	29,93%
Guapimirim	1.898	6.310	30,08%
Itaboraí	10.582	32.621	32,44%
Magé	12.429	35.453	35,06%
Maricá	4.782	14.763	32,39%
Niterói	19.534	52.326	37,33%
Rio Bonito	2.332	7.635	30,54%
São Gonçalo	35.962	98.129	36,65%
Silva Jardim	663	3.107	21,34%
Tanguá	1.062	3.949	26,89%
MIC	92.629	266.871	34,71%
Rio de Janeiro	643.396	1.952.852	32,95%

Fonte: Inep.

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino, Niterói, 2011

Ano de Escolaridade	Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos com Determinada Idade	Indicador
1ª (6 anos)	1.848	1.884	98,09%
2ª (7 anos)	2.080	5.132	40,53%
3ª (8 anos)	2.058	5.415	38,01%
4ª (9 anos)	2.117	5.652	37,46%
5ª (10 anos)	2.246	5.932	37,86%
6ª (11 anos)	2.466	6.750	36,53%
7ª (12 anos)	2.332	7.071	32,98%
8ª (13 anos)	2.183	7.091	30,79%
9ª (14 anos)	2.204	7.399	29,79%
Total de Alunos	19.534	52.326	37,33%

Fonte: INEP.

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino, MIC, 2011

Ano de Escolaridade	Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos com Determinada Idade	Indicador
1ª (6 anos)	9.926	10.106	98,22%
2ª (7 anos)	10.572	25.930	40,77%
3ª (8 anos)	9.596	28.089	34,16%
4ª (9 anos)	10.078	28.985	34,77%
5ª (10 anos)	10.443	30.510	34,23%
6ª (11 anos)	11.505	34.125	33,71%
7ª (12 anos)	11.079	36.903	30,02%
8ª (13 anos)	9.950	35.485	28,04%
9ª (14 anos)	9.480	36.738	25,80%
Total de Alunos	92.629	266.871	34,71%

Fonte: INEP.

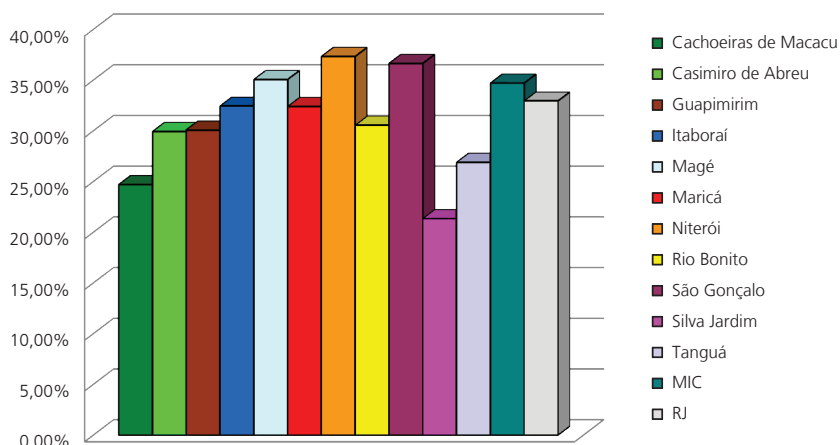
A história de capital do Estado do Rio de Janeiro até o ano de 1975 pode, em parte, nos permitir compreender determinadas taxas de destaque deste município dentro do quadro geral dos constituintes dos MIC. Inevitavelmente, seu PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima da média acabam interferindo positivamente nos indicadores aqui pesquisados. Isso faz com que, em termos dos indicadores educacionais, Niterói apresente a melhor situação entre os municípios pesquisados. É digno de nota, também, a história pioneira deste município frente à formação de professores, pois é nele que, em 4 de abril de 1835, é criada a primeira Escola Normal do Brasil, visando à formação de professores para a instrução primária (hoje denominada Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho – IEPIC). É nele também que, em 1961, é criada a primeira universidade do então Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, posteriormente renomeada como Universidade Federal Fluminense, que também tem grande participação na formação de professores para a Educação Básica.

O lugar de destaque, entretanto, do município de Niterói dentro do escopo geral dos municípios pesquisados não deve eximir seus gestores das significativas questões que ainda assolam a educação local e que precisam ser objetos de políticas focais com vistas ao atingimento das metas decorrentes dos Objetivos do Milênio. Os dados e análises apresentados nesta pesquisa visam ajudar os gestores locais a instrumentalizá-los para que gestem políticas capazes de minimizar ou aniquilar os problemas em sua rede de atuação.

Neste boletim, abordaremos os seguintes indicadores: Taxa de Matrícula Escolar Líquida dos Ensinos Fundamental e Médio; Taxas de Distorção Idade/Série e Idade/ Conclusão nos Ensinos Fundamental e Médio; Taxas de Gênero na Matrícula e Conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio e Taxa de Matrícula no Ensino Técnico de Nível Médio.

Os indicadores relativos à matrícula líquida e bruta já apresentam questões que devem ter a atenção dos gestores. Quanto, por exemplo, à matrícula

Taxa de matrícula líquida – Ensino fundamental, 2011



Fonte: INEP.

Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Total de Alunos na Idade Recomendada	Total de Alunos	Indicador
Cachoeiras de Macacu	368	1.100	33,45%
Casimiro de Abreu	419	1.114	37,61%
Guapimirim	361	811	44,51%
Itaboraí	1.861	4.272	43,56%
Magé	2.758	6.073	45,41%
Maricá	1.128	2.507	44,99%
Niterói	6.514	13.793	47,23%
Rio Bonito	593	1316	45,06%
São Gonçalo	7.469	15.968	46,77%
Silva Jardim	94	293	32,08%
Tanguá	120	349	34,38%
MIC	21.685	47.596	45,56%
Rio de Janeiro	142.631	347.131	41,09%

Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental nos MIC e no estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Alunos com idade acima da recomendada	Total de Alunos Matriculados	Indicador
Cachoeiras de Macacu	3.052	8.736	34,94%
Casimiro de Abreu	1.481	6.120	24,20%
Guapimirim	2.569	7.371	34,85%
Itaboraí	13.103	38.075	34,41%
Magé	14.255	41.531	34,32%
Maricá	5.465	17.464	31,29%
Niterói	14.885	61.147	24,34%
Rio Bonito	3.131	9.141	34,25%
São Gonçalo	34.953	114.726	30,47%
Silva Jardim	1424	3624	39,29%
Tanguá	2.011	4.830	41,64%
MIC	95.519	312.765	30,54%
Rio de Janeiro	628.912	2.277.460	27,61%

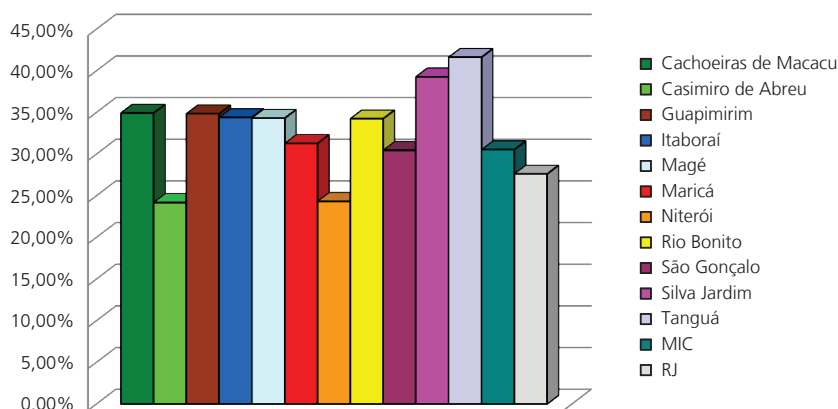
Fonte: Inep.

líquida no ensino fundamental, Niterói apresenta uma taxa, em 2011, de 37,33%, superior em mais de dois pontos percentuais à taxa de 2009, que era de 35,15%. Uma interpretação possível é positiva, pois a taxa dessa matrícula, em Niterói, não só é maior do que a média dos Municípios de Influência do Comperj (os MIC tiveram taxa de 34,71% em 2011) como também dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (32,95% em 2011).

Apesar disso, se tivermos em mente que a taxa de matrícula líquida ideal é de 100%, veremos que muito ainda precisa ser feito, principalmente na correção do fluxo escolar, pois esta taxa relaciona os alunos que cursam um determinado ano de escolaridade com a idade considerada adequada a ele com o total de alunos matriculados com aquela idade. Tais questões ficam mais evidentes quando observamos que as piores taxas no ensino fundamental localizam-se no 8º e 9º anos de escolaridade, tanto em Niterói quanto na média dos municípios do MIC e do Estado do Rio de Janeiro.

Quando passamos ao nível do ensino médio, apesar de a taxa de matrícula líquida ser mais elevada (em Niterói é de 47,23%), o mesmo alerta pode ser feito, em função da distância da taxa apresentada em relação à taxa de matrícula líquida ideal de 100%.

Taxa de distorção idade/série – Ensino fundamental, 2011



Fonte: INEP.

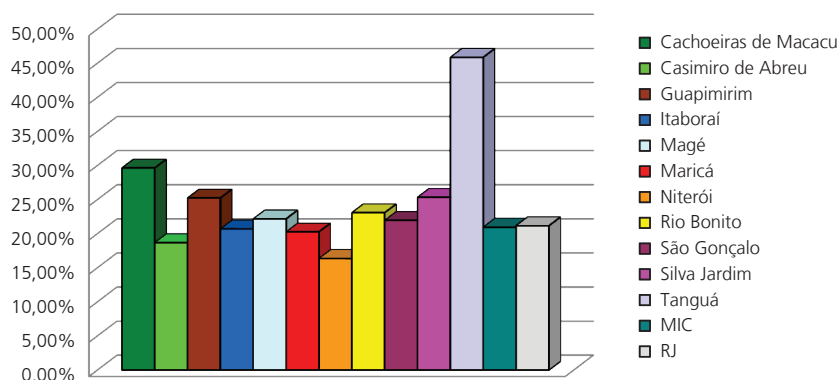
No que diz respeito às taxas de distorção pesquisadas (idade/série e idade/conclusão), elas reforçam a necessidade de uma maior preocupação com o fluxo escolar. A distorção, que idealmente deveria ser inexistente (0%) apresenta uma taxa de distorção idade/série, no ensino fundamental, em 2011, de 24,34% e uma taxa de distorção idade/conclusão de 16,38% para este mesmo ano. Tais valores representam, respectivamente, o total de alunos com idade superior à vista como ideal à série que está cursando e o total de alunos que concluem o ensino fundamental também em idade superior à vista como ideal. São números significativos e preocupantes, embora sejam inferiores aos apresentados pelos MIC (30,54% de distorção idade/série e 20,97% de distorção idade/conclusão, em 2011) e pelo Estado do Rio de Janeiro (27,61% de distorção idade/série e 21,18% de distorção idade/conclusão, em 2011).

Taxa distorção idade/conclusão, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Alunos Concluintes com Mais de 15 Anos	Total de Alunos Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	94	317	29,65%
Casimiro de Abreu	75	401	18,70%
Guapimirim	99	392	25,26%
Itaboraí	388	1.873	20,72%
Magé	507	2.285	22,19%
Maricá	171	843	20,28%
Niterói	569	3.474	16,38%
Rio Bonito	112	485	23,09%
São Gonçalo	1.138	5.179	21,97%
Silva Jardim	18	71	25,35%
Tanguá	78	170	45,88%
MIC	3.249	15.490	20,97%
Rio de Janeiro	27.877	131.639	21,18%

Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/conclusão – Ensino fundamental, 2011



Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/série no ensino fundamental, Niterói, 2011

Ano de Escolaridade	Alunos com idade acima da recomendada	Total de Alunos Matriculados	Indicador
1ª Ano	574	5.430	10,57%
2ª Ano	687	5.753	11,94%
3ª Ano	1.350	6.391	21,12%
4ª Ano	1.126	6.040	18,64%
5ª Ano	1.966	7.475	26,30%
6ª Ano	2.602	8.295	31,37%
7ª Ano	2.788	8.146	34,23%
8ª Ano	2.012	6.964	28,89%
9ª Ano	1.780	6.653	26,75%
Total de Alunos	14.885	61.147	24,34%

Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/série no ensino médio, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Alunos com Idade Acima da Recomendada	Total de Alunos Matriculados	Indicador
Cachoeiras de Macacu	937	2.001	46,83%
Casimiro de Abreu	917	2.019	45,42%
Guapimirim	662	1.468	45,10%
Itaboraí	3.230	7.607	42,46%
Magé	3.997	9.821	40,70%
Maricá	1.560	4.192	37,21%
Niterói	6.181	20.472	30,19%
Rio Bonito	812	2.246	36,15%
São Gonçalo	9.164	25.450	36,01%
Silva Jardim	240	539	44,53%
Tanguá	228	581	39,24%
MIC	27.726	76.393	36,29%
Rio de Janeiro	237.192	590.465	40,17%

Fonte: Inep.

Taxa de distorção idade/conclusão no ensino médio, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Alunos Concluintes com Mais de 18 Anos	Total de Alunos Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	208	422	49,29%
Casimiro de Abreu	154	379	40,63%
Guapimirim	89	239	37,24%
Itaboraí	564	1.467	38,45%
Magé	515	1.566	32,89%
Maricá	254	864	29,40%
Niterói	683	3.359	20,33%
Rio Bonito	175	474	36,92%
São Gonçalo	1.473	4.772	30,87%
Silva Jardim	32	82	39,02%
Tanguá	31	108	28,70%
MIC	4.178	13.732	30,43%
Rio de Janeiro	34.801	104.121	33,42%

Fonte: Inep.

Vale a pena observar que Niterói, tal como todos os municípios pesquisados, no ano de 2011, apresenta taxas de distorção elevadas no 6º ano de escolaridade do ensino fundamental, o que acaba provocando um gargalo no fluxo escolar. Isso se deve ao fato de que este é o primeiro ano do 2º segmento do ensino fundamental, no qual as crianças se deparam, normalmente, com novas disciplinas e com uma nova forma de organização do trabalho pedagógico (um número maior de professores, por exemplo). Dessas mudanças têm derivado altos níveis de reprovação. Cabe apontar, nesse sentido, que no geral o segundo segmento do ensino fundamental (que vai do sexto ao nono ano) apresenta uma distorção maior do que a do primeiro segmento.

Já no ensino médio as taxas de distorção são ainda maiores. No ano de 2011, Niterói apresentou, para esta etapa de ensino, taxa de distorção idade/série de 30,19% e de idade/conclusão de 20,33%. Nos MIC a taxa de distorção idade/série era de 36,29% e de idade/conclusão de 30,43% e o Estado do Rio de Janeiro apresentou taxa de distorção idade/série de 40,17% e de idade/conclusão de 33,42%. Apesar de, nesta etapa, serem em geral altas, deve-se destacar que as taxas dos MIC e do Rio de Janeiro são bem superiores às do município de Niterói, o mantendo em uma situação de constante destaque no quadro geral, apesar de elas ainda serem preocupantes e merecedoras de intervenção mediante políticas públicas eficazes.

Taxa de gênero nas matrículas do ensino fundamental, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Homens matriculados	Mulheres Matriculadas	Indicador
Cachoeiras de Macacu	4.457	4.279	104,16%
Casimiro de Abreu	3.088	3.032	101,85%
Guapimirim	3.800	3.571	106,41%
Itaboraí	19.442	18.633	104,34%
Magé	21.261	20.270	104,89%
Maricá	9.107	8.357	108,97%
Niterói	31.174	29.973	104,01%
Rio Bonito	4.594	4.547	101,03%
São Gonçalo	58.191	56.535	102,93%
Silva Jardim	1.848	1.776	104,05%
Tanguá	2.425	2.405	100,83%
MIC	159.387	153.378	103,92%
Rio de Janeiro	1.166.508	1.110.953	105,00%

Fonte: Inep.

Taxa de gênero dos concluintes do ensino fundamental, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Homens Concluintes	Mulheres Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	131	186	70,43%
Casimiro de Abreu	174	227	76,65%
Guapimirim	164	228	71,93%
Itaboraí	805	1.068	75,37%
Magé	981	1304	75,23%
Maricá	390	453	86,09%
Niterói	1.641	1.833	89,53%
Rio Bonito	218	267	81,65%
São Gonçalo	2.317	2.862	80,96%
Silva Jardim	20	51	39,22%
Tanguá	66	104	63,46%
MIC	6.907	8.583	80,47%
Rio de Janeiro	59.642	71.997	82,84%

Fonte: Inep.

Taxa de gênero dos concluintes do ensino médio, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Municípios	Homens Concluintes	Mulheres Concluintes	Indicador
Cachoeiras de Macacu	143	279	51,25%
Casimiro de Abreu	134	245	54,69%
Guapimirim	97	142	68,31%
Itaboraí	497	970	51,24%
Magé	568	998	56,91%
Maricá	348	516	67,44%
Niterói	1.448	1.911	75,77%
Rio Bonito	186	288	64,58%
São Gonçalo	1.691	3.081	54,88%
Silva Jardim	28	53	52,83%
Tanguá	41	67	61,19%
MIC	5.181	8.550	60,60%
Rio de Janeiro	41.148	62.973	65,34%

Fonte: Inep.

Quanto às taxas de gênero, ao analisarmos de forma conjunta tanto as referentes ao ensino fundamental quanto as relativas ao ensino médio, entre os alunos matriculados e os concluintes, podemos identificar um claro processo de exclusão dos jovens do sexo masculino da escolarização (não do acesso à escola, mas da possibilidade de nela permanecer e concluir com êxito as etapas de ensino). Nos MIC e nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em geral, enquanto as matrículas no ensino fundamental mostram a presença de um número de meninos um pouco maior do que de meninas, os concluintes desta etapa de ensino são majoritariamente do sexo feminino.

Em Niterói, a taxa de gênero dos matriculados no ensino fundamental, em 2011, foi de 104,01%, enquanto a dos concluintes desta etapa de ensino é de 89,53%. Já no ensino médio, a taxa entre os matriculados foi de 85,47% e entre os concluintes de 75,77%. Note-se que as taxas acima de 100% correspondem a uma preponderância de meninos, enquanto as abaixo de 100% indicam a preponderância de meninas. Nos MIC e nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, a discrepância de gênero encontrada na análise dessas taxas é ainda maior.

Assim, esse indicador nos aponta uma inequívoca existência de processos sociais que levam os alunos do sexo masculino a terem maior dificuldade em concluir o ensino fundamental e o ensino médio. É fundamental que os gestores locais fiquem atentos a este quadro e desenvolvam políticas focais para revertê-lo.

Finalmente, quanto à educação técnica profissional, Niterói é um dos sete municípios do MIC que possuem cursos técnicos em nível médio. Vale destacar que o indicador que relaciona as matrículas em cursos técnicos em nível médio com o total de matrículas do nível médio mostra uma taxa para Niterói, em 2010, de 22,76%, ou seja, cerca de um quarto dos matriculados nesta etapa de ensino o são em cursos técnicos. É um número bem expressivo, se levarmos em consideração que esta taxa é de 10,39% na média dos sete municípios do MIC que possuem esses cursos.

Em Niterói, a dependência privada apresenta 50,81% e a estadual 49,19% das matrículas. O município dispõe de oito instituições particulares e cinco públicas. Entre as públicas, identificam-se quatro escolas mantidas pela Secretaria de Estado de Educação que ministram cursos de Administração e Contabilidade¹³, e uma quinta unidade¹⁴ pertencente à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, órgão da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que oferece formação em edificações, eletrotécnica, máquinas navais e construção naval. Esta última unidade concentra um expressivo número de matrículas na cidade em cursos concomitantes e subsequentes.

Quanto aos cursos técnicos oferecidos pelo Senai e pelo Senac, deve-se

Taxa de gênero nas matrículas do ensino médio, MIC e estado do Rio de Janeiro, 2011

Município	Homens Matriculados	Mulheres Matriculadas	Indicador
Cachoeiras de Macacu	797	1204	66,20%
Casimiro de Abreu	852	1167	73,01%
Guapimirim	592	876	67,58%
Itaboraí	3.013	4.592	65,61%
Magé	4.025	5.796	69,44%
Maricá	1771	2378	74,47%
Niterói	9.434	11.038	85,47%
Rio Bonito	926	1320	70,15%
São Gonçalo	10618	14832	71,59%
Silva Jardim	200	339	59,00%
Tanguá	274	307	89,25%
MIC	32.502	43.849	75,12%
Rio de Janeiro	257.733	332.732	77,46%

Fonte: Inep.

notar que somente os municípios de Niterói e de São Gonçalo possuem filiais destas instituições. Embora possua indicadores elevados se comparados aos outros municípios pesquisados, Niterói, para dar conta das inúmeras demandas por mão de obra qualificada decorrentes da implantação do Comperj, necessita elevar a oferta e a variedade de cursos técnicos em nível médio. Para isso, a ação efetiva do governo federal e do governo estadual é imprescindível.

Embora seja reconhecível, nos últimos anos o esforço dos gestores da educação no município de Niterói na busca

da formulação de políticas públicas que promovam as correções demandadas pelo quadro educacional local, e igualmente digno de elogios, os gradativos progressos no âmbito da educação local, é fato que muito ainda há de se fazer em termos de criação e consolidação de políticas públicas no município para fins de atingimentos das metas aqui delineadas, e que permitirão ao município de Niterói alcançar o objetivo de desenvolvimento do milênio que versa sobre a universalização da educação primária e a ampliação da cobertura da educação média e da educação técnica profissional.

Taxa de matrícula do ensino técnico de nível médio, Niterói, 2011

Ano	Educação Profissional de Nível Técnico					
	Estadual	Federal	Municipal	Privado		
	Escola(s)	Matrícula(s)	Escola(s)/Matrícula(s)	Escola(s)/Matrícula(s)	Escola(s)	Matrícula(s)
2003	6	5.232	-	-	5	1.842
2004	6	4.622	-	-	7	1.119
2005	6	5.366	-	-	8	844
2006	6	5.218	-	-	3	407
2007	3	723	-	-	7	1.369
2008	4	2.739	-	-	8	1.043
2009	4	2.552	-	-	9	2.060
2010	5	2.793	-	-	8	2.106
2011	5	2.436	-	-	8	2.518

Fonte: Censo Escolar 2011.

¹³ São três unidades que oferecem estes cursos: CE Aurelino Leal, CE Baltazar Bernardino, CE Macedo Soares.

¹⁴ Escola Técnica Henrique Lage.



ODM3

PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Jorge Nogueira de Paiva Britto¹⁵; Carlos E. Guanziroli¹⁶; Daniel Ribeiro¹⁷; Claudio Considera¹⁸; Leonardo Mulls¹⁹; Luciano Losekan²⁰; Marco Vargas²¹; Alberto Di Sabbato²²

META 4B

Reduzir pela metade a defasagem salarial entre gêneros até 2012, na região dos MIC.

Indicadores:

- Participação feminina no mercado formal de trabalho e no perfil de trabalhadores admitidos e desligados
- Diferencial de remuneração por gênero e grau de instrução para diferentes setores de atividade

¹⁵ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

¹⁶ Professor Associado IV da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

¹⁷ Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

¹⁸ Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

¹⁹ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

²⁰ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

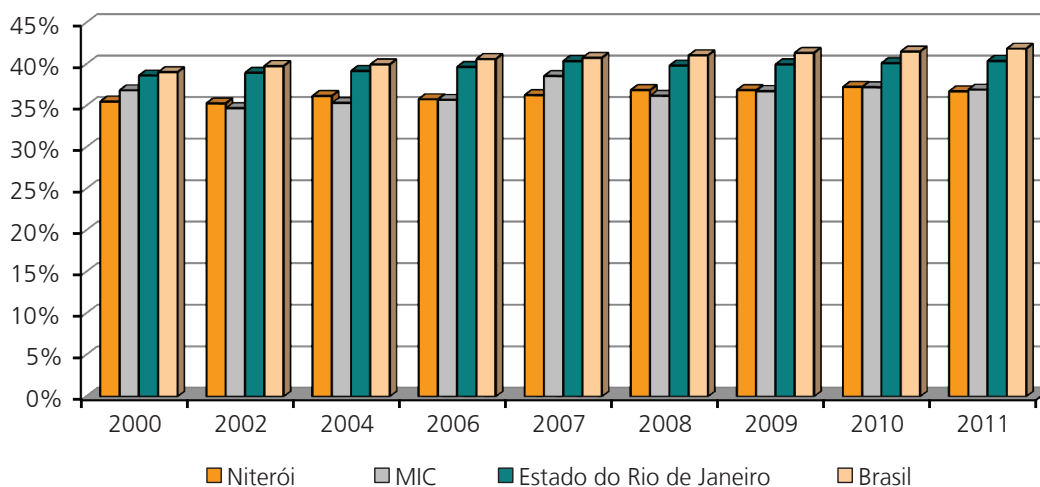
²¹ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

²² Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

O ODM 3 tem por objetivo promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, sendo sua principal meta a redução pela metade da defasagem salarial entre gêneros até 2012. Neste sentido, é necessário observar o comportamento do mercado de trabalho para as mulheres e avaliar como a remuneração feminina tem evoluído em comparação com a masculina. Diante disso, nota-se que o percentual de mulheres no mercado de trabalho formal no município de Niterói passou de 35,5% em 2000, para 36,7% em 2011, o que significa um aumento de 1,2 ponto percentual. Enquanto isso, no âmbito do conjunto dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro o crescimento observado foi de 0,1 e

1,8 ponto percentual neste mesmo período, respectivamente. Com este resultado, a proporção de mulheres inseridas no mercado formal de trabalho no município de Niterói ficou, em 2011, abaixo do registrado pelo conjunto dos MIC (36,9%), pelo Estado do Rio de Janeiro (40,4%) e pelo Brasil (41,9%). Em comparação com os demais municípios que compõem a área de influência direta do Comperj, verifica-se que Niterói posicionou-se em oitavo lugar em termos de maior participação feminina no mercado de trabalho formal no ano de 2011.

Participação feminina no mercado formal de trabalho do município de Niterói, da região dos MIC, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, 2000-2011



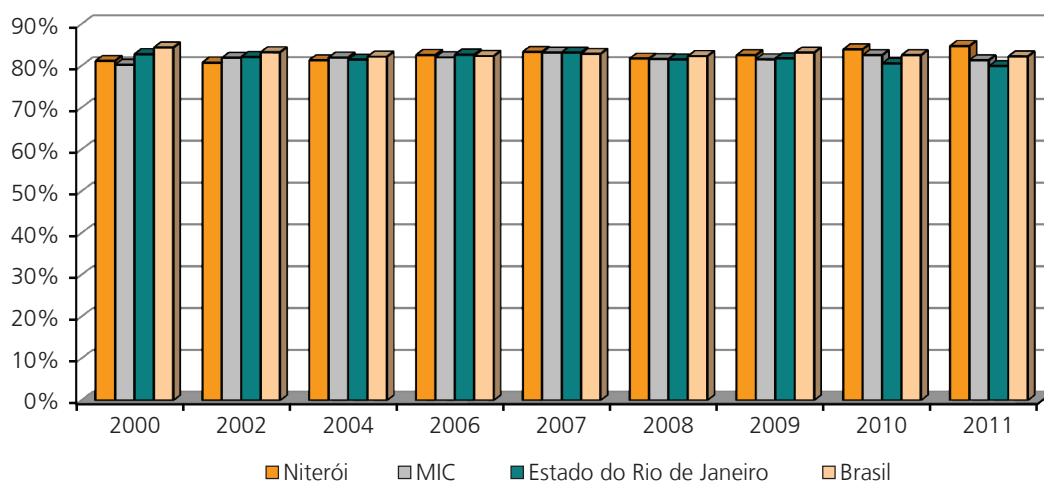
Fonte: Rais (MTE).

O diferencial de remuneração feminina, cujo objetivo é apresentar a relação entre as remunerações masculinas e femininas para um mesmo tipo de ocupação, mostra que no município de Niterói, no ano de 2000, a remuneração média feminina foi equivalente a 81,2% da remuneração média masculina para um mesmo tipo de ocupação. Isto é, uma defasagem salarial de 18,2% nas remunerações médias femininas comparativamente às masculinas. Já no âmbito dos MIC, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil observamos defasagens salariais similares entre a mão de obra feminina e masculina, tendo em vista que as respectivas remunerações médias femininas foram equivalentes a 80,3%, 82,8% e 84,4%

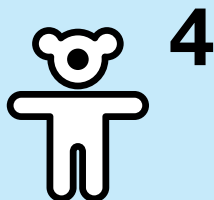
das remunerações médias masculinas. Em 2011, observa-se que o diferencial de remuneração feminina em Niterói foi 84,8%, enquanto que no conjunto dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil os resultados obtidos foram de 81,4%, 80% e 82,3%. Assim, nota-se que a remuneração média feminina apresenta-se em patamar ligeiramente superior à masculina comparativamente com as demais regiões em análise (conjunto dos MIC, Estado do Rio de Janeiro e Brasil). Em relação aos demais municípios da área de influência do Comperj, verifica-se que Niterói ocupou, em 2011, a sétima posição em termos de menor defasagem salarial entre mulheres e homens. Cabe ainda destacar que, de acordo com a meta de redu-

zir a defasagem salarial entre gêneros pela metade até 2012, o município de Niterói deveria apresentar um hiato de renda entre homens e mulheres de no máximo 9,4%, no entanto, o município apresentou o resultado de 15,2%.

Diferencial de remuneração feminina (em %) entre 2000 e 2011



Fonte: RAIS (MTE).



**REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL**

ODM4

REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

Sandra Costa Fonseca²³; Hélia Kawa²⁴; Márcia Lait Morse²⁵; Edna Massae Yokoo²⁶

META 5A Reduzir em dois terços, entre 2000 e 2012, a mortalidade de crianças menores de cinco anos, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade em menores de cinco anos e mortalidade proporcional entre menores de cinco anos, segundo grupos de causas
- Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) e mortalidade proporcional segundo grupos de causas e grupos de idade (0 a 6 dias, 7 a 27 dias, 28 a 364 dias)
- Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de cinco anos

²³ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF)

²⁴ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁵ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde da Criança e da Mulher do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁶ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dentre os indicadores compreendidos pelo ODM 4, neste boletim se destacam os referentes à mortalidade infantil, que estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida, e a proporção de internação por doenças respiratórias em menores de cinco anos. De um modo geral, esses indicadores expressam o desenvolvimento socioeconômico, o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde da criança, assim como podem ser marcadores de mudanças ambientais.

Os óbitos em menores de um ano representam mais de 85% do total da mortalidade de crianças menores de cinco anos no Estado do Rio de Janeiro, ressaltando sua importância como indicador de saúde infantil.

Os dados foram retirados dos Sistemas de Informação em Saúde do Datasus: Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc), Sistema de

Informações de Mortalidade (SIM) e Sistema de Informação de Internações Hospitalares (SIH-SUS). Deve ser feita uma ressalva em relação aos dados mais recentes (ano de 2011), que podem ainda sofrer correções. No entanto, acredita-se que haverá pouco impacto nos valores dos indicadores

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), valores inferiores a 20 óbitos infantis por mil nascidos vivos (20‰NV) são considerados baixos.

No município de Niterói, a taxa de mortalidade infantil (TMI) no ano de 2011 foi baixa (10,43‰ NV), ficando bem abaixo da média do conjunto de municípios de influência do Comperj (MIC) que foi 12,7‰NV e do Estado do Rio de Janeiro (13,9‰NV).

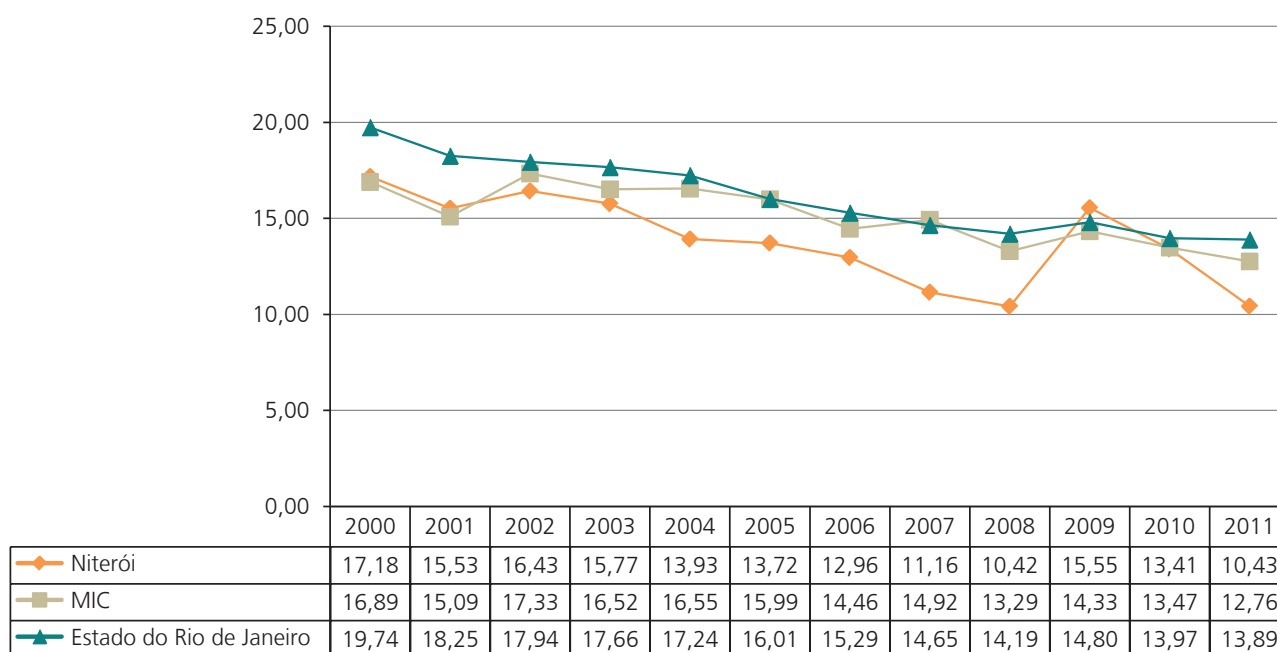
Durante todo o período monitorado, o município teve queda do indicador, à exceção do ano de 2009, quando apresentou um valor atípico de 15,5‰NV. Observou-se que a ten-

dência temporal de queda foi estatisticamente significativa, em uma velocidade de anual de 3,5%.

O componente neonatal é responsável por cerca de 70% da mortalidade infantil em Niterói, sendo a taxa de mortalidade neonatal em 2011 de 7,5‰NV.

Quanto às causas básicas de óbito, as afecções perinatais e as malformações congênitas foram responsáveis por 62% e 22%, respectivamente, no ano de 2011. Este padrão se aproxima dos países desenvolvidos e de cidades de grande porte no Brasil.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – Série temporal 2000 a 2011– Niterói, MIC e Rio de Janeiro



Fonte: SIM/Sinasc/Datasus.

O indicador percentual de internações por infecção respiratória foi aferido por intermédio do total de internações em menores de cinco anos de idade em relação ao total de internações por todas as causas, nesse mesmo grupo etário para cada ano da série histórica.

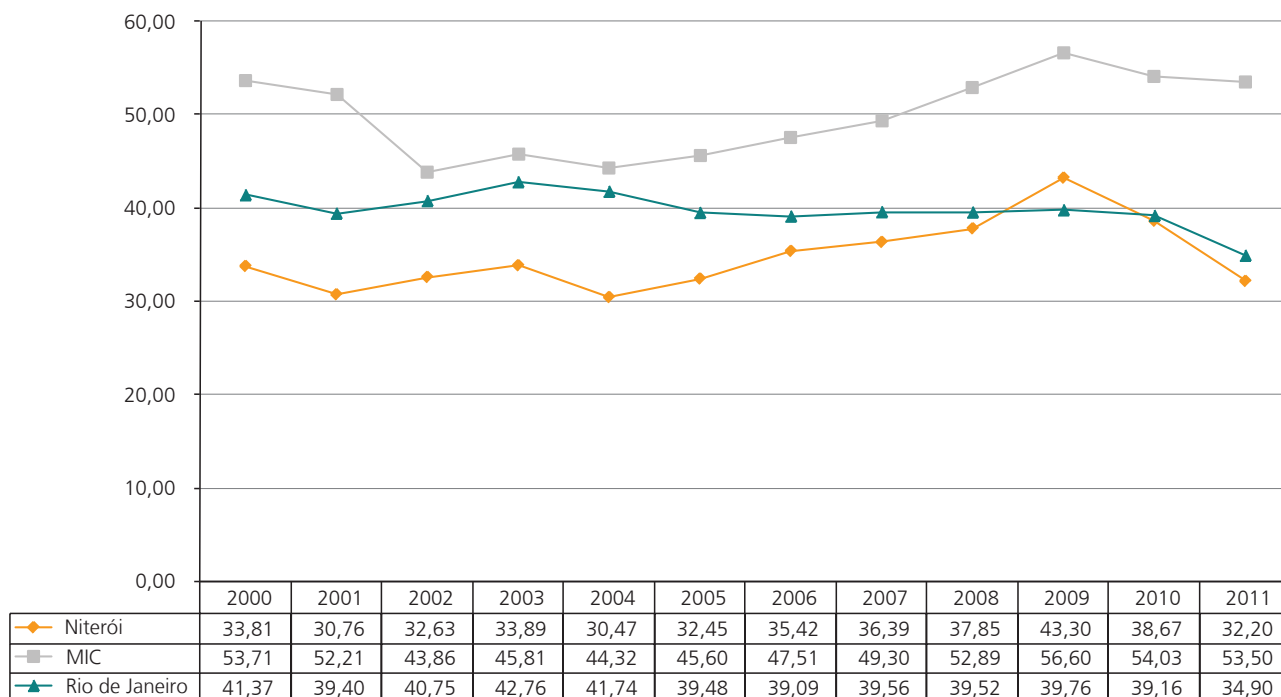
No Brasil, segundo o Datasus, tal percentual gira em torno de 38%. Em grupos mais vulneráveis, pode ser responsável por 50% das internações.

Analisando a série temporal de 2000 a 2011, não se observaram tendências no Município de Niterói. Os percentuais ficaram entre os mais baixos dos municípios de influência do Comperj (MIC). Apenas em um ano, 2009, ultrapassou 40%, ficando nos demais abaixo dos valores do MIC e do Estado.

Considerando que as doenças respiratórias são classificadas como con-

dições sensíveis à atenção primária no Brasil, esse tipo de atendimento deve ser valorizado, não deixando de contextualizar as questões ambientais.

Internações (%) por doenças respiratórias em menores de cinco anos – Série temporal 2000 a 2011 – Niterói, MIC e Rio de Janeiro



Fonte: SIM/Sinasc/Datasus.



5

MELHORAR A SAÚDE
DAS GESTANTES

ODM5

MELHORAR A SAÚDE MATERNA

Sandra Costa Fonseca²⁷; Hélia Kawa²⁸; Márcia Lait Morse²⁹; Edna Massae Yokoo³⁰

META 6A Reduzir em três quartos, entre 2000 e 2012, a taxa de mortalidade materna na região dos MIC.

Indicadores:

- Razão de mortalidade materna e proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas
- Proporção de tipos de partos (cesárea) assistidos por profissionais de saúde
- Percentual de pré-natal adequado: mulheres com sete ou mais consultas

²⁷ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁸ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

²⁹ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde da Criança e da Mulher do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁰ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dentre os indicadores compreendidos pelo ODM 5, neste boletim foram escolhidos dois para serem apresentados: a Razão de Mortalidade Materna (RMM), óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, e a proporção de mulheres com sete ou mais consultas de pré-natal (pré-natal adequado).

A mortalidade materna é um excelente indicador de saúde, relacionado não somente às mulheres, mas ao conjunto da população, refletindo importantes desigualdades sociais em saúde. RMM elevadas estão associadas à baixa qualidade na prestação de serviços de saúde durante a gravidez e o puerpério, contribuindo na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico de uma região.

O pré-natal deve ser avaliado quanto à quantidade de consultas – o ideal e recomendado pelo Ministério da Saúde é de sete ou mais consultas – e quanto à qualidade, de acordo com os procedimentos realizados.

Para o município de Niterói, no período 2000-2011, a RMM ainda com valores elevados, sugerindo tendência de queda, mas não estatisticamente significativa.

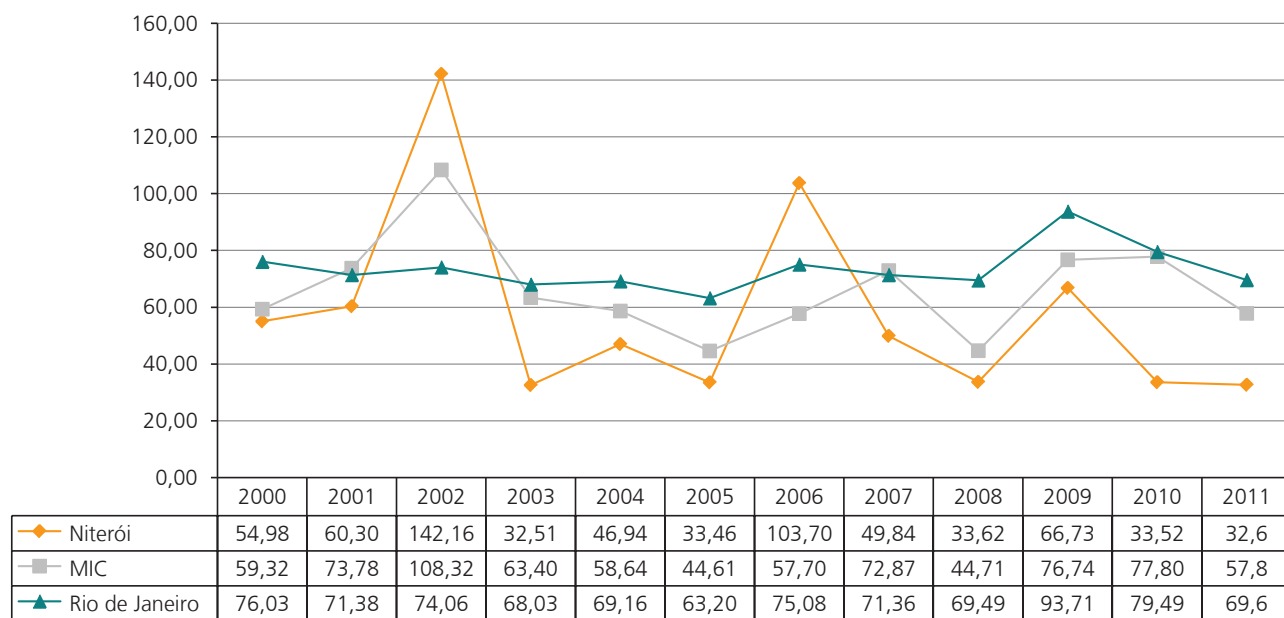
A partir de 2003, a RMM de Niterói ficou a maior parte do tempo abaixo da média do conjunto de municípios de influência do Comperj (MIC) e do RJ.

Analisando a série temporal de 2000 a 2011, sugere-se uma pequena tendência de queda do indicador, mas ainda sem significância estatística.

Considerando o período globalmente, a RMM de Niterói foi uma das mais baixas dos MIC, com 43 óbitos maternos para 74.654 nascidos vivos, o que resulta em uma RMM de 57,6. Contudo, este valor está além do tolerável pela OMS, em torno de 6 a 20 por 100 mil nascidos vivos.

No período estudado, as causas obstétricas diretas contribuíram com 65% dos óbitos maternos.

Razão de Mortalidade Materna – Série temporal 2000-2011 – Niterói, MIC, Rio de Janeiro

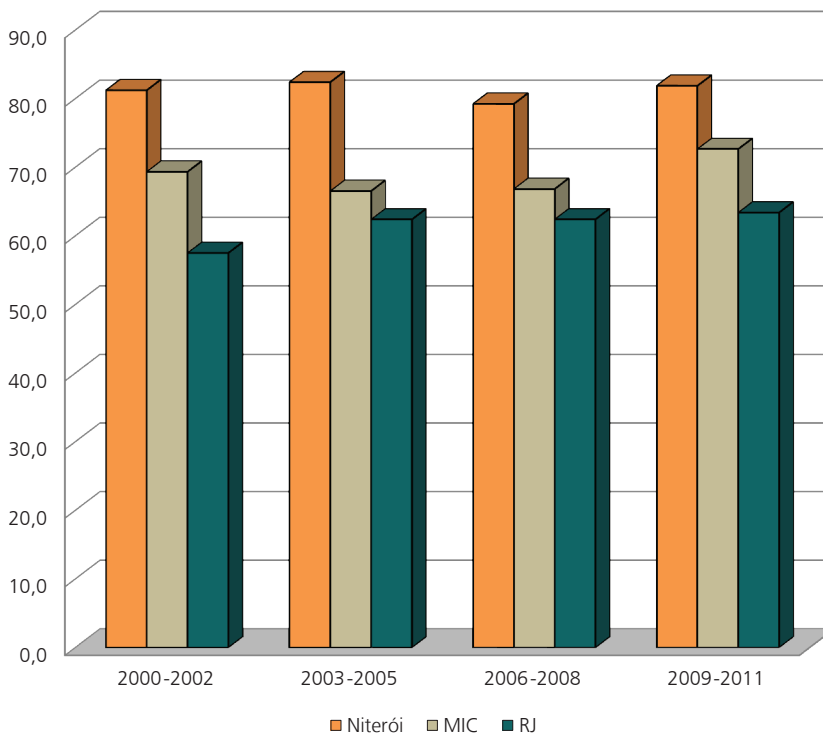


Fonte: SIM/Sinasc/Datasus.

Para o município de Niterói, analisando os triênios de 2000-2011, o percentual de mulheres com sete ou mais consultas de pré-natal esteve sempre em torno de 80%, os valores mais altos do conjunto de municípios de influência do Comperj (MIC)

Analisando os triênios de 2000 a 2001, sempre superou a média dos MIC e do Estado do Rio de Janeiro. Este percentual deve ser mantido, para que se obtenham resultados mais favoráveis nos desfechos maternos e perinatais. Futuramente, devem ser feitas análises qualitativas do indicador, em relação ao processo de atendimento e aos resultados.

Percentual de mulheres com pré-natal adequado – triênios de 2000 a 2011 – Niterói, MIC e Rio de Janeiro



Fonte: Sinasc/Datasus.



6

**COMBATER A AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS**

ODM6

COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Hélia Kawa³¹; Andréa Sobral de Almeida³²; Sandra Costa Fonseca³³; Waldemir Paixão Vargas³⁴; Edna Massae Yokoo³⁵

META 7A Até 2012, reduzir a incidência de tuberculose, na região dos MIC.

Indicador:

- Taxa de incidência de tuberculose

META 7B Até 2012 reduzir a incidência de AIDS

Indicador:

- Taxa de incidência de AIDS

META 8A Até 2012, reduzir a incidência de dengue, hepatite A e hanseníase, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de incidência de dengue
- Taxa de incidência de hepatite A
- Taxa de detecção de hanseníase

³¹ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³² Pesquisadora do grupo de pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³³ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁴ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁵ Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Entre os indicadores compreendidos pelo ODM 6, destaca-se, neste boletim, o indicador referente à taxa de incidência de tuberculose (Meta 7A) e de dengue (Meta 8A) nos municípios de influência do Comperj (MIC).

No Brasil, são registrados aproximadamente 80 mil casos novos de tuberculose por ano e cerca de cinco a seis mil óbitos. A enfermidade se constitui na nona causa de internações por doenças infecciosas em todo o território nacional, ocupando o sétimo lugar em gastos com internação do Sistema Único de Saúde (SUS) por doenças infecciosas, sendo ainda a quarta causa de mortalidade entre as doenças infecciosas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). A tuberculose é considerada um problema de saúde pública prioritário no Brasil. Além disso, o surgimento da epidemia de AIDS e o aparecimento de focos de tuberculose multirresistente agravam ainda mais o problema da doença no mundo. No entanto, apesar de ser uma doença grave, a conduta terapêutica adequada possibilita a cura de praticamente 100% dos casos novos. É uma endemia diretamente associada às condições de vida precárias, e sua ocorrência nas populações tem sido

atribuída à persistência de desnutrição e da pobreza (SABROZA, 2001). Todavia, o Estado do Rio de Janeiro, cujo PIB *per capita* é classificado em segundo lugar e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em quinto, considerando as demais Unidades Federadas, apresenta uma das situações mais preocupantes relacionadas à tuberculose no país, sendo notificados em torno de treze mil casos novos, com cerca de mil mortes, a cada ano.

O município de Niterói, entre 2000 e 2011, apresentou taxas de incidência de tuberculose muito elevadas, variando entre 139,95 em 2000 a 76,50 casos por 100 mil habitantes em 2011. No mesmo período, a taxa mais alta verificada no conjunto dos municípios da área de influência do Comperj (MIC) foi de 85,08 casos por 100 mil habitantes e de 98,27 casos por 100 mil habitantes no Estado, ambas em 2000.

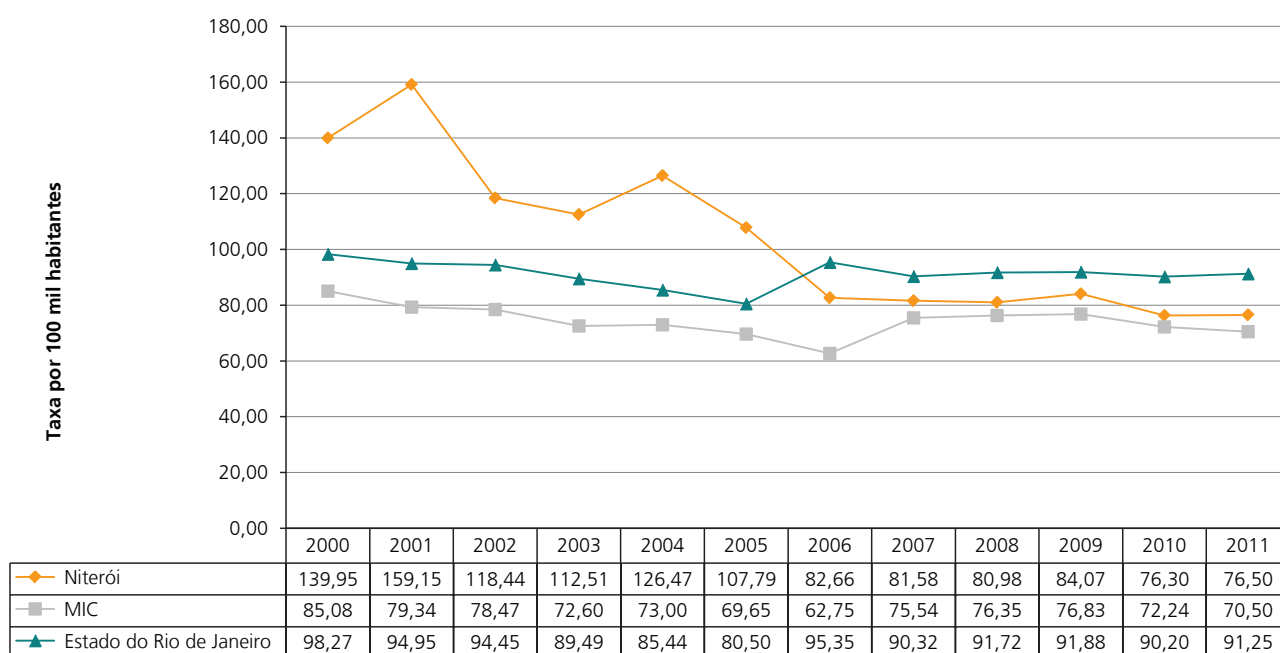
Até 2005 as taxas de incidência do município de Niterói ficaram muito superiores aos observados nos MIC e no Estado. Apesar do declínio iniciado em 2003, em todo o intervalo estudado, os valores se mantêm acima daqueles observados nos MIC.

Ressalta-se ainda a elevada proporção de doentes que abandonaram o tratamento da tuberculose, variando de 10,93% em 2011 a 11,56% em 2010. Esses percentuais superaram o considerado aceitável (5%), conforme preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sugerindo a persistência de indivíduos contactantes e com potencial para transmitir a doença no município.

Uma das metas do ODM 6 é reduzir a incidência da tuberculose. No município de Niterói, embora a meta de redução tenha sido alcançada, deve-se considerar que as taxas de incidência da doença ainda se encontram em um patamar muito elevado e acima do conjunto dos municípios da área do Comperj, sinalizando para a necessidade de ampliação das atividades de controle da endemia no município.

Deve ser destacado que a elevada densidade populacional, a aglomeração em espaços confinados e a circulação das pessoas nos espaços urbanos, em decorrência de suas estratégias de sobrevivência, aumentam a taxa de contato social e, portanto, a oportunidade de novas infecções por tuberculose.

Taxa de incidência de tuberculose – Niterói



Fonte: Sinan/Datasus.

Estima-se que 2,5 bilhões de pessoas vivam em mais de 100 países endêmicos e em áreas onde o vírus da dengue pode ser transmitido. A dengue é considerada a mais importante doença viral veiculada por mosquitos no mundo (WHO, 2011; CDC, 2011). Destaca-se que vários fatores podem produzir cenários com condições epidemiológicas que favorecem a transmissão da doença, como, por exemplo, o aumento populacional, estilos de vida que essas populações adquirem e a falta de infraestrutura urbana básica adequada (BARRETO; TEIXEIRA, 2008). O Estado do Rio de Janeiro tem sido cenário para diversas epidemias ocorridas na região sudeste, como a de 1986, quando circulou o sorotipo DEN-1. Este provocou uma epidemia de febre clássica, que se iniciou em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense atingindo, posteriormente, cidades de todas as regiões do Estado (NOGUEIRA et al., 1999). Em abril de 1990 foi isolado também o sorotipo DEN-2, no município de Nova Iguaçu, cuja circulação foi confirmada com a ocorrência de casos de dengue hemorrágico, caracterizando

uma nova epidemia. Em 2000 foi detectada a presença do sorotipo DEN-3 no Estado do Rio de Janeiro, resultando, em 2002, em uma das maiores epidemias já registradas no Estado (SCHATZMAYR, 2000; NOGUEIRA et al., 2001, 2002). No início de 2008 o Estado do Rio de Janeiro é novamente acometido por uma grande epidemia de dengue causada pela reintrodução do sorotipo DEN-2, sendo registrados cerca de 256 mil casos novos pela doença. Em 2009, a dengue permanece no Estado e o município de Itaboraí notifica um óbito da doença logo no início do ano. Nos anos de 2010-2011 ocorre a segunda reintrodução do sorotipo DEN-1.

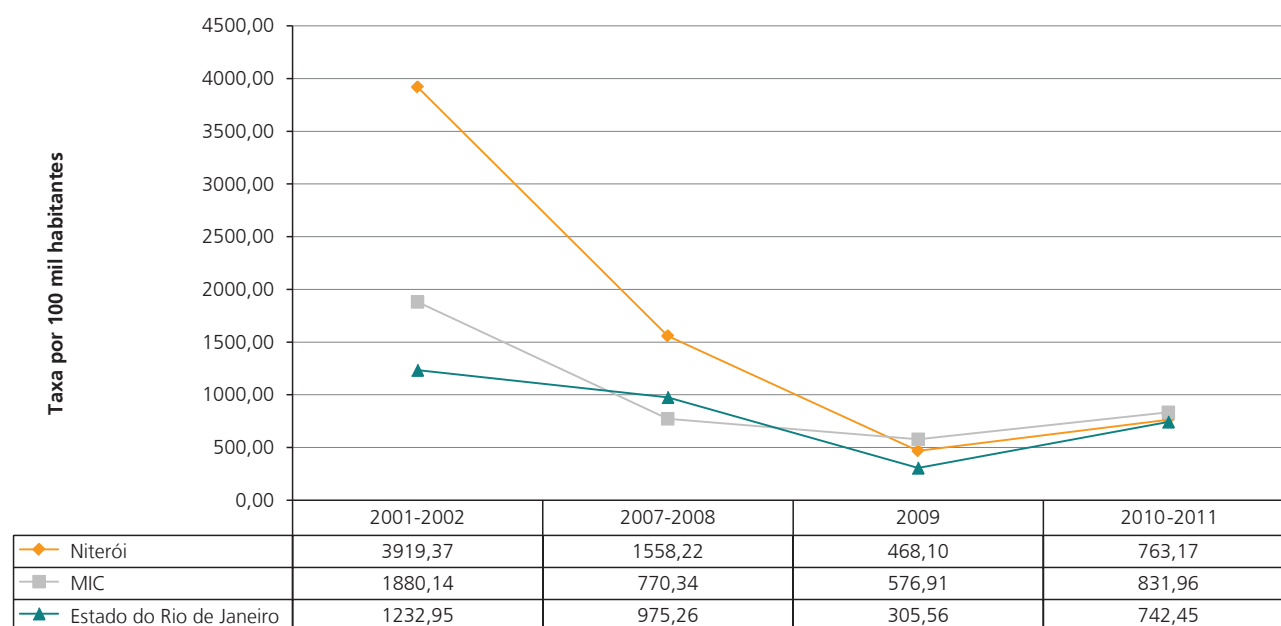
Levando-se em conta as características do processo endêmico-epidêmico da dengue na região estudada, foram analisadas duas circunstâncias distintas: os períodos epidêmicos (2001-2002; 2007-2008; 2009; 2010-2011) e os períodos interepidêmicos (2003; 2004; 2005; 2006).

No gráfico são apresentadas as taxas de incidências médias de dengue nos períodos epidêmicos no município de

Niterói, no conjunto dos municípios de influência do Comperj (MIC) e no Estado do Rio de Janeiro. Observa-se que na primeira epidemia ocorrida em 2001-2002, a taxa municipal foi muito elevada (3.919,37 casos por 100 mil habitantes) ficando bem acima das também altas incidências verificadas nos MIC (1880,14 por 100 mil habitantes) e no Estado (1232,95 casos por 100 mil habitantes). Somente no último intervalo (2010-2011), a taxa de incidência de dengue no município de Niterói (763,17 casos por 100 mil habitantes), se situa um pouco abaixo da observada no conjunto dos municípios de influência do Comperj (831,96 casos por 100 mil habitantes), embora ainda acima daquela do Estado (742,45 casos por 100 mil habitantes).

Uma das metas do ODM 6 é reduzir a incidência de doenças importantes como a dengue. Considerando os dados de incidência de dengue nos municípios de influência do Comperj nota-se a importância da doença no município de Niterói e o desafio que representa reduzir o processo de transmissão de uma endemia com esta magnitude.

Taxa de incidência* de dengue nos anos epidêmicos. Município de Niterói, MIC** e Estado do Rio de Janeiro



* Por 100 mil habitantes.

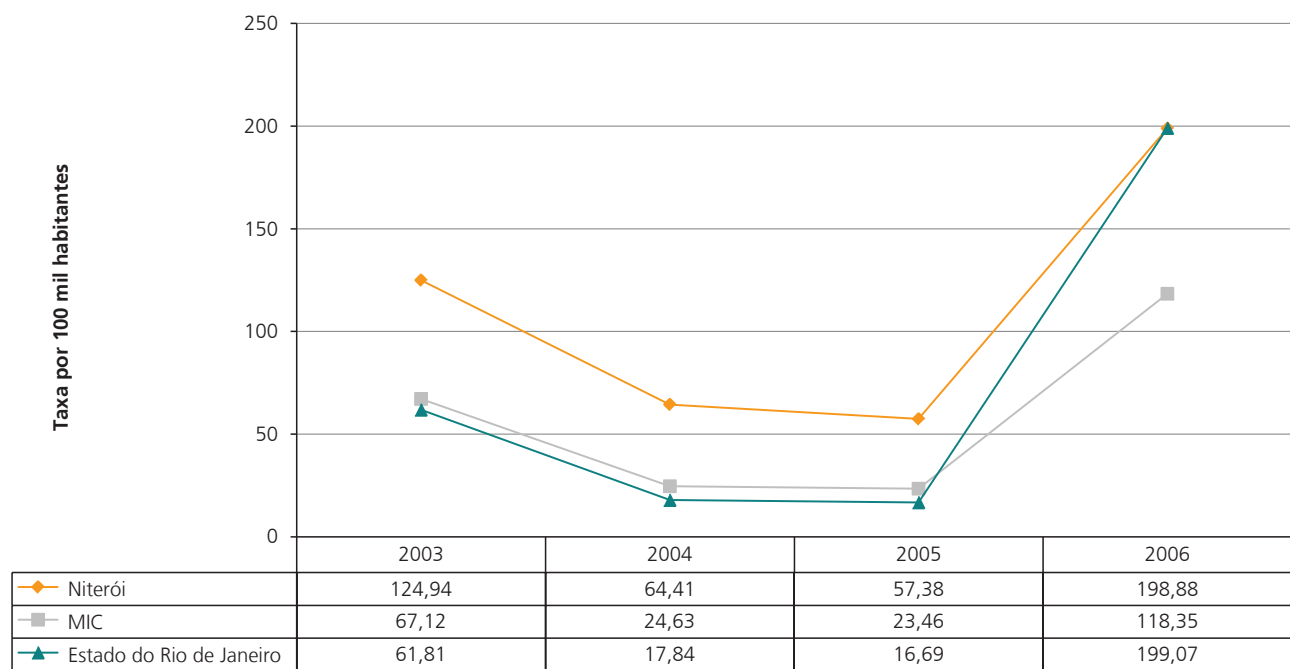
** Municípios de influência do Comperj.

Fonte: Sinan/Datasus.

Em relação aos anos interepidêmicos, observa-se que entre os anos de 2003 e 2005 ocorreu uma diminuição das taxas de incidência de dengue nos municípios de influência do Comperj, em grande parte, devido a um possível esgotamento de suscetíveis. Em 2006, as taxas de incidência do MIC se elevam, embora com valores abaixo da média estadual, respectivamente, 118,35 casos por 100 mil habitantes e 199,07 casos por 100 mil habitantes. No município de Niterói no ano de 2006 (198,88 casos por 100 mil habitantes), observa-se um importante aumento da taxa de incidência de dengue, quando comparado aos anos anteriores, indicando a vulnerabilidade e a receptividade do município à endemia.

Destaca-se que nos períodos interepidêmicos é fundamental a atuação dos gestores municipais no sentido de incorporar intensamente as ações de controle físico e biológico dos vetores transmissores da doença, especialmente daquelas que devem ser implementadas com a participação da população local, assumindo assim um papel importante na estratégia de controle da dengue.

Taxa de incidência* de dengue nos anos interepidêmicos. Município de Niterói, MIC** e Estado do Rio de Janeiro, no período de 2003 a 2006



* Por 100.000 habitantes.

** Municípios de influência do Comperj.

Fonte: Sinan/Datasus.



**QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE**

ODM7

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Meta 9: Eduardo Manuel Rosa Bulhões³⁶; Raul Sanchez Vicens³⁷; Guilherme Borges Fernandez³⁸

Meta 10: Eloisa Helena Barcelos Freire³⁹; Regina Bienenstein⁴⁰; Nathur Duarte Pereira Junior⁴¹, Thyago Araújo⁴²

Meta 11: Regina Bienenstein; Daniela Amaral⁴³; Natália Coelho de Oliveira⁴⁴; Nayana Corrêa Bonamichi⁴⁵; Julia Vilela Caminha⁴⁶; Raama Crevelande⁴⁷; Gabriel de Azevedo Franco⁴⁸; Tiago Cargnin Gonçalves⁴⁹

Projeções estatísticas: Cássio Freitas Pereira de Almeida⁵⁰

Imagens: Rafael Drumond⁵¹; Rafaela Carvalho⁵²; Karinna de Aquino Paz⁵³; Felipe de Souza Gonçalves⁵⁴

META 9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos naturais, na região dos MIC.

Indicadores:

- Proporção de áreas cobertas por florestas
- Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação

META 10 Reduzir em 20%, até 2012, os domicílios sem acesso às redes gerais de água e de esgoto e à coleta de resíduos sólidos, na região dos MIC.

Indicadores:

- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água e à rede de esgoto nos MIC
- Percentual de área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos nos MIC

³⁶ Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁷ Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁸ Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁹ Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Engenharia Civil.

⁴⁰ Professora Titular do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

⁴¹ Graduando em Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴² Graduando em Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴³ Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da UFF e Assistente de Pesquisa no Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos para a América Latina e o Caribe - ONU-HABITAT, Mestre em Gestão e Planejamento Urbano pela Universidade Federal Fluminense, Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴⁴ Pós-graduanda em Política e Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

⁴⁵ Pós-graduanda em Política e Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

⁴⁶ Pós-graduanda em Política e Planejamento Urbano, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

⁴⁷ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴⁸ Graduando em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁴⁹ Mestrando em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

⁵⁰ Pesquisador de Informações Geográficas e Estatísticas/IBGE, Professor do Curso de Bacharelado em Estatística, Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

⁵¹ Graduando em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁵² Graduanda em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁵³ Graduanda em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁵⁴ Graduando em Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

META 11 Até 2012, ter alcançado uma melhora significativa na vida de, pelo menos, 10% dos habitantes de assentamentos precários que moram na região dos MIC

Indicadores:

- Percentual da área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana, por município na região dos MIC
- Percentual de domicílios em assentamentos precários em relação ao total de domicílios urbanos, por município na região dos MIC
- Percentual de domicílios regularizados em assentamentos precários em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, na região dos MIC
- Percentual de assentamentos precários urbanizados (água potável, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo doméstico e vias calçadas) em relação ao total de assentamentos precários, por município na região dos MIC
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais para famílias com renda até seis salários mínimos em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, por município na região dos MIC

As características fisiográficas do município de Niterói se destacam pela ocorrência de maciços costeiros e planícies fluviomarinhas ou costeiras. As áreas de maciços representam o relevo escarpado do município, enquanto que nas áreas de baixada se desenvolvem os ambientes deposicionais. As áreas florestadas remanescentes se distribuem apenas nas áreas de relevo com declividades mais elevadas, ou seja, nas áreas dos maciços costeiros. As áreas de planície se encontram fortemente pressionadas pela urbanização, porém ainda são registradas ocorrências de cobertura florestal.

Em relação ao índice determinado a partir do cálculo das áreas de florestas remanescentes sobre a área do município, observou-se que, entre os anos de 2005 e 2011, as variações foram sutis.

No município de Niterói, nos resultados do mapeamento de Uso e Cobertura do Solo, se destacam as classes áreas urbanas (48,3%) com um percentual significativo, e em seguida, a classe florestas (36,8%). Cabe ressaltar que Niterói é um município em que as

Variação em km² dos usos determinados no município de Niterói

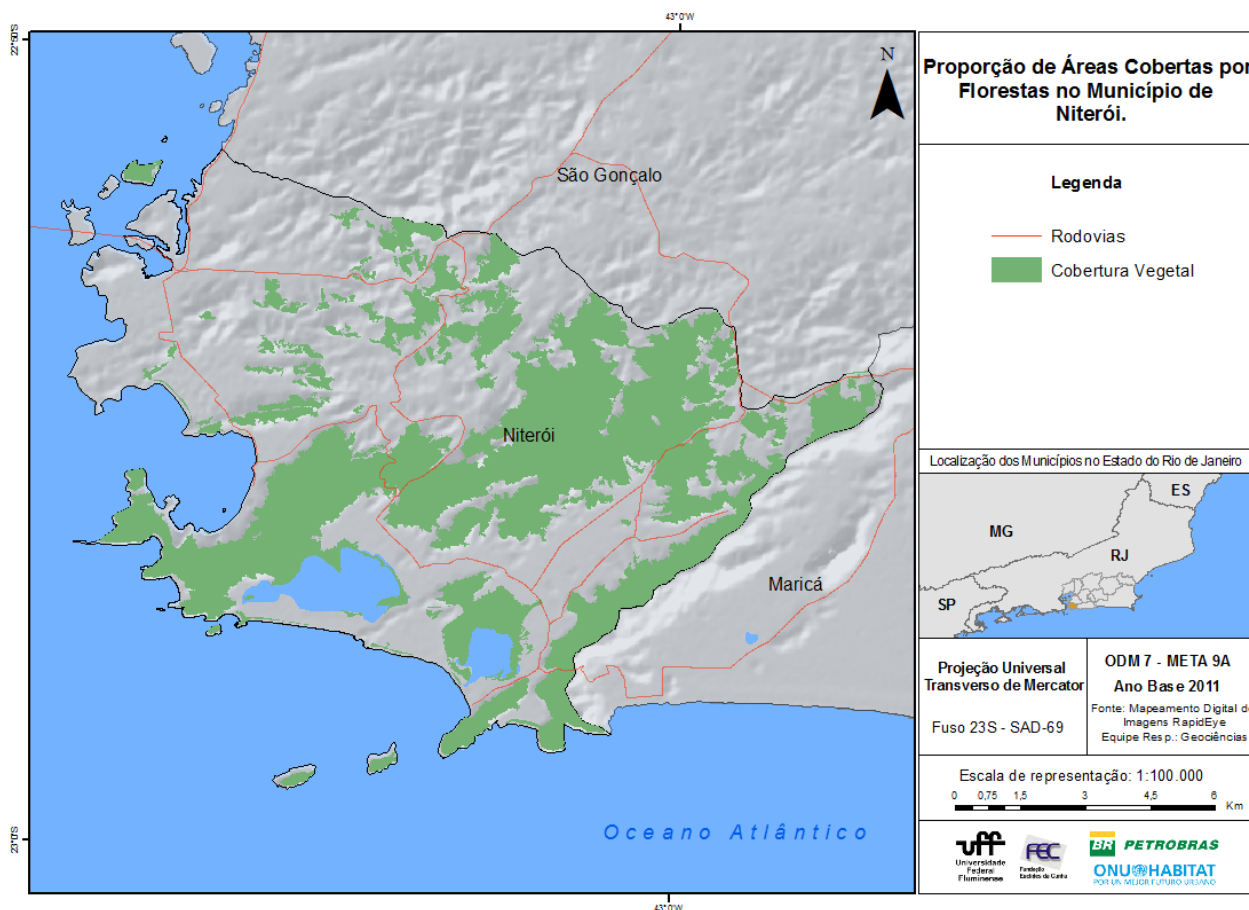
Classes de Uso	2005	2008	2009	2010	2011
Culturas diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Florestas	54,22	52,57	46,16	48,68	48,40
Formações pioneiras	2,76	2,79	4,03	2,85	2,82
Gramíneas ou coberturas herbáceas	3,27	3,86	8,72	9,10	8,99
Refúgios vegetacionais ou comunidades relíquias	3,25	2,52	2,09	2,57	2,42
Áreas urbanas	61,46	63,70	65,24	64,63	64,63

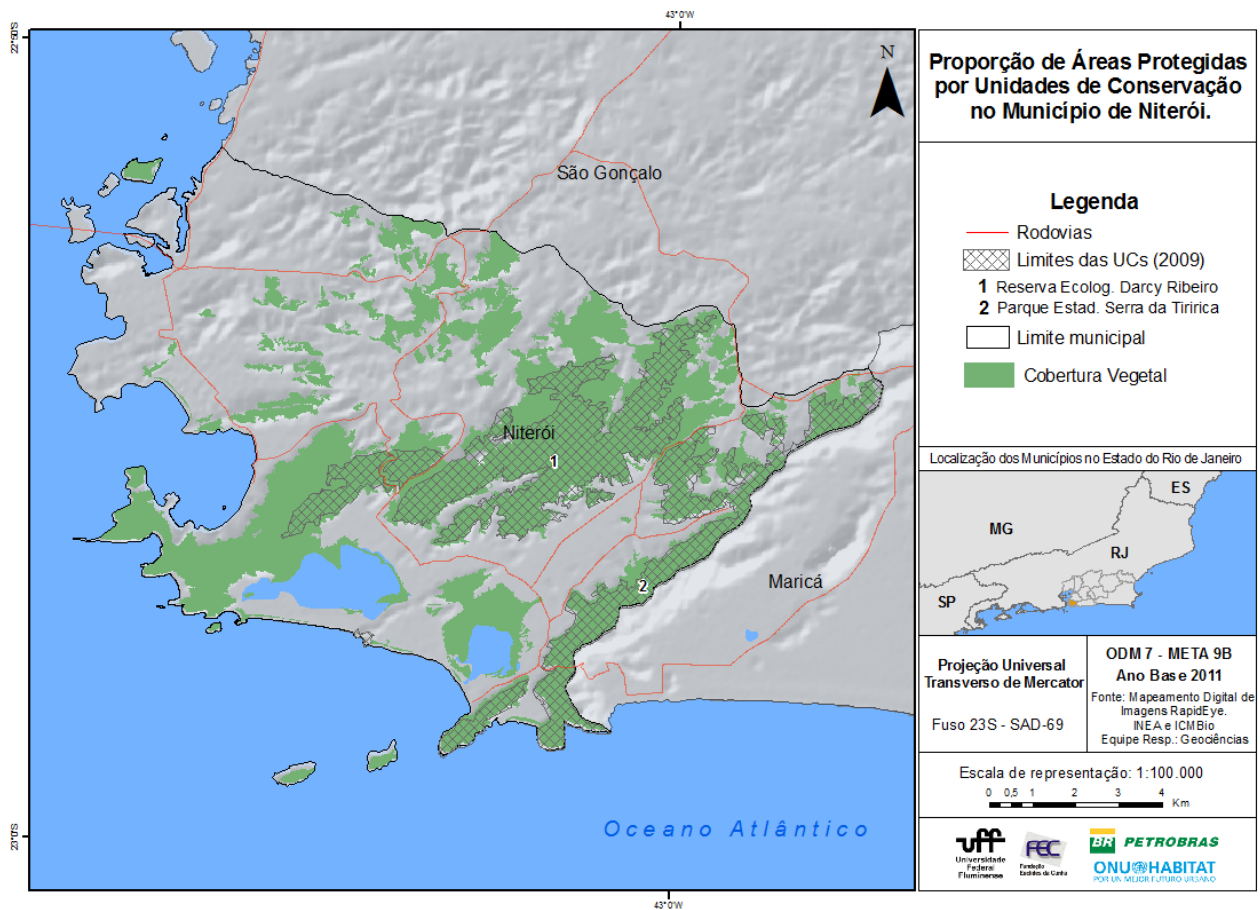
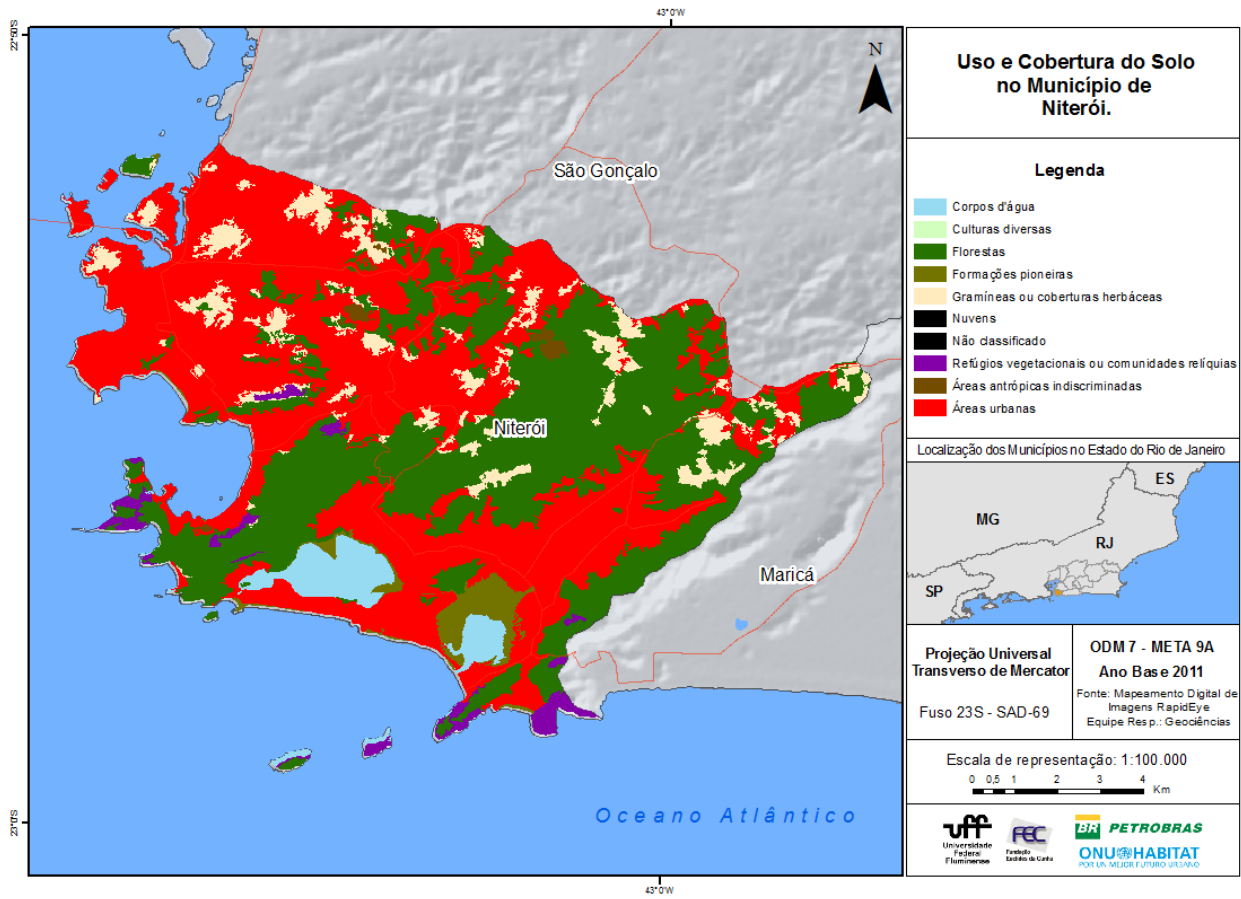
Percentual de áreas naturais remanescentes no município de Niterói

Ano	Índice das Áreas Naturais em Niterói
2005	45%
2008	43%
2009	44%
2010	44%
2011	44%

atividades urbanas são predominantes. Qualquer alteração no uso e cobertura do solo de aumento de áreas antropizadas, conforme monitorado entre 2005 e 2011, se dá sobre áreas de florestas ou sobre pequenas áreas de vegetação herbácea já degradada.

Quanto às áreas protegidas, no ano de 2000, o município de Niterói possuía 17,3% de seu território protegido por Unidades de Conservação de Proteção Integral. Essas unidades são representadas pelo Parque Estadual da Serra da Tiririca, situado na porção



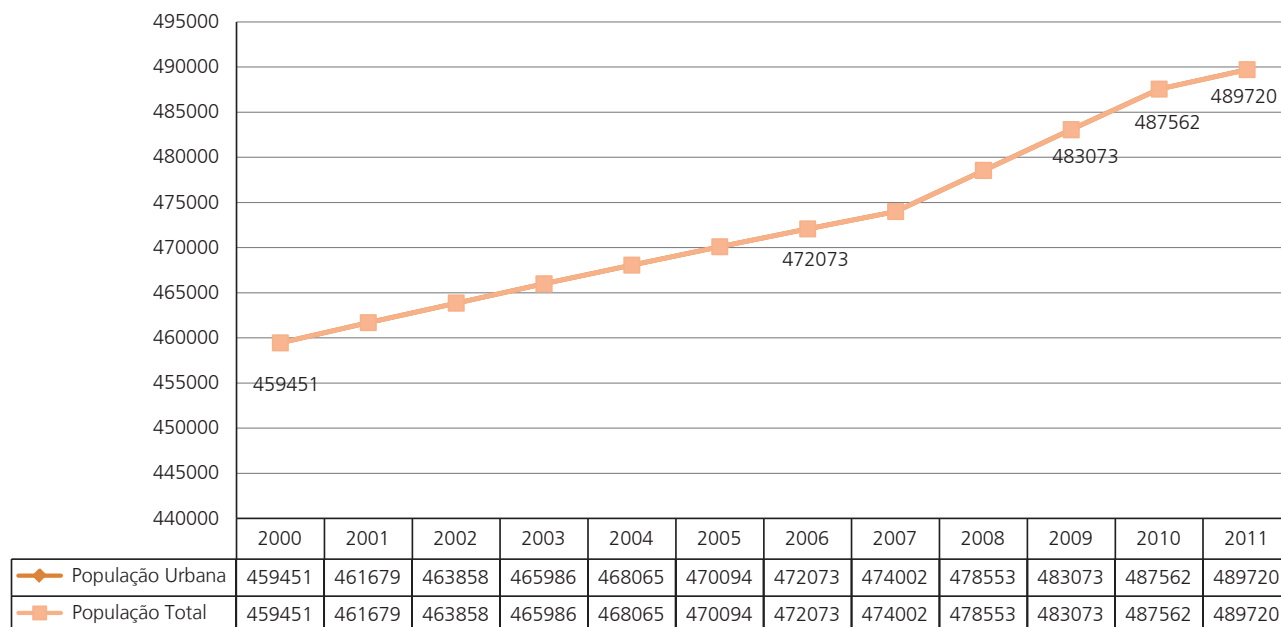


leste de Niterói, limite com o município de Maricá, a Reserva Darcy Ribeiro e o Monumento Natural da Praia do Sossego. As unidades de conservação municipais apresentam uma série de

problemas ligados ao crescimento desordenado e à especulação imobiliária, além da falta de estrutura e de instrumentos como plano de manejo, que garantiriam sua preservação. Não houve incremento

na área protegida no período até o ano de 2011, o que resultou na manutenção do valor do indicador em 17,3%. O mapa ilustra a distribuição dessas unidades de conservação no município.

População total e urbana



Fonte: Censo IBGE, projeção e estimativa TCU.

Elaboração: NEPHU/UFF, 2012.

Entre os anos 2000 e 2006, linha base adotada no estudo para análise dos possíveis impactos do Comperj na região, a população total do município, que é toda urbana, teve um incremento de 2,75%, passando de 459.451 para 472.073 habitantes. Já no período sub-

sequente (2006-2011), o aumento foi de 3,74%, superior ao observado anteriormente e inferior ao registrado na região (6,56%). Esses dados indicam que, até 2011, houve somente uma pequena alteração na tendência de crescimento da população total e urba-

na no município a partir do anúncio do Comperj.

No período 2000-2011, a população total do município cresceu 6,59%, portanto, um percentual inferior ao observado no conjunto dos MIC (15,01%).

CONDIÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL

A meta 10A analisa a situação relativa ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta e destinação de resíduos sólidos. Além da abrangência da cobertura, examina-se a qualidade desses serviços e as principais características de sua gestão.

O município de Niterói apresentou um aumento de 67,15%, no período de 2000 a 2011, no número de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água, bem maior do que o crescimento do número de domicílios particulares permanentes urbanos (19,35%). O município apresentava os maiores índices de domicílios particulares permanentes urbanos com

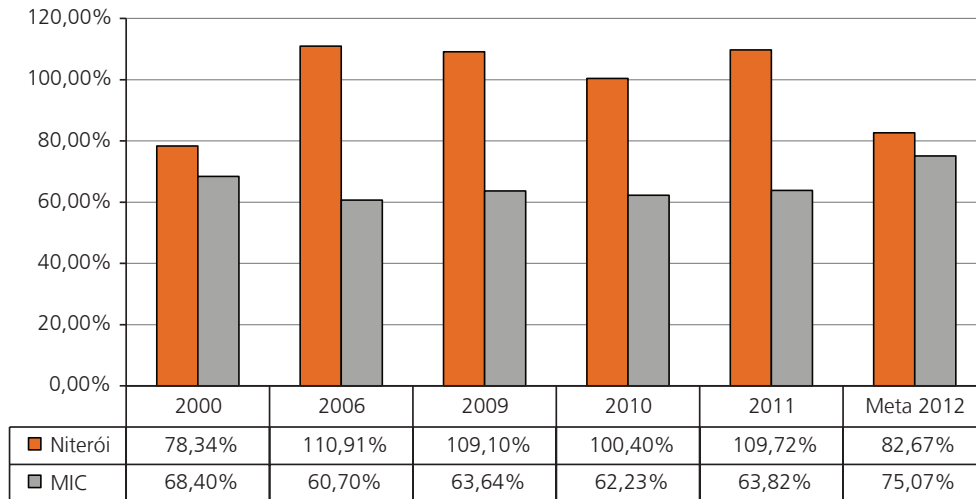
acesso à rede de água, respectivamente, 100,40% e 109,72%, superiores ao índice dos MIC estudados (62,23% em 2010 e 63,82% em 2011). Cabe ressaltar que as discrepâncias dos dados ocorrem porque a concessionária Águas de Niterói apresenta um número maior de domicílios particulares permanentes urbanos do que o IBGE, mas foi considerado que a porcentagem de atendimento se encontra próximo da totalidade dos domicílios. Com isto, Niterói já alcançou a Meta 10A, pois previa um alcance de 82,67%.

O serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário de Niterói é operado pela empresa priva-

da Águas de Niterói, cujo contrato de concessão foi assinado em 1999, por 30 anos.

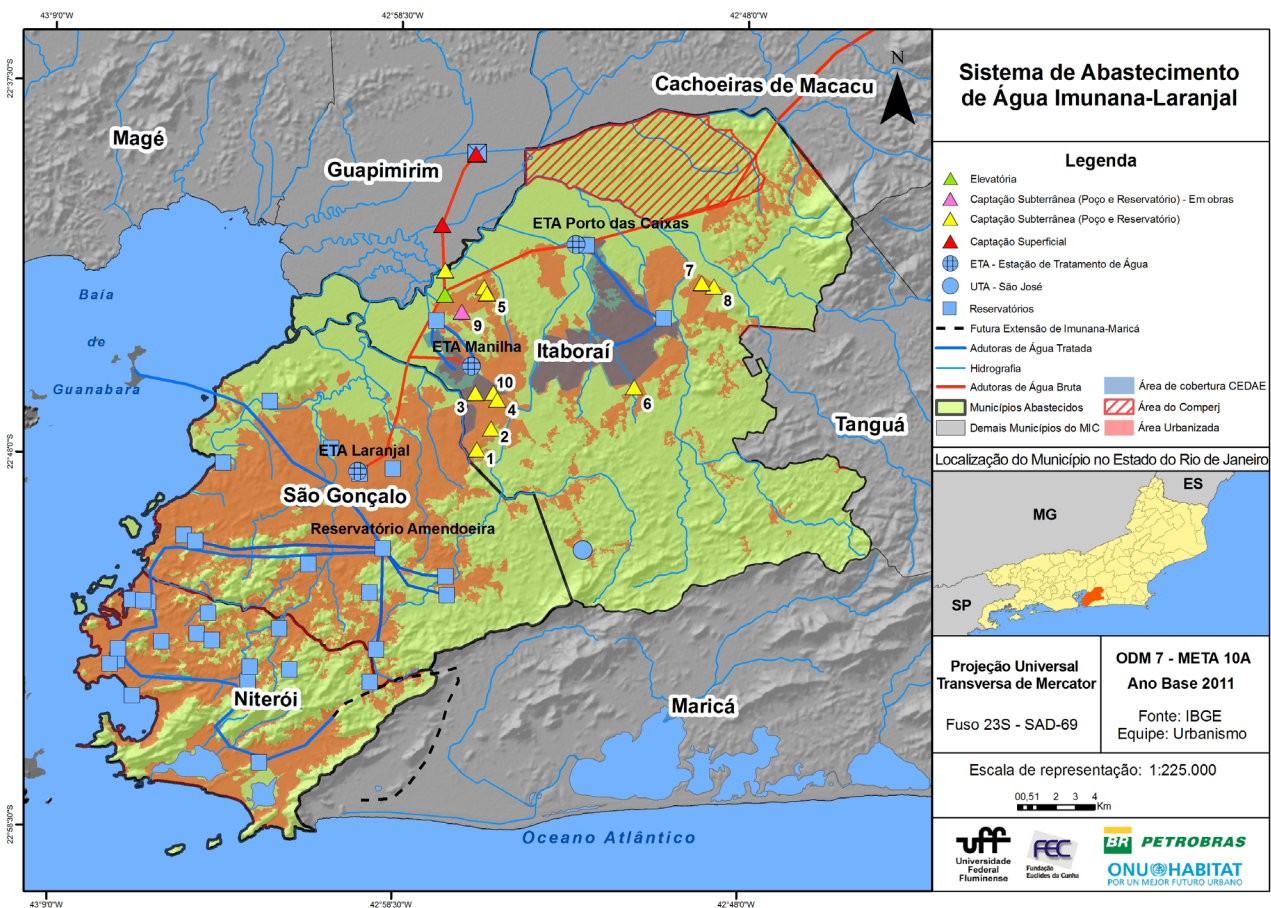
Da mesma forma que o município de São Gonçalo, Niterói é abastecido pelo sistema integrado Imunana-Laranjal, operado pela Cedae. Esse sistema explora o rio Macacu/Guapi-Açu, com captação no canal de Imunana, situado no município de Guapimirim. A captação é constituída por cinco conjuntos de 2500HP que recalcam água para três adutoras. A água bruta é aduzida para a Estação de Tratamento de Água Laranjal (ETA Laranjal), situada no bairro de Alcântara, município de São Gonçalo. Esta estação executa

Abrangência da rede de abastecimento de água (2000, 2006, 2009, 2010 e 2011)



Fonte: IBGE/Cedae, Saae.

Elaboração: NEPHUI/UFF, 2012.



o tratamento convencional, isto é, os principais processos de tratamento de água executados em uma estação (coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção/cloração). Do volume total de água tratada pela ETA Laranjal, 1.800 litros por segundo são destinados à cidade de Niterói.

A água para o município é aduzida para 16 grandes reservatórios de distri-

buição que são de responsabilidade das Águas de Niterói. São eles:

O município de Niterói, assim como o de São Gonçalo, não tem bacias de drenagem dentro de seus limites que pudessem suprir suas demandas de água, dependendo exclusivamente dos mananciais dos municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu.

Outro problema relatado (e mais grave) é a falta de água, pois a vazão de saída da ETA de Laranjal abastece também o município de São Gonçalo e Paquetá. O déficit hídrico para esse sistema em 2008, apontado em estudos da UFF⁵⁵, já era da ordem de 2,57m³/s. Além disso, é necessário levar em consideração o aumento previsto da demanda hídrica para a região, quando calcu-

Nome	Capacidade	Local	Nome	Capacidade	Local
Reservatório do Barreto	---	Barreto	Reservatório do Morro do Arroz	170 m ³	Ingá
Reservatório do Pires	---	Barreto	Reservatório Morro do Estado	200 m ³	Ingá
Reservatório Castro	---	Fonseca	Reservatório Cavalão	4.980 m ³	Icaraí
Reservatório Maracanã	2.500 m ³	Fonseca	Reservatório Maria Paula	2.500 m ³	Maria Paula
Reservatório Fonseca	3.600 m ³	Fonseca	Reservatório Santa Barbara	2.500 m ³	Santa Bárbara
Reservatório Caramujo	---	Caramujo	Reservatório Pendotiba	3.000 m ³	Pendotiba
Reservatório Correção	9.000 m ³	Centro	Reservatório Muriqui	250 m ³	Muriqui
Reservatório Várzea das Moças	220 m ³	Várzea das Moças	Reservatório Itaipu	3.000 m ³	Itaipu

lada a partir de projeções populacionais para os próximos 20 anos, considerando a presença do Comperj na área.

A partir do exposto, conclui-se que esse sistema de abastecimento de água não pode ser pensado como um problema local. Terá que ser resolvido em escala regional, tendo em vista a interdependência das redes de abastecimento de um sistema integrado. A disponibilidade hídrica não se apresenta de forma uniforme na área e, portanto, as regiões que têm mais oferta de água terão que ceder para as mais desfavorecidas. Diante dessa situação, é necessária a implantação de ações que viabilizem o aumento da disponibilidade hídrica, com o intuito

de evitar a continuidade dos conflitos pelos usos da água e assim contribuir para o bem estar social, econômico e ambiental da região.

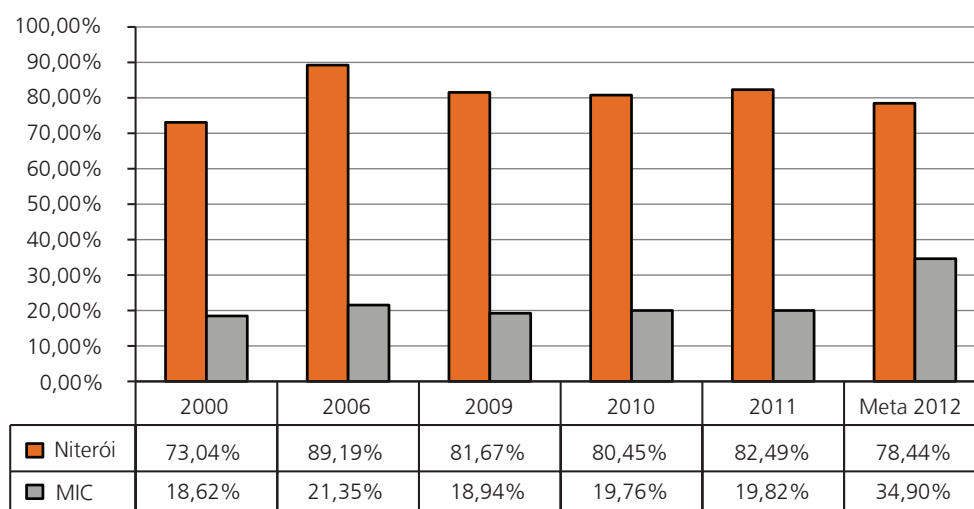
Com o intuito de contribuir para a solução desse problema, em 30 de março de 2012, a Petrobras assinou Convênio com a Secretaria Estadual do Ambiente para a construção de barragem na bacia do rio Macuco (barramento sobre a calha do rio Guapi-Açu), uma das soluções propostas pelo referido estudo da UFF. Segundo a Secretaria do Ambiente, essa barragem possibilitará um acréscimo de vazão para o sistema Imunana de 3 a 5m³/s, o que representa aproximadamente a necessidade hídrica prevista para o ano 2020.

O município de Niterói apresentava, no período de 2000 a 2011, os maiores índices de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto, respectivamente 73,04% e 82,49%, percentuais muito superiores aos observados no conjunto dos MIC (18,62% e 19,82%), tendo ultrapassado a sua Meta de 78,44% desde 2006.

O sistema de coleta e tratamento de esgoto de Niterói é composto por sete Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), a saber:

- ETE Icaraí - Trata 975 litros/s e atende aos bairros de Boa Viagem, Charitas, Cubango, Icaraí, Ingá, Santa Rosa, São Francisco e Vital Brazil. Com sistema de tratamento primário qui-

Abrangência da rede coletora de esgoto (2000, 2006, 2009, 2010 e 2011)



Fonte: IBGE/ Cedae, prefeitura.

Elaboração: NEPHUJ UFF, 2012.

micamente assistido, a estação lança os dejetos no emissário submarino de Icaraí. Aliada ao emissário, a ETE Icaraí forma um sistema de tratamento a nível secundário. Recebe cerca de 250m³ de chorume por dia pela Rede Coletora de Chorume do Aterro Sanitário do Morro do Céu.

- ETE Mocanguê - Localizada na Baía de Guanabara, trata os efluentes da Base Naval e tem vazão de 30 litros/s.

- ETE Itaipu - Tem capacidade para tratar 110 litros/s e é responsável pelo tratamento do esgoto produzido nos bairros de Itaipu, Itacoatiara e Engenho do Mato. Executa tratamento em nível terciário e seu sistema é complementado por 125km de rede coletora, além de 28 elevatórias.

- ETE Toque-Toque - Foi implantada originalmente com vazão de 220 litros/s, para atender à Zona Central da cidade e parte da Zona Norte. Posteriormente foi ampliada, passando a ter capacidade para 400 litros/s. É uma estação de tratamento de esgoto vertical, realizando tratamento em nível secundário, com redução de 90% da carga orgânica dos dejetos.

- ETE Jurujuba - Processa uma vazão média de 20 litros/s, com capacidade mensal superior a 100 milhões de litros. A estação atende a seis mil moradores do bairro, por meio do tratamento biológico em nível secundário, removendo mais de 90% da carga orgânica poluente, com um processo de degradação orgânica.

- ETE Barreto - Atende aos bairros Barreto e Engenhoca e tem capacidade de tratar 110 litros/s, beneficiando cerca de 50 mil pessoas.

- ETE Cambinhas - Tem vazão de 110 litros/s e atende a 35 mil pessoas dos bairros de Piratininga, Cambinhas, Jacaré, Cafubá e Jardim Imbuí. Realiza tratamento de esgoto em nível terciário, que reduz em até 95% o despejo de carga orgânica no meio ambiente. O sistema incluiu a implantação de 120km de rede coletora de esgoto, 25 elevatórias e seis mil ligações domiciliares na Região Oceânica.

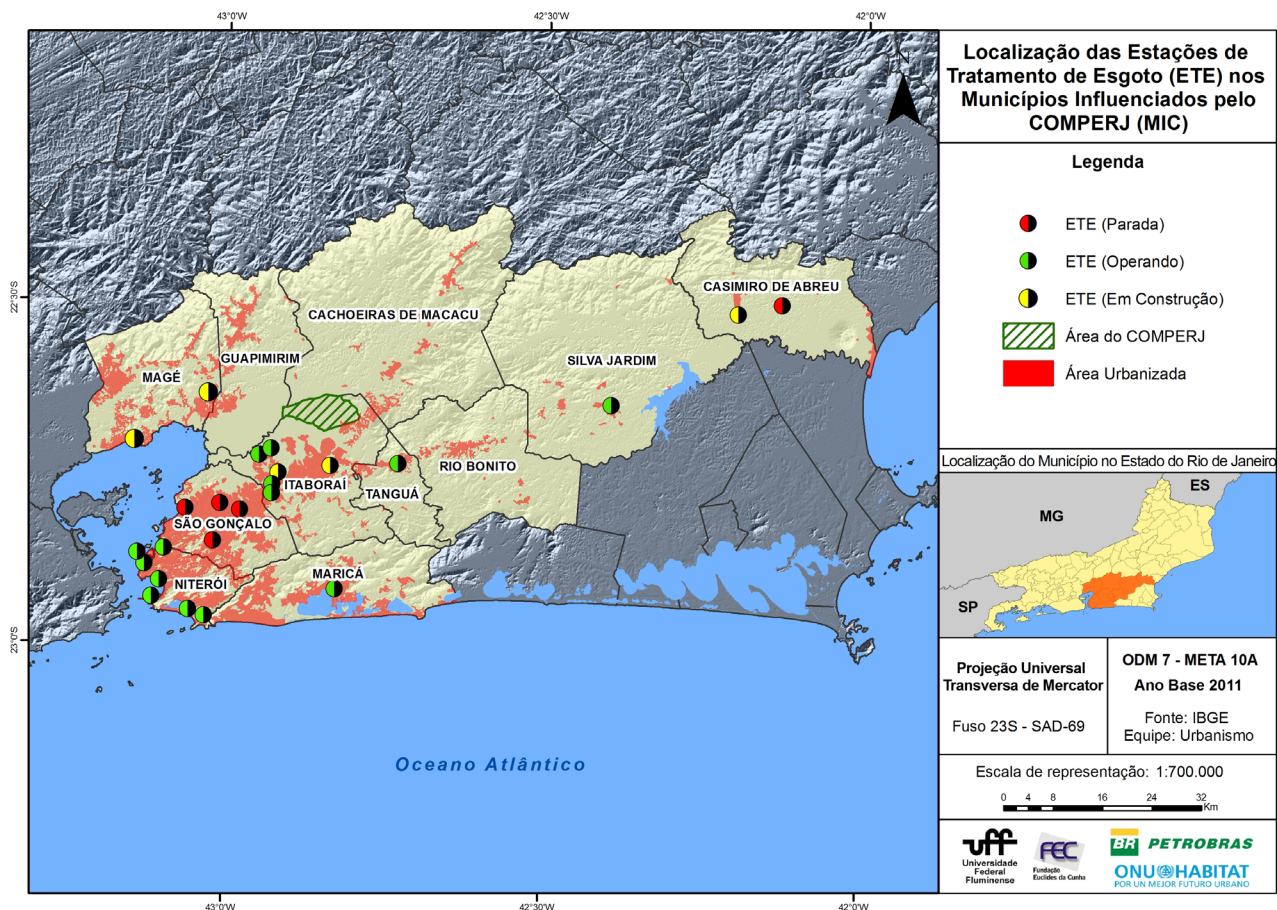
É importante lembrar que, apesar de o município de Niterói apresentar um alto índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto, conforme ocorre com os de-

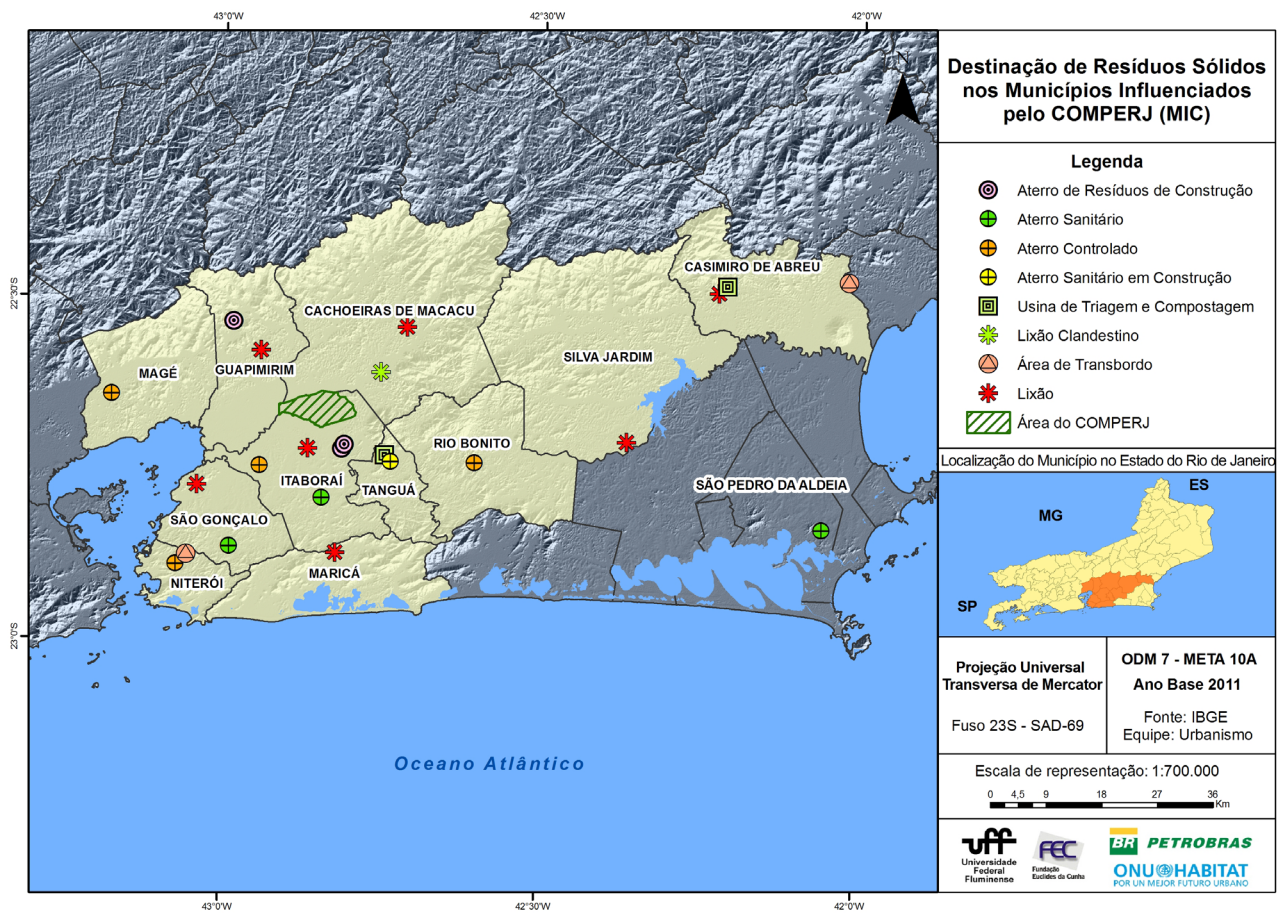
mais municípios da região, esse serviço, é ofertado de forma desigual. A maioria dos assentamentos precários aí existentes não possui acesso à rede oficial de coleta de esgoto sanitário e, como única alternativa, seus efluentes são lançados *in natura* nas redes de águas pluviais ou nos leitos dos rios. Em quase a totalidade dos assentamentos é viável a implantação de rede de esgoto, já que seu entorno é atendido pela rede geral.

No município de Niterói, a gestão dos serviços de limpeza urbana (coleta de resíduos sólidos e varredura das áreas públicas) é responsabilidade da Companhia de Limpeza de Niterói (CLIN), sociedade de economia mista com administração pública.

O município declara cobrir 100% dos domicílios particulares permanentes urbanos com o serviço de coleta. Os dados do IBGE indicam que 99% dos domicílios totais do município são cobertos pelo serviço. As empresas Limpatech e Vital Engenharia (pelo consórcio Araribóia) são responsáveis pelos serviços de coleta de resíduos.

A frequência é diária na parte central da cidade. Nos demais bairros, a





coleta é realizada três vezes na semana. Para isso, são empregados caminhões compactadores, basculantes e de carrocera fixa. Nas áreas de difícil acesso, são instaladas caçambas da CLIN.

Os resíduos públicos (limpeza de logradouros) são recolhidos separadamente pela CLIN. A coleta dos resíduos de saúde é executada em separado diariamente pela própria prefeitura ou por empresas contratadas para este fim. Os serviços de poda de árvores, de capina e roçada, são realizados pela própria prefeitura e os resíduos resultantes são encaminhados para o aterro controlado de Morro do Céu. A varrição ocorre diariamente nas ruas pavimentadas, sendo mecanizada quando em vias pavimentadas e de grande movimento. O município conta com um Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil e, atualmente, utiliza esses resíduos em obras de asfaltamento, encostas, redes pluviais, entre outras.

De acordo com a prefeitura, todo o resíduo coletado seletivamente na cidade de Niterói é doado para duas cooperativas de catadores (uma no Morro do Céu e a outra na Rua Padre

Anchieta – Coopcanit). Além disso, o Fórum Municipal de Lixo e Cidadania de Niterói promove o trabalho de cooperativas de coleta de óleo de cozinha nas comunidades, em parceria com vários órgãos, além do recolhimento de óleo automotivo usado, pilhas, baterias e garrafas PET.

Quanto à cobrança pelos serviços regulares de limpeza urbana, esta é realizada por meio de uma taxa específica incluída no mesmo boleto do IPTU.

Desde novembro de 2011 até maio de 2012, os resíduos sólidos urbanos do município eram encaminhados para um aterro sanitário particular, a Central de Tratamento de Resíduos Itaboraí (CTR Itaboraí), situada nas proximidades da RJ-114 e construída para este fim, em uma área de uma antiga fazenda. Sua operação é de responsabilidade da empresa Estre Ambiental. Após a inauguração do CTR Alcântara, grande parte dos resíduos sólidos do município passou a ser encaminhados para esse local. O restante desses resíduos ainda é encaminhado para o Morro do Céu, que é um aterro controlado que está chegando ao limite de sua vida útil.

A Prefeitura de Niterói já comprou terrenos ao lado do Morro do Céu para a construção de um novo aterro, numa área de 70 mil metros quadrados, cujo projeto já tem Licença Prévia (LP) concedida pelo INEA desde 2007, mas, para o início das obras, ainda depende da Licença de Instalação (LI). Este novo aterro deverá entrar em operação daqui a dois ou três anos, com vida útil de 15 anos. Só receberá resíduos de poda e varrição, que representam 30% do volume do lixo da cidade; o restante continuará sendo encaminhado à CTR Alcântara.

CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

A Meta 11 trata da questão da habitação da população urbana. Essa análise considera os assentamentos precários, uma das expressões mais importantes da fragilidade das condições de moradia da população mais empobrecida, referenciando-os à área urbanizada. São avaliadas as variações em termos de número de domicílios e de área ocupada na área urbanizada e nos assentamentos (Indicadores A e B), de modo a traçar um panorama sobre os processos de urbanização e de informalidade habitacional. Adicionalmente, são examinadas as ações do poder público, especialmente o municipal, relativas à habitação de interesse social, sejam elas de recuperação/promoção de melhorias no estoque de unidades habitacionais, representado pelos assentamentos precários, sejam de produção de novas moradias (Indicadores D, E e F).

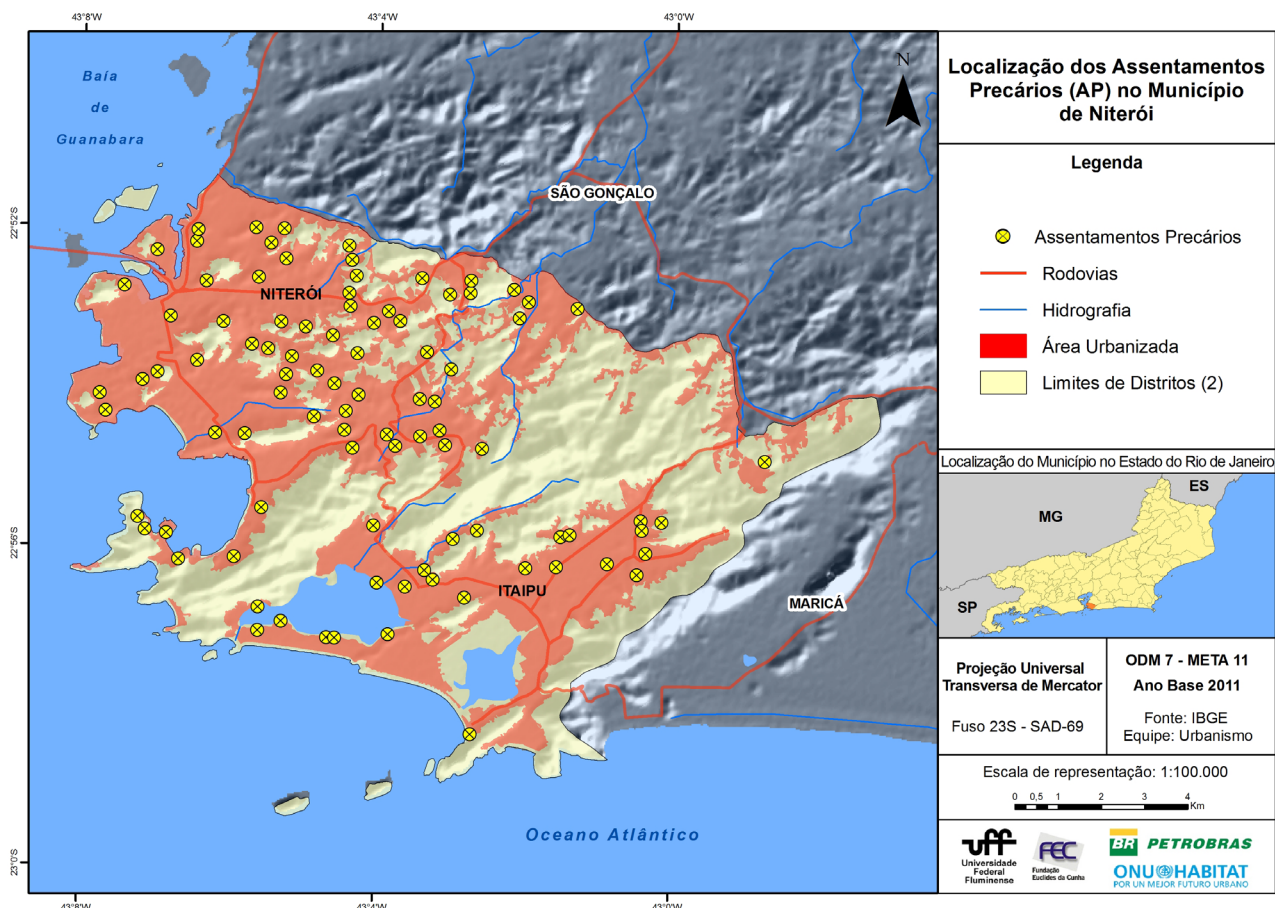
O município, em 2000, possuía 143.924 domicílios particulares permanentes, tendo atingido no ano do anúncio do Comperj (2006) 159.112 domicílios urbanos e passando para 171.768 no ano de 2011. Considerando o período 2000-2006, o aumento registrado foi de 10,55% e no período seguinte (2006 a 2011), o incremento verificado foi de 7,95%, indicando que houve desaceleração no ritmo da urbanização, portanto, em taxa inferior aos 12,19% registrados neste último período nos municípios de influência do Comperj (MIC).

Os dados referentes aos assentamentos precários identificados nesta pesquisa estão sendo construídos a cada etapa, por meio de rede de lideranças populares que, em imagens de satélite de alta resolução apontam as áreas. Este método foi adotado, tendo em vista a discrepância entre os resultados apresentados por fontes secundárias (Prefeitura, IBGE, PLHIS). Assim sendo, os assentamentos registrados neste boletim correspondem aos reconhecidos por esta pesquisa até a data de fechamento deste documento.

Outras áreas precárias foram apontadas recentemente pelas lideranças comunitárias locais. Elas estão sendo avaliadas, conforme o conceito de assentamento precário adotado abaixo:

• **Assentamento Urbano Precário ou Subnormal:** conjunto de moradias que carece de segurança da posse da terra e de, pelo menos, um dos seguintes atributos: qualidade estrutural e durabilidade da construção, acesso à água potável e ao esgotamento sanitário;

Entre os municípios estudados, Niterói é o que apresenta maior número de AP. Em 2000 apresentava 93 assentamentos precários (AP), mantendo este número até o ano de 2011. Os assentamentos precários mais antigos e consolidados concentram-se, principalmente, na Região das Praias da Baía e na Região Norte, ambas localizadas no distrito Sede, enquanto a Região de Pendotiba apresenta os maiores assentamentos em extensão. Os assentamentos mais recentes e com maior taxa de crescimento encontram-se na Região

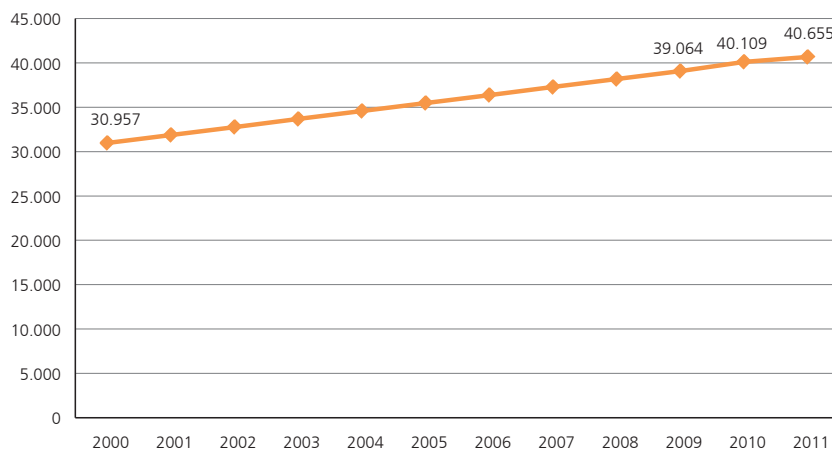


Oceânica, principal zona de expansão urbana do município.

No ano 2000, o número de domicílios em AP no município totalizava 30.957 e sete deles apresentavam mais de 1.000 unidades habitacionais. No ano 2006, esse número passou para 36.363, apresentando crescimento de 17,46%. No período 2006-2011, o aumento foi de 11,80%, atingindo 39.064 moradias em 2009, 40.109 em 2010 e 40.655 em 2011, com um dos AP chegando a ter mais de 2.700 domicílios e oito deles, mais de 1.000. Se comparado ao crescimento do número total de domicílios urbanos no município, é possível notar que o aumento de domicílios em assentamentos precários no período 2000-2009 (26,19%) foi muito superior ao aumento do número total de domicílios particulares permanentes (15,83%). Ainda assim, no período de 2000 a 2011, a taxa de crescimento da informalidade foi mais baixa em Niterói (31,33%) do que no conjunto dos municípios estudados (38,80%).

Com relação à Meta estabelecida para o Indicador B (percentual de do-

Número de domicílios em assentamentos precários em Itaboraí (2000 e 2011)



Elaboração: NEPHUIUFF, 2012.

Fonte: Dados sobre assentamentos precários: contagem por imagem de satélite 2000, 2009, 2010 e 2011 e estimativa por projeção linear entre 2000 e 2011.

micílios em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios urbanos), em 2000 esse percentual era de 21,51%, tendo passado em 2011 para 23,65%, o que indica que o município se afasta da Meta estabelecida para 2012, isto é, ter, no máximo, 19,36% dos domicílios urbanos em AP.

No período 2000-2011, 16 assentamentos apresentaram crescimento superior a 100% no número de domicílios. Os assentamentos com os maiores aumentos foram Fazendinha II (530,00%), Comunidade da Rua 76 (320,00%), Rua Polônia (241,67%) e Cacilda Ouro (241,67%).

Área e número de domicílios em AP (2000 a 2011)

Nome do Assentamento	Localização	Área (km²)					Cresc. Total %	Número de Domicílios				
		2000	2009	2010	2011	2000		2009	2010	2011	Cresc. Total %	
Av. Acúrsio Torres	Piratininga	0,031	0,033	0,034	0,036	16,08%	140	219	223	223	59,29%	
Badú / Mato Grosso	Badú	0,189	0,207	0,207	0,207	9,14%	573	660	706	712	24,26%	
Beira da Lagoa	Piratininga	0,004	0,004	0,004	0,004	20,05%	23	24	24	27	17,39%	
Beira da Lagoa II	Piratininga	0,003	0,003	0,003	0,003	0,00%	19	21	22	24	26,32%	
Boa Vista / Serrão / Juca Branco	São Lourenço	0,357	0,359	0,369	0,411	15,05%	1.606	1.743	1.758	1.769	10,15%	
Cacilda Ouro	Engenho do Mato	0,004	0,004	0,004	0,005	15,09%	12	38	39	41	241,67%	
Caixa d'Água	Fonseca	0,179	0,179	0,188	0,198	10,58%	639	719	742	745	16,59%	
Cantagalo II	-	0,041	0,043	0,043	0,043	4,98%	175	169	169	169	-3,43%	
Capim Melado	Ititioca	0,100	0,100	0,103	0,108	7,69%	373	377	430	463	24,13%	
Colônia de Pescadores	Itaipú	0,026	0,026	0,026	0,026	0,00%	67	150	151	183	173,13%	
Comunidade da Rua 76	Engenho do Mato	0,007	0,007	0,007	0,009	23,63%	15	49	49	63	320,00%	
Comunidade do Badu	Matapaca	0,053	0,078	0,078	0,081	52,55%	140	235	243	248	77,14%	
Comunidade do Sabão	São Lourenço	0,018	0,020	0,020	0,020	9,39%	111	201	201	208	87,39%	
Cova da Onça	Baldeador	0,023	0,026	0,029	0,029	26,31%	125	136	147	147	17,60%	

Nome do Assentamento	Localização	Área (km²)					Cresc. Total %	Número de Domicílios				
		2000	2009	2010	2011	2000		2009	2010	2011	Cresc. Total %	
Engenho do Mato	Engenho do Mato	0,033	0,037	0,042	0,042	27,69%	63	124	125	125	98,41%	
Fazenda do Cafubá	Piratininga	0,108	0,108	0,110	0,118	10,02%	586	601	603	605	3,24%	
Fazendinha	Badú	0,019	0,019	0,019	0,020	2,99%	59	83	85	87	47,46%	
Fazendinha I	Serra Grande	0,002	0,002	0,002	0,002	39,86%	11	29	29	32	190,91%	
Fazendinha II	Serra Grande	0,018	0,020	0,020	0,022	22,83%	20	122	124	126	530,00%	
Goiabão	Maravista	0,003	0,004	0,004	0,004	28,07%	15	20	20	20	33,33%	
Iate Clube Piratininga	Piratininga	0,020	0,020	0,020	0,021	5,79%	50	104	107	109	118,00%	
Jacaré II	Jacaré	0,010	0,010	0,010	0,011	3,11%	45	78	78	79	75,56%	
Jardim Alvorada	Viçoso Jardim	0,250	0,263	0,273	0,273	9,20%	600	813	829	848	41,33%	
Jerônimo Afonso	Fonseca	0,016	0,016	0,016	0,018	12,05%	118	141	144	144	22,03%	
Lagoinha/ Biquinha	Caramujo/ Viçoso Jardim	0,208	0,221	0,221	0,223	6,97%	504	955	983	988	96,03%	
Mangueirão	Engenho do Mato	0,009	0,013	0,015	0,015	59,54%	27	77	83	83	207,41%	
Martins Torres	Santa Rosa	0,071	0,071	0,076	0,083	16,46%	201	220	234	240	19,40%	
Morro Bela Vista	Caramujo/ Sapé	0,058	0,060	0,060	0,063	8,04%	183	323	332	352	92,35%	
Morro da Cocada	Badú	0,116	0,116	0,116	0,116	0,00%	463	472	492	495	6,91%	
Morro da Cotia	Icaraí	0,004	0,004	0,004	0,004	0,74%	59	64	65	65	10,17%	
Morro da Iara-Abacaxi	-	0,024	0,029	0,029	0,029	21,16%	58	59	63	65	12,07%	
Morro da Igrejinha	São Lourenço	0,029	0,029	0,029	0,031	8,66%	142	167	181	186	30,99%	
Morro da Ilha da Conceição	Ilha da Conceição	0,102	0,102	0,102	0,104	2,20%	522	619	637	641	22,80%	
Morro da Ititoca	-	0,066	0,082	0,086	0,090	37,13%	191	191	215	219	14,66%	
Morro da Luz	Maravista	0,019	0,019	0,020	0,020	3,81%	102	157	171	172	68,63%	
Morro da Penha	Ponta da Areia	0,108	0,114	0,118	0,118	9,21%	557	690	707	709	27,29%	
Morro do Africano / Viradouro / União	Viradouro	0,168	0,168	0,179	0,182	8,02%	451	519	534	535	18,63%	
Morro do Arroz / Chácara	Centro	0,048	0,050	0,052	0,052	7,49%	331	337	338	338	2,11%	
Morro do Atalaia	Ititoca	0,375	0,438	0,449	0,450	19,98%	993	1.453	1.474	1.524	53,47%	
Morro do Beltrão	Santa Rosa	0,210	0,218	0,230	0,240	14,44%	620	643	637	671	8,23%	
Morro do Bomfim	-	0,194	0,195	0,195	0,201	3,68%	583	793	807	807	38,42%	
Morro do Bonsucesso	Piratininga	0,089	0,093	0,093	0,107	19,44%	519	530	558	590	13,68%	
Morro do Bumba	Viçoso Jardim	0,132	0,142	0,184	0,184	39,08%	293	533	254	253	-13,65%	
Morro do Cafubá / Caniçal	Cafubá	0,091	0,091	0,091	0,091	0,83%	297	405	438	438	47,47%	
Morro do Cantagalo	Cantagalo	0,148	0,151	0,162	0,163	9,85%	631	646	715	718	13,79%	
Morro do Caranguejo	Largo da Batalha	0,043	0,048	0,048	0,048	12,77%	253	320	321	331	30,83%	
Morro do Castro	Fonseca	0,054	0,054	0,055	0,057	5,39%	128	155	155	171	33,59%	
Morro do Cavalão / Vital Brasil / Souza Soares	Icaraí/ Vital Brasil	0,341	0,348	0,373	0,376	10,16%	1.128	1.473	1.518	1.525	35,20%	
Morro do Céu	Caramujo/ Viçoso Jardim	0,395	0,399	0,401	0,416	5,19%	704	905	901	925	31,39%	

Nome do Assentamento	Localização	Área (km²)					Cresc. Total %	Número de Domicílios				
		2000	2009	2010	2011	2000		2009	2010	2011	Cresc. Total %	
Morro do Estado	Centro/ Ingá	0,124	0,123	0,126	0,126	1,77%	1.290	1.315	1.324	1.329	3,02%	
Morro do Holofote	Barreto	0,080	0,080	0,080	0,080	0,11%	287	357	370	371	29,27%	
Morro do Jacaré I	Jacaré	0,041	0,041	0,041	0,044	9,55%	144	163	167	174	20,83%	
Morro do Maceió	Maceió	0,130	0,153	0,184	0,188	44,92%	391	443	445	458	17,14%	
Morro do Morcego	Jurujuba	0,007	0,007	0,007	0,007	0,00%	19	49	50	51	168,42%	
Morro do Palácio	Ingá	0,076	0,081	0,083	0,083	9,49%	429	506	540	558	30,07%	
Morro do Pau Ferro	Jurujuba	0,026	0,026	0,027	0,027	3,27%	170	212	217	218	28,24%	
Morro do Sapê / Santa Bárbara	Santa Barbara	0,020	0,022	0,025	0,025	29,02%	83	99	101	102	22,89%	
Morro do Saraiva	Viçoso Jardim/ Fonseca	0,119	0,125	0,129	0,129	8,05%	340	366	451	451	32,65%	
Morro dos Marítimos/ São José	Engenhoca/ Barreto	0,358	0,365	0,364	0,364	1,61%	1.282	1.419	1.448	1.489	16,15%	
Morro Fátima	Pé Pequeno	0,052	0,058	0,061	0,062	19,75%	283	288	294	296	4,59%	
Morro Frei Orlando	-	0,014	0,015	0,014	0,014	5,79%	55	55	59	57	3,64%	
Morro Lara Vilela	São Domingos	0,020	0,020	0,021	0,021	6,65%	131	158	173	181	38,17%	
Morro Lazareto	Jurujuba	0,059	0,059	0,059	0,059	0,00%	409	450	463	463	13,20%	
Morro Loteamento Vila Verde	Jacaré	0,021	0,041	0,041	0,041	91,11%	86	169	170	174	102,33%	
Morro Monan Pequeno	Cantagalo	0,038	0,040	0,040	0,040	4,00%	189	265	291	300	58,73%	
Morro Nova Brasília	Fonseca	0,143	0,143	0,143	0,144	1,00%	652	893	925	931	42,79%	
Morro Preventório	Jurujuba	0,274	0,274	0,275	0,278	1,22%	1.028	1.321	1.330	1.333	29,67%	
Morro Salina / Peixe Galo	Jurujuba	0,066	0,075	0,075	0,078	18,39%	277	297	318	324	16,97%	
Morro União / Igreja / Grotá	Cachoeira	0,542	0,550	0,550	0,595	9,77%	1.572	1.757	1.857	1.869	18,89%	
Não Identificado 01	-	0,065	0,065	0,065	0,065	0,00%	100	178	178	195	95,00%	
Não Identificado 02	-	0,059	0,059	0,059	0,059	0,00%	597	880	916	916	53,43%	
Palmeiras	Piratinga	0,006	0,007	0,008	0,008	19,52%	41	51	59	61	48,78%	
Pátio Leopoldina (São Francisco)	São Francisco	0,012	0,012	0,012	0,012	0,00%	60	94	105	105	75,00%	
Pátio Lepoldina	Barreto	0,109	0,121	0,121	0,121	11,78%	240	429	460	460	91,67%	
Patío Lepoldina II/ Maruí Grande	Barreto	0,105	0,111	0,117	0,117	11,75%	625	885	891	891	42,56%	
Praça do Triângulo	Engenho do Mato	0,010	0,010	0,010	0,010	0,00%	14	33	37	38	171,43%	
Praça Santo Antônio	Santo Antonio	0,001	0,001	0,001	0,001	69,83%	3	7	8	8	166,67%	
Quadra 51 Engenho do mato	Engenho do Mato	0,001	0,002	0,002	0,002	28,68%	3	7	8	8	166,67%	
Remanso Verde	Matapaca	0,025	0,029	0,032	0,032	27,16%	44	106	107	108	145,45%	
Remanso Verde II	-	0,024	0,026	0,027	0,027	11,75%	60	74	83	83	38,33%	
Rua do Brito	Várzea das Moças	0,037	0,041	0,048	0,048	32,14%	57	155	160	164	187,72%	
Rua Polônia	Maria Paula	0,013	0,031	0,037	0,037	193,17%	36	119	123	123	241,67%	
Sabino Teodoro	Santa Barbara	0,036	0,036	0,040	0,041	13,94%	101	165	166	166	64,36%	
Saibreira	Jacaré/ Santo Antônio	0,073	0,077	0,077	0,077	5,59%	398	440	446	446	12,06%	

Nome do Assentamento	Localização	Área (km ²)					Cresc. Total %	Número de Domicílios				
		2000	2009	2010	2011	2000		2009	2010	2011	Cresc. Total %	
Serrinha / Morro do Abacaxi	Cubango	0,055	0,055	0,066	0,067	20,91%	190	250	263	263	38,42%	
Tibau	Piratininga	0,010	0,010	0,010	0,010	0,00%	40	67	71	72	80,00%	
Travessa Antonio Flor	Fonseca	0,010	0,013	0,013	0,013	31,83%	42	82	85	85	102,38%	
Travessa Figueira	Fonseca	0,031	0,037	0,048	0,050	60,68%	77	116	120	120	55,84%	
Travessa Irany	Fonseca	0,119	0,125	0,136	0,136	14,03%	483	729	750	750	55,28%	
Travessa Regina	Santa Barbara	0,030	0,037	0,039	0,039	31,66%	102	145	151	151	48,04%	
Travessa Souza Soares	-	0,028	0,034	0,034	0,034	22,94%	97	140	140	140	44,33%	
Vila Ipiranga	Fonseca	0,182	0,197	0,220	0,220	21,14%	960	1.201	1.215	1.215	26,56%	
Vila Ipiranga II / Santo cristo	Fonseca/ Engenhoca	0,569	0,582	0,582	0,584	2,71%	1.945	2.567	2.713	2.720	39,85%	
Total		8,435	8,855	9,164	9,389	11,30%	30.957	39.064	40.109	40.655	31,33%	

Elaboração: NEPHUIUFF, 2012.

Dados sobre assentamentos precários: contagem por imagem de satélite 2000, 2009, 2010 e 2011 e estimativa por projeção linear entre 2000 a 2011.

O município de Niterói possui em 2011 a segunda maior área ocupada por AP (9.389km²) e o maior número de domicílios em AP (40.655), comparado aos demais que compõem o conjunto dos MIC. Por outro lado, foi um dos municípios que apresentou pouco crescimento percentual de área ocupada por AP, no período 2000-2011 (11,30%), ficando abaixo da média dos MIC (17,35%). Como apresentou crescimento em área menos elevado que o crescimento do número de domicílios em AP, significa que estes assentamentos estão se adensando e verticalizando nestes últimos anos.

Ainda assim, alguns assentamentos apresentaram aumento de área bastante acima da média do município neste mesmo período. Entre eles: Rua Polônia (193,17%), Morro Loteamento Vila Verde (91,11%), Mangueirão (59,54%), e Comunidade do Badu (52,55%). No ano 2000, o município possuía uma área ocupada por AP de 8,435 km², passando a 8,855km² em 2009, 9,164km² em 2010 e 9,389km² em 2011.

O exame em termos do Indicador A (percentual da área ocupada por assentamentos precários, em relação à área urbana) mostra que em 2000 esse per-

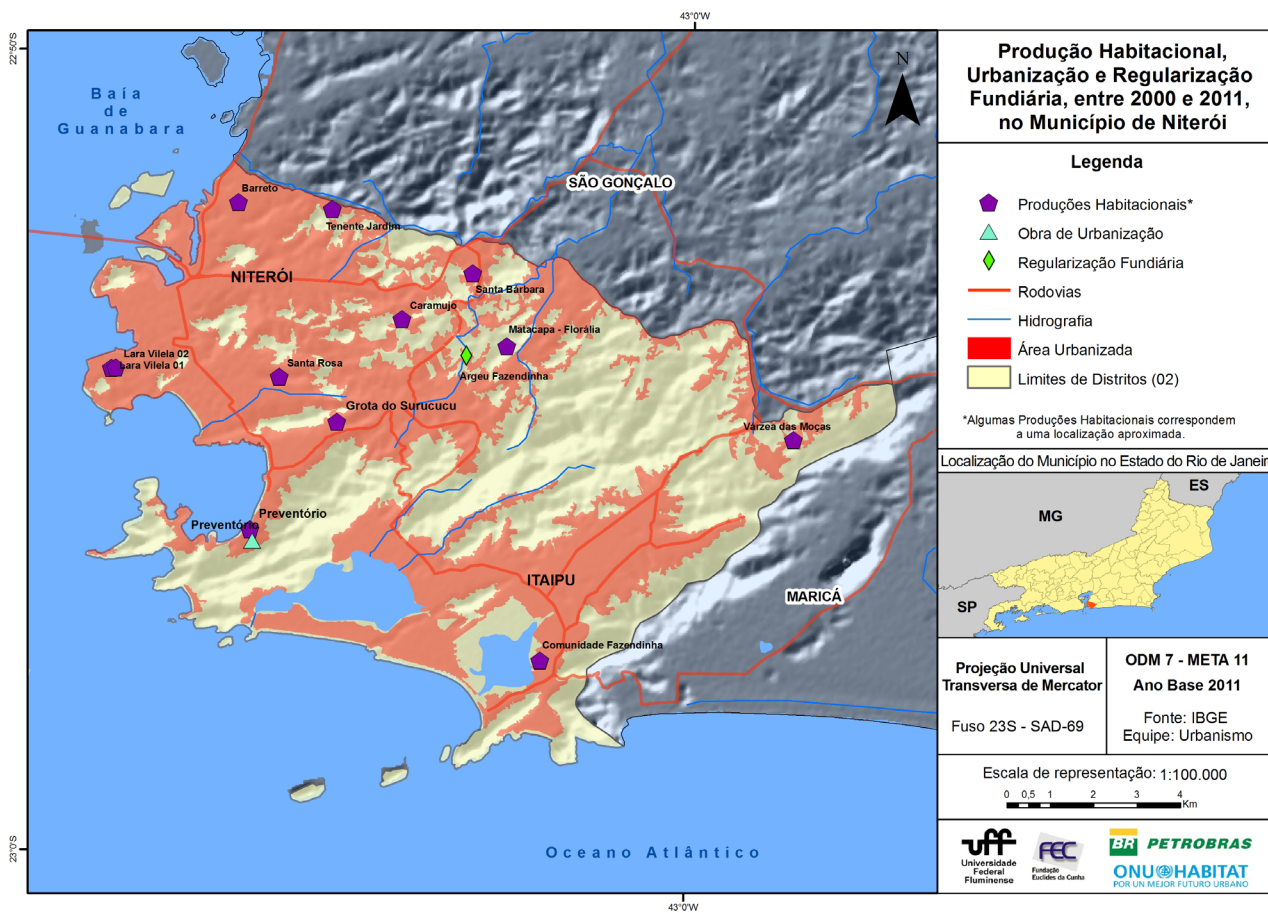
centual era de 13,57%, tendo aumentado em 2011 para 14,59%. Sendo assim, o município não alcançou a Meta estabelecida para 2012, isto é, ter no máximo 12,21% de seu território urbanizado ocupado por AP. Ao contrário disto, os dados registrados evidenciam um afastamento da Meta.

Os dados referentes à produção habitacional nos MIC foram sistematizados em quatro períodos: 2000-2003, 2003-2006, 2006-2009 e 2009-2011, tendo como referência marcos considerados importantes. O ano 2000 serviu de base para as metas dos ODMs, 2003 marca a criação do Ministério das Cidades, em 2006 ocorreu o anúncio do Comperj e em 2009 foi iniciada a pesquisa de monitoramento anual, sendo 2011 o último ano com dados atualizados.

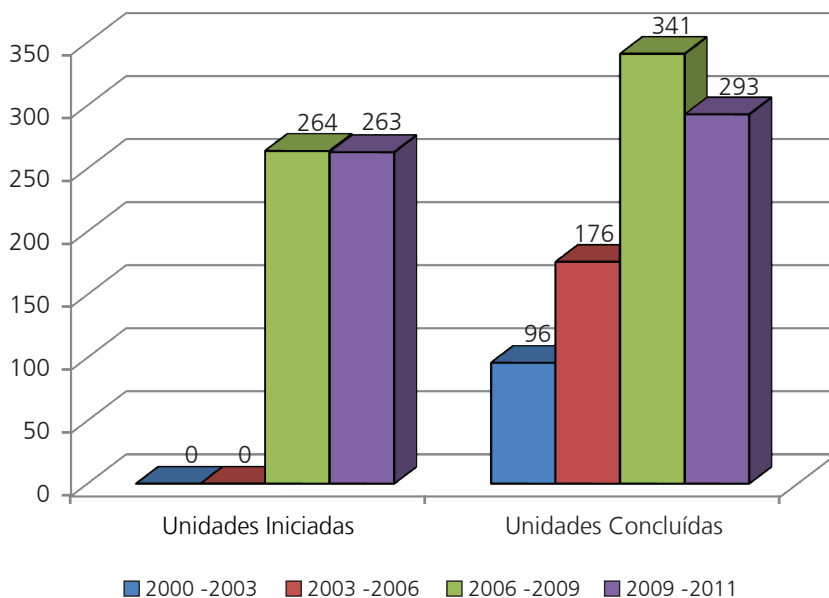
Niterói é o segundo município dos MIC com maior produção habitacional (906 unidades habitacionais), estando atrás apenas de São Gonçalo, porém, é o que conta com maior número de domicílios em AP, sendo sua Meta 11 a mais alta (produzir ou recuperar o es-toque habitacional de pelo menos 3.096 unidades habitacionais). Apesar de possuir uma produção habitacional constante no período de 2000 a 2011,

o município ainda não alcançou sua Meta 11.

No município não existe uma concentração espacial das unidades habitacionais produzidas, a maioria das unidades habitacionais localizam-se próximas às áreas de maior concentração de assentamentos precários, como Preventório, Grota do Surucucu e Lara Vilela. As duas únicas produções destinadas a famílias com renda entre 3 e 6 salários mínimos são Tenente Jardim e Santa Bárbara, localizadas próximas à divisa com o município de São Gonçalo.



Produção habitacional (2000 a 2011)



*Não foram informadas as datas de início das obras concluídas até 2007.

Fonte: Prefeitura e lideranças comunitárias.

Elaboração: NEPHUIUFF, 2012.

Preventório, 2012



Fonte: NEPHU/UFF, 2012.

Urbanização em AP

Municípios	Nº de Dom. em Assentamentos	Nº de Assentamentos	Assentamentos com Obras de Urbanização	Estágio	Moradias Urbanizadas	Tipo de Urbanização
			2000-2011			
Niterói	40.655	93	Preventório	Concluída	1.930	Complexa
			Capim Melado	Sem Previsão	416	Complexa
			Morro da Cocada	Sem Previsão	173	Complexa
			Vila Ipiranga	Sem Previsão	780	Complexa
MIC	103.968	309	-	-	12.507	-

Fonte: Prefeitura e lideranças comunitárias.
Elaboração: Equipe Habitação NEPHU/UFF, 2012.

No município de Niterói, entre os anos 2000 e 2011, o assentamento Preventório passou por processo de urbanização que beneficiou 1.930 famílias (a regularização neste assentamento ainda está sendo concluída). Foi recuperada a pavimentação de vias públicas, instalação de rede de abastecimento de água e esgoto e iluminação pública em partes do AP. Somado a isto, existem outras ações de urbanização em assentamentos em andamento, como Capim Melado, Morro da Cocada, e Vila Ipiranga. Nesse contexto, em termos do Indicador E, percentual de assentamentos precários urbanizados (água potável, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo doméstico e vias calçadas) em relação ao total de assentamentos precários, não é possível o cálculo de

moradias urbanizadas tendo em vista que as ações desenvolvidas tiveram um caráter parcial e ainda se encontram em andamento.

Em relação à regularização fundiária, Indicador D (percentual de domicílios regularizados em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios em assentamentos precários), o município precisa regularizar, no mínimo, 3.096 domicílios em assentamentos, do total de 40.655. Existem dez projetos de regularização fundiária em andamento no município. Estes dez projetos abrangem os assentamentos Morro do Preventório, Comunidade Hípica, Matapaca, Vila Olímpica, Morro da Penha, Holofote, Morro Bela Vista, Capim Melado, Morro da Cocada e Vila Ipiranga, cujos processos precisam ser

confirmados com a prefeitura sobre em que estágios se encontram. Além desses, outros quatro projetos foram iniciados em 2004 que beneficiariam 1.144 famílias (Beira da Lagoa de Piratininga, Morro Lara Vilela, Morro do Lazareto e Monan Pequeno), mas foram interrompidos antes de sua conclusão. Se todos esses projetos forem concluídos, ainda assim o município conseguirá atingir sua Meta. Por outro lado, é importante observar que, num período de dez anos (2000-2010), somente foi registrada a entrega de 30 títulos de propriedade no AP Argeu Fazendinha.



ODM9

ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO COMPERJ

Metas 12 a 18, 23 e 24: Jorge Nogueira de Paiva Britto⁵⁷; Carlos E. Guanziroli⁵⁸; Daniel Ribeiro⁵⁹; Claudio Considera⁶⁰; Leonardo Mulls⁶¹; Luciano Losekan⁶²; Marco Vargas⁶³; Alberto Di Sabbato⁶⁴

Meta 21 e 22: Edna Massae Yokoo⁶⁵; Ana Paula Costa Resende⁶⁶; Sandra Costa Fonseca⁶⁷; Andréa Sobral de Almeida⁶⁸; Waldemir Paixão Vargas⁶⁹; Hélia Kawa⁷⁰

META 12 Viabilização de crescimento continuado da região dos MIC acima do crescimento do Estado e do País.
Indicadores:

- Evolução do PIB em valores constantes
- Evolução do PIB *per capita* em valores constantes

META 13 Atração de mão de obra qualificada para a região dos MIC.
Indicador:

- Evolução do emprego formal

META 14 Melhoria do perfil do mercado de trabalho na região dos MIC.
Indicadores:

- Evolução da taxa de desemprego
- Remuneração média mensal do trabalho formal (em valores correntes)

57 Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

58 Professor Associado IV da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

59 Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

60 Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

61 Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

62 Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

63 Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em Economia.

64 Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

65 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

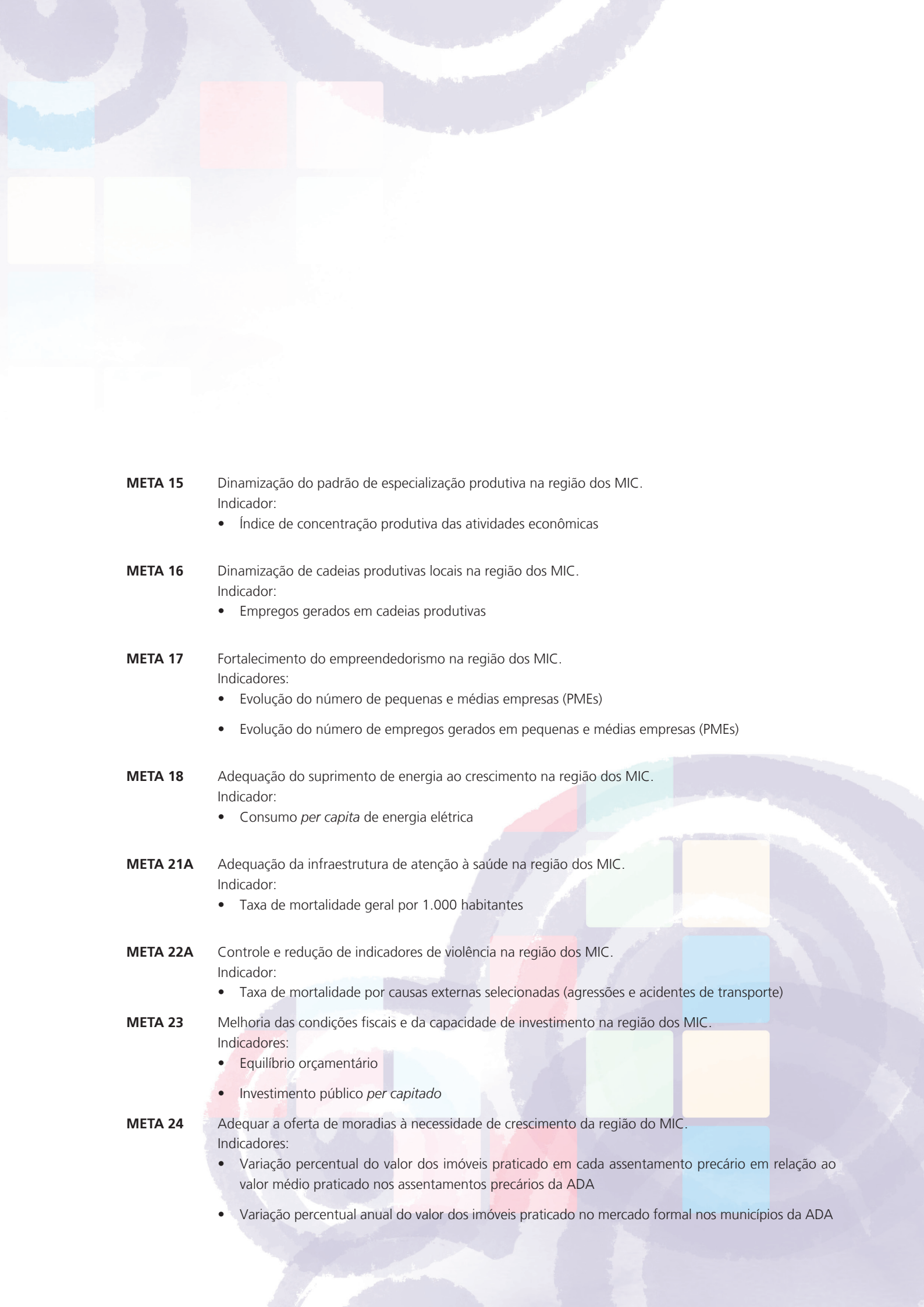
66 Pesquisadora do grupo de pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

67 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

68 Pesquisadora do grupo de pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

69 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense (UFF).

70 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística, Universidade Federal Fluminense (UFF).

- 
- META 15** Dinamização do padrão de especialização produtiva na região dos MIC.
Indicador:
- Índice de concentração produtiva das atividades econômicas
- META 16** Dinamização de cadeias produtivas locais na região dos MIC.
Indicador:
- Empregos gerados em cadeias produtivas
- META 17** Fortalecimento do empreendedorismo na região dos MIC.
Indicadores:
- Evolução do número de pequenas e médias empresas (PMEs)
 - Evolução do número de empregos gerados em pequenas e médias empresas (PMEs)
- META 18** Adequação do suprimento de energia ao crescimento na região dos MIC.
Indicador:
- Consumo *per capita* de energia elétrica
- META 21A** Adequação da infraestrutura de atenção à saúde na região dos MIC.
Indicador:
- Taxa de mortalidade geral por 1.000 habitantes
- META 22A** Controle e redução de indicadores de violência na região dos MIC.
Indicador:
- Taxa de mortalidade por causas externas selecionadas (agressões e acidentes de transporte)
- META 23** Melhoria das condições fiscais e da capacidade de investimento na região dos MIC.
Indicadores:
- Equilíbrio orçamentário
 - Investimento público *per capita*
- META 24** Adequar a oferta de moradias à necessidade de crescimento da região do MIC.
Indicadores:
- Variação percentual do valor dos imóveis praticado em cada assentamento precário em relação ao valor médio praticado nos assentamentos precários da ADA
 - Variação percentual anual do valor dos imóveis praticado no mercado formal nos municípios da ADA

O ODM 9, que objetiva acelerar o processo de desenvolvimento local, com redução de desigualdades na região dos MIC, apresenta várias metas, tais como: (i) viabilizar o crescimento continuado da região acima do crescimento do Estado e do País; (ii) atrair mão de obra qualificada para região; (iii) melhorar o perfil do mercado de trabalho na região; (iv) dinamizar o padrão de especialização produtiva da região; (v) dinamizar cadeias produtivas locais; (vi) fortalecer o empreendedorismo na região; (vii) adequar o suprimento de energia ao crescimento da região; (viii) adequar a malha de transportes; (ix) adequar a infraestrutura de telecomunicações; e (x) promover melhorias das condições fiscais e da

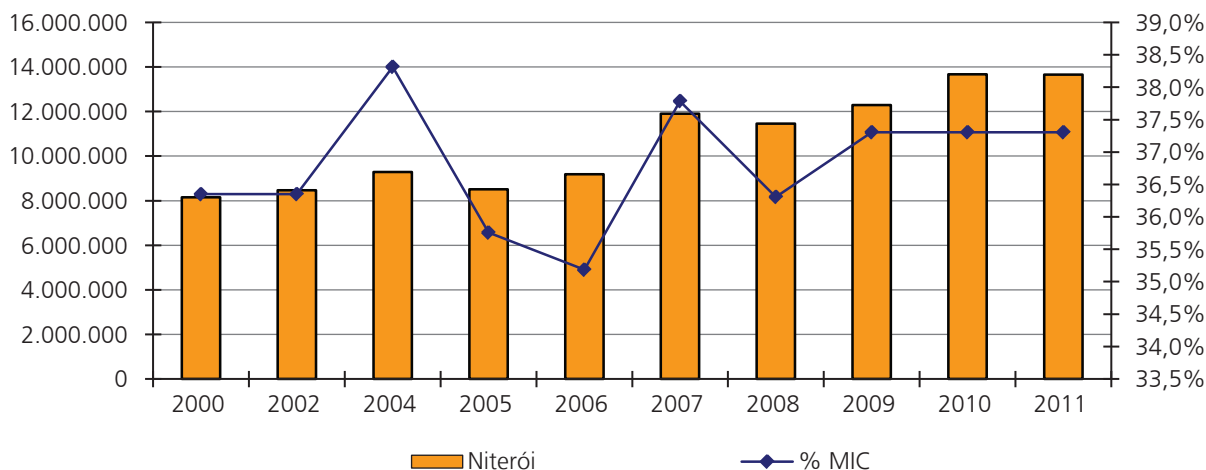
capacidade de investimento dos municípios. Para tanto, serão apresentados alguns dos indicadores elaborados para acompanhar a evolução dessas metas.

O PIB no município de Niterói se elevou de R\$ 8,2 bilhões, em 2000, para R\$ 13,6 bilhões em 2011, o que equivale a um crescimento real de R\$ 5,5 bilhões. Nesse mesmo período, o PIB do conjunto dos MIC cresceu R\$ 14,2 bilhões, saindo de R\$ 22,4 bilhões, em 2000, para R\$ 36,6 bilhões em 2011. Em termos comparativos, observa-se que o PIB de Niterói registrou um desempenho melhor do que o conjunto dos MIC entre os anos 2000 e 2004, quando o mesmo aumentou sua participação no total do produto gerado pela

região, passando de 36,3%, em 2000, para 38,3% em 2004. Após quedas em 2005, 2006 e 2008, esta participação se eleva continuamente em sequência, atingindo 37,3% em 2011. Em relação aos demais municípios da região analisada, verifica-se que Niterói encontra-se na primeira posição em termos de maior produto agregado no ano de 2011.

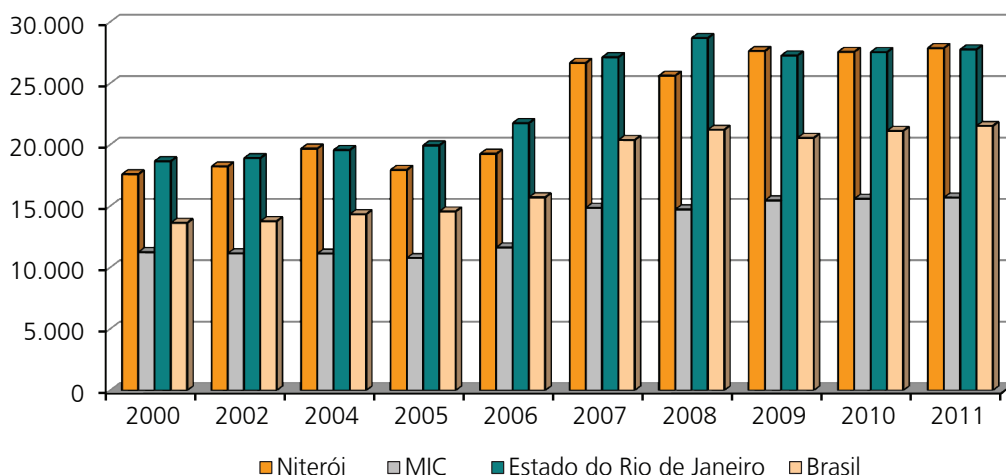
O PIB *per capita* do município de Niterói cresceu em R\$ 10.278,00 passando de R\$ 17.605,00 em 2000, para R\$ 27.883,00 em 2011, equivalendo a um aumento de 58,4% entre os anos analisados. Em Paralelo, o PIB *per capita* registrado no conjunto dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil cresceu 39,5%, 48,7% e 57,8%, respecti-

PIB do município de Niterói e participação no PIB da região dos MIC de 2000 a 2011 (em R\$ 1000,00 de 2011)



Fonte: IBGE (sistema de contas nacionais) e estimativas da Equipe de Economia.

PIB *per capita* do município de Niterói, da região dos MIC, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil entre 2000 e 2011 (valores *per capita* em R\$ de 2011)



Fonte: IBGE (sistema de contas nacionais) e estimativas da Equipe de Economia.

vamente, entre os anos de 2000 e 2011. Desta forma, no último ano do período (2011), o PIB *per capita* registrado pelo conjunto dos MIC foi de R\$ 15.706,00 ao passo que no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil os montantes registrados foram de R\$ 27.767,00 e R\$ 21.536,00. Em comparação com os demais municípios da área de influência direta do Comperj, notamos que Niterói ficou na segunda posição em termos de maior PIB *per capita* em 2011, posicionando-se atrás do município de Casimiro de Abreu.

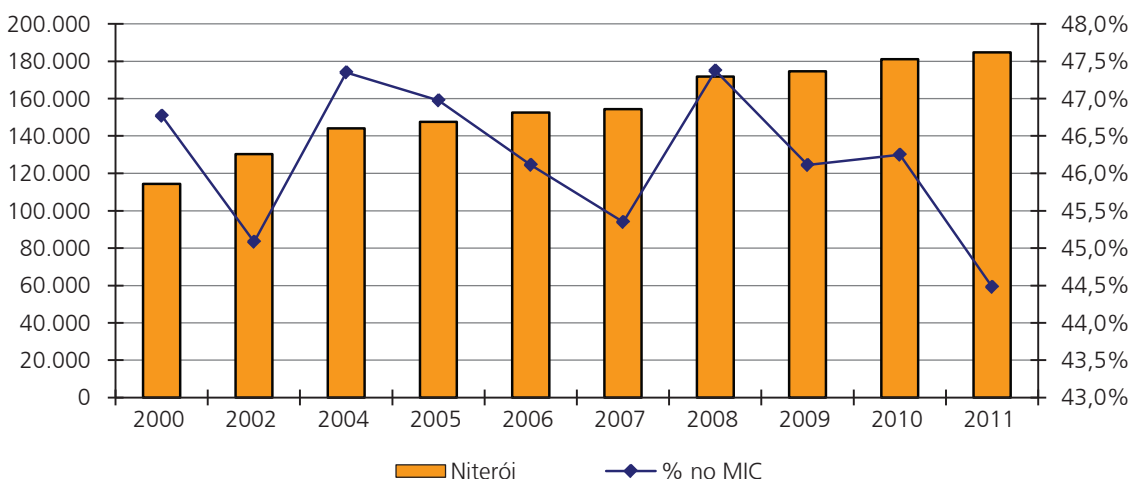
Entre os anos 2000 e 2011, o total de empregos formais contabilizados no município de Niterói cresceu 61,5%, evoluindo de 114.393 para 184.769

postos de trabalho. Apesar disso, Niterói reduziu sua participação no total de empregos criados na região de influência direta do Comperj de 46,7%, em 2000, para 44,5% em 2011. Cabe destacar que nesse mesmo período o número de postos de trabalho gerados no conjunto dos MIC passou de 244,5 mil para 415,4 mil. Em comparação com os demais municípios impactados pelo Comperj de forma direta, nota-se que, em 2011, Niterói ocupou a primeira posição em termos de quantidade de emprego formal.

A taxa de desemprego estimada para o município de Niterói passou de 14,1%, em 2000, para 6% em 2011,

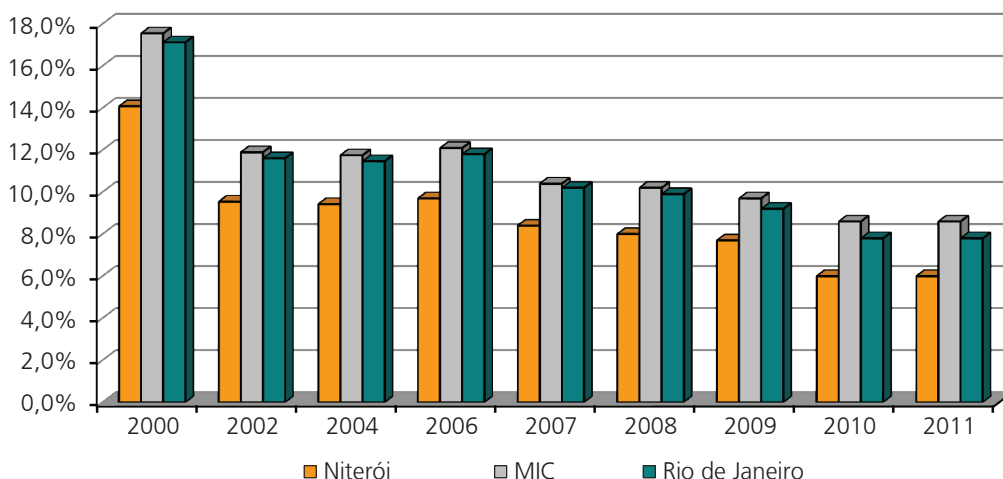
ficando abaixo das taxas de desemprego estimadas tanto para o Estado do Rio de Janeiro (7,8% em 2011) quanto para o conjunto dos MIC (8,6% em 2011). Em paralelo, nota-se que durante o período analisado a queda da taxa de desemprego no município de Niterói foi de 8,1 pontos percentuais, ao passo que no Estado do Rio de Janeiro e no grupo de municípios que compõem a região de influência direta do Comperj as quedas foram de 9,3 e 8,9 pontos percentuais, respectivamente. Em comparação com os outros municípios analisados, Niterói registrou, em 2011, a primeira posição em termos de menor taxa de desemprego.

Evolução do emprego formal no município de Niterói e participação no total de empregos na região dos MIC entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

Evolução da taxa de desemprego no município de Niterói, na região dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2011



Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010, Pnad e PME) e estimativas da Equipe de Economia.

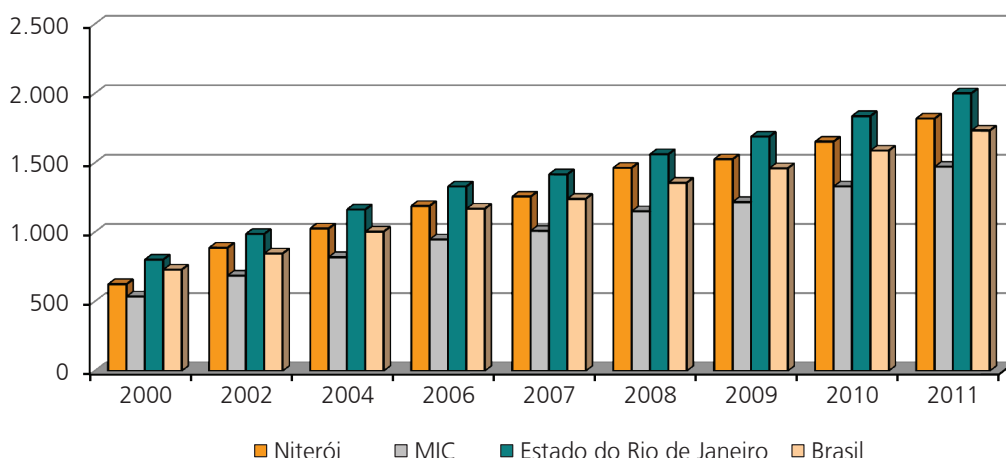
A remuneração média mensal da mão de obra formal empregada no município de Niterói passou de R\$ 626,00 em 2000, para R\$ 1.820,00 em 2011, o que significa um acréscimo nominal de R\$ 1.194,00. Em paralelo, os aumentos nominais da remuneração média mensal do trabalho formal no âmbito dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil foram de R\$ 936,00 R\$ 1.199,00 e R\$ 1.002,00 entre os anos analisados. Com isso, em 2011, a remuneração média mensal registrada para o trabalho formal foi de R\$ 1.472,00 para os municípios da área de influência direta do Comperj, R\$ 2.002,00 para o Estado do Rio de Janeiro e R\$ 1.733,00 para

o Brasil. Em comparação com os MIC, Niterói ocupou a primeira posição em termos de maior remuneração média mensal em 2011.

Um aspecto importante das atividades econômicas diz respeito ao grau de concentração (ou diversificação) dos setores produtivos existente, em uma localidade qualquer. Nesse contexto, quanto maior for o índice de Herfindhal, mais concentrada e, por consequência, menos diversificada é a estrutura produtiva da região em análise. Com isso, verificamos que o município de Niterói apresentou um grau de concentração bastante próximo ao observado no conjunto dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil,

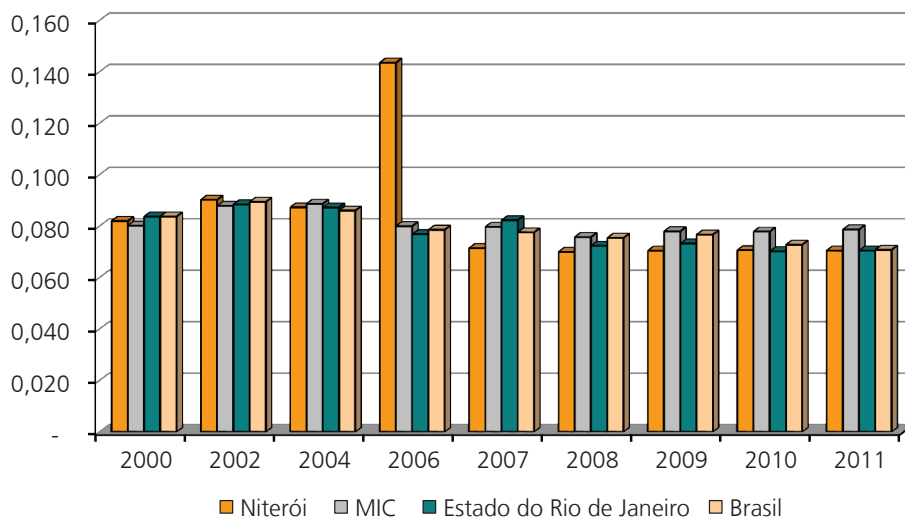
com exceção do ano de 2006. Entre os anos 2000 e 2011, o grau de concentração registrado no município de Niterói diminuiu em 14%, enquanto nos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil foram observadas que das respectivas de 1,9%, 15,8% e 15,4, sugerindo um aumento na diversificação das atividades econômicas nessas regiões. Em comparação com os municípios influenciados diretamente pelo Comperj no ano de 2011, nota-se que Niterói posicionou-se em décimo lugar em termos de estrutura produtiva mais concentrada, ficando atrás de Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Maricá, Guapimirim, Magé, Cachoeiras de Macacu, Tanguá, Itaboraí e São Gonçalo.

Evolução da remuneração média mensal no município de Niterói, na região dos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

Evolução do índice de concentração produtiva (índice de Herfindhal - dois dígitos) entre 2000 e 2011



Fonte: Elaborado pela Equipe de Economia a partir dos dados da Rais (MTE).

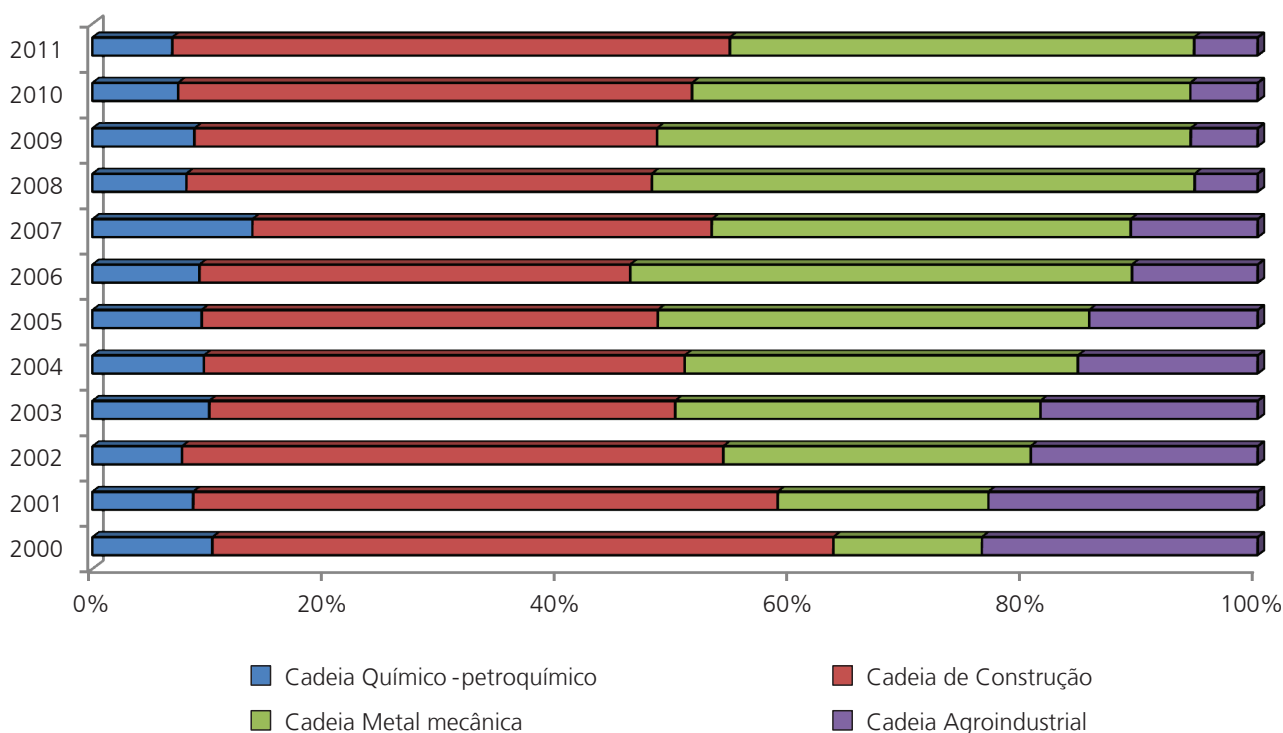
No que se refere à estrutura produtiva do município de Niterói, é possível considerar um recorte a dois dígitos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para identificar as atividades econômicas mais relevantes para a geração de empregos, bem como aquelas nas quais o município encontrava-se relativamente mais especializado no ano 2011. No município analisado, 64% do emprego estava concentrado nas atividades de comércio varejista, educação, administração pública, defesa e seguridade social, atividades de atenção à saúde humana, serviços para edifícios e atividades paisagísticas, alimentação, fabricação de outros equipamentos de transporte (exceto veículos automotores) e transporte terrestre. Por outro lado, verificou-se maior especialização relativa do emprego nas seguintes atividades: outros equipamentos de transporte (exceto veículos automotores), transporte aquaviário, atividades de apoio à extração de minerais, coleta, tratamento e disposição de resíduos, recuperação de materiais, manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamen-

tos, educação, outras atividades de serviços pessoais, pesca e aquicultura.

Em relação ao emprego gerado pelas quatro cadeias produtivas selecionadas para investigação: agroindustrial, químico-petroquímica, metal-mecânica e construção civil, verifica-se que no município de Niterói as cadeias produtivas da construção civil e metal-mecânica foram as mais dinâmicas em termos de postos de trabalho criados. Em 2000, essas cadeias produtivas (construção civil e metal-mecânica) geraram 66% (dos quais 53,3% estavam associados à cadeia da construção civil) do total dos empregos oriundos das cadeias produtivas investigadas, enquanto em 2011 essa participação passou para 87,7% (dos quais 47,8% estavam vinculados à cadeia da construção civil), evidenciando uma diminuição na participação das demais cadeias (químico-petroquímico e agroindustrial). Cabe destacar ainda que, entre os anos do período 2000-2011, houve uma queda na importância das cadeias químico-petroquímico (que passou de 10,3% para 6,8%) e agroindustrial (que passou de 23,7% para 5,5%) no total de

empregos criados pelo conjunto das atividades econômicas que compõem as cadeias produtivas estudadas.

Distribuição dos empregos gerados nas cadeias produtivas selecionadas no município (em %) entre 2000 e 2011



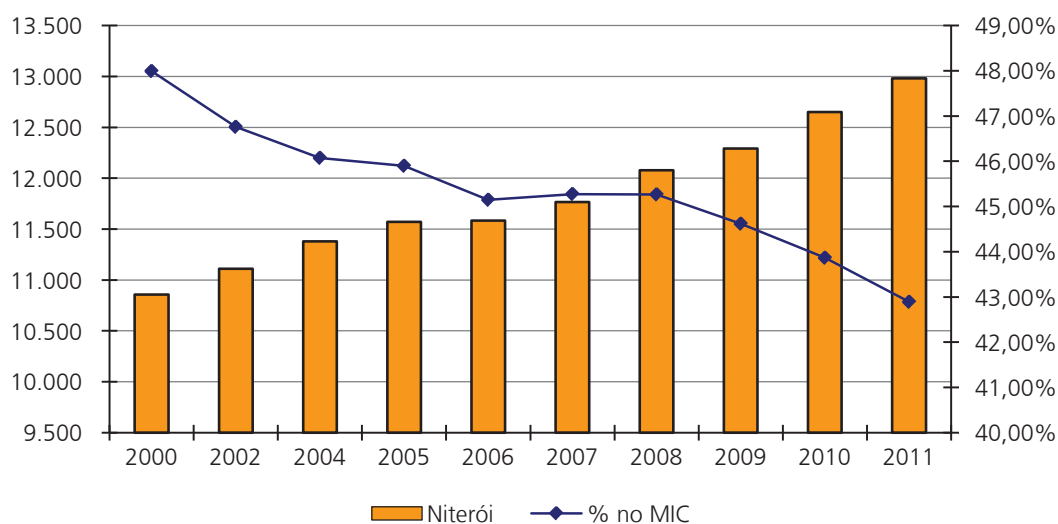
Fonte: Rais (MTE).

O número de pequenas e médias empresas (PMEs) no município de Niterói passou de 10.857, no ano 2000, para 12.982 em 2011, o que corresponde a um aumento de 19,6%. Apesar desse crescimento, a participação do município de Niterói no total de PMEs dos MIC sofreu um pequeno decréscimo de 48% para 42,9% entre os anos de 2000 e 2011. Em comparação com os demais municípios da área influenciada pelo Comperj no ano de 2011, Niterói posicionou-se em primeiro lugar em termos de maior quantidade de PMEs.

No que se refere ao total de empregos gerados por Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no município Niterói,

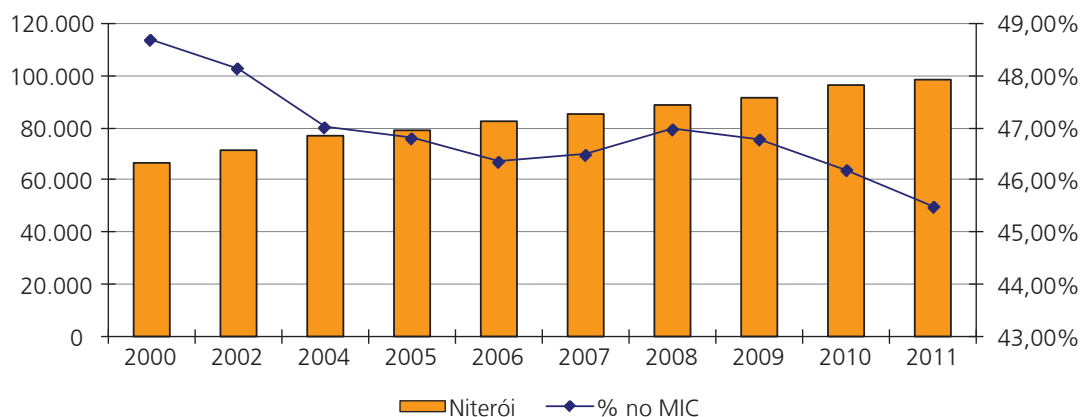
verifica-se um crescimento da ordem de 47,7% entre os anos de 2000 e 2011. Isto é, um aumento de 31.857 postos de trabalho, passando do montante de 66.809 em 2000, para 98.666 empregos em 2011. Apesar desse crescimento, a participação dos empregos gerados por PMEs em Niterói no total de empregos criados por empresas similares no conjunto de municípios influenciados diretamente pelo Comperj decresceu de 48,7% para 45,5% entre os anos de 2000 e 2011. Em comparação com os MIC no ano de 2011, Niterói registrou a primeira posição em termos de maior número de empregos gerados por PMEs.

Evolução do número total de PMEs no município de Niterói entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

Evolução do total de empregos gerados pelas PMEs no município de Niterói entre 2000 e 2011



Fonte: Rais (MTE).

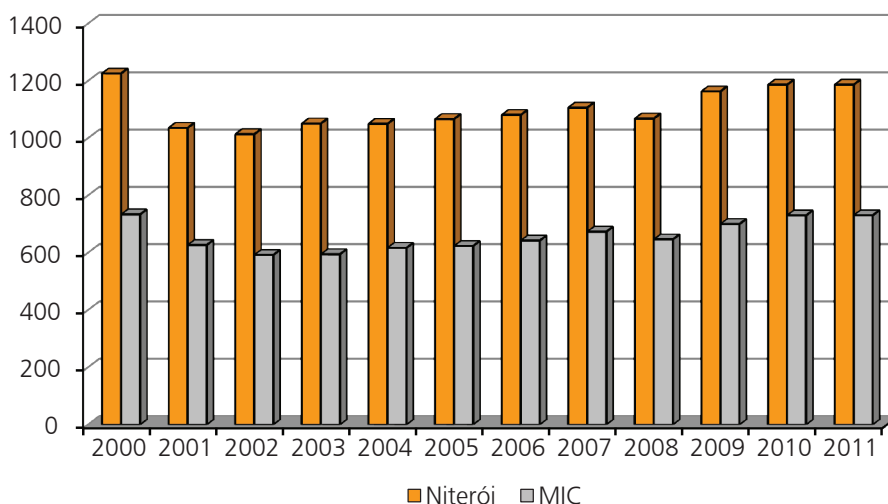
O consumo de eletricidade *per capita* diminuiu no município de Niterói entre os anos de 2000 e 2002, passando então a evoluir de forma relativamente estável entre 2003 e 2004 e voltando a crescer até 2011. Na comparação entre os anos de 2000 e 2011, verifica-se que em Niterói houve uma queda no consumo *per capita* de energia elétrica de 3,2%, enquanto que na região dos MIC observou-se uma queda de 0,4%. Cabe destacar que o município de Niterói, ao longo de todo o período, apresentou níveis de consumo *per capita* de eletricidade em patamar superior ao

observado no conjunto dos MIC. Como reflexo, no ano de 2011, o município de Niterói posicionou-se em primeiro lugar em termos de maior nível de consumo *per capita* de energia elétrica entre os municípios da região.

O município de Niterói apresentou um cenário de *superávit* orçamentário em grande parte dos anos analisados entre 2000 e 2011, com exceção dos anos de 2000, 2008 e 2009 (nos quais foram registrados pequenos déficits). Em paralelo, o conjunto de municípios da área de influência do Comperj e o Estado do Rio de Janeiro apresentaram

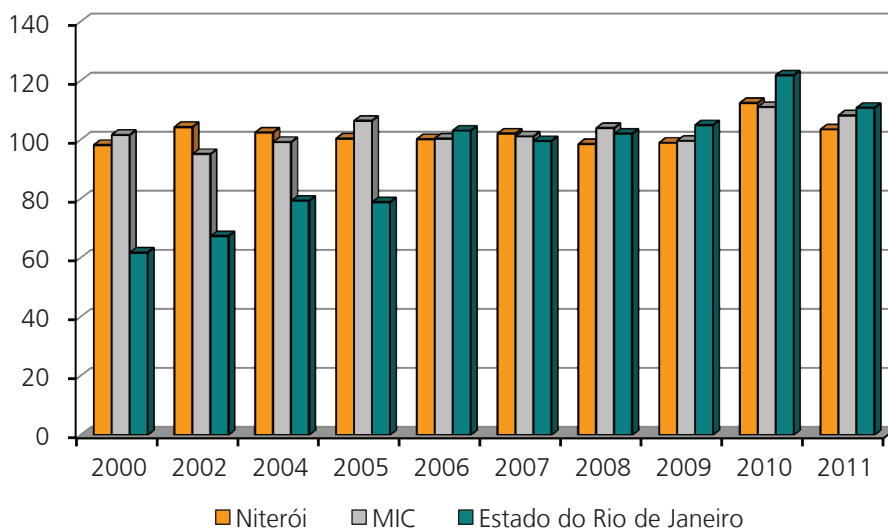
ao longo do período considerado, sobretudo a partir de 2006, *superávits* orçamentários. Cabe destacar que, em 2011, o *superávit* orçamentário registrado em Niterói foi de 3,6%, enquanto no conjunto dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro estes saldos chegaram a 8,3% e 11%, respectivamente. Em comparação com os demais municípios analisados no ano de 2011, Niterói posicionou-se em sétimo lugar em termos de maior *superávit* orçamentário, ficando atrás de Casimiro de Abreu, Tanguá, Itaboraí, Rio Bonito, Maricá e Cachoeiras de Macacu.

Evolução do consumo *per capita* de eletricidade (KWh/habitante) no município de Niterói e na região dos MIC entre 2000 e 2011



Fonte: Ceperj/Aneel.

Evolução do equilíbrio orçamentário no município de Niterói, na região dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2011



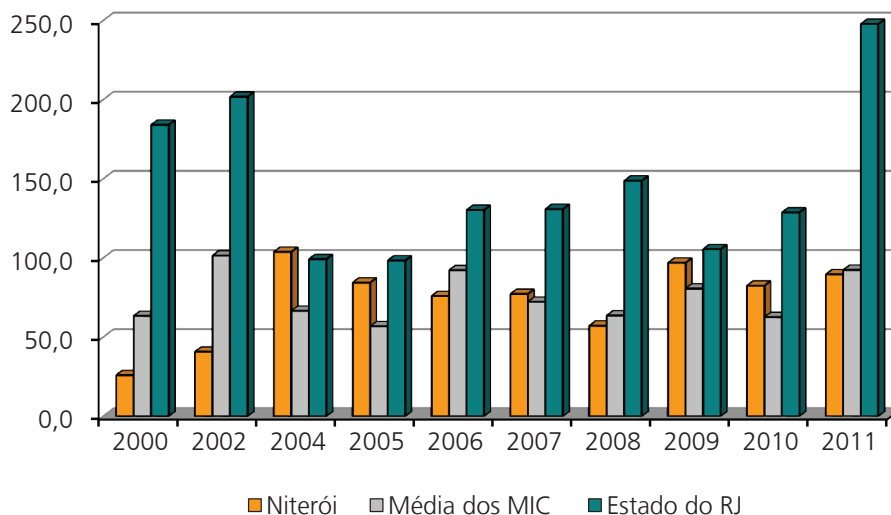
Fonte: Finbra – STN, 2000-2011.

A análise dos investimentos feitos pelos municípios em relação ao tamanho de suas populações (investimento *per capita*) mostra um aumento da capacidade de investimento dos MIC. Entre os anos analisados, o investimento *per capita* dos MIC passou de R\$ 63,4, em 2000, para R\$ 92,5 em 2011. Entretanto, o patamar de investimento

per capita dos MIC ficou abaixo da média do Estado do Rio de Janeiro durante todo o período. Em relação ao município de Niterói, pode-se notar que o investimento *per capita* oscilou bastante ao longo do período considerado, tendo partido de um nível particularmente baixo no início do período analisado. Em 2000, o montante do investimento

municipal por habitante foi de R\$ 26, que passou para R\$ 103,9, em 2004, e chegou a R\$ 89,7 em 2011. Em função deste crescimento, o município de Niterói posicionou-se em quinto lugar em termos de maior investimento *per capita* em 2011, ficando atrás do município de Maricá, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu e São Gonçalo.

Evolução do investimento *per capita* no município de Niterói, na região dos MIC e no Estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2011



Fonte: Finbra – STN, 2000-2011.

Nesta meta, destaca-se o indicador referente à taxa de mortalidade geral, pois este é um indicador das condições gerais de saúde de uma população e está diretamente relacionado às condições materiais de vida. Assim, a mensuração deste indicador é uma forma aproximada de análise da infraestrutura existente em uma dada área.

No município de Niterói a taxa de mortalidade geral apresentou pouca variabilidade no período de 2000 a 2011. Houve pequenos aumentos e decréscimos durante o período, variando de 6.32 (por mil habitantes) em 2008 a 7.35 (por mil habitantes) em 2010. Entre 2000 a 2005, verificam-se pequenas reduções, exceto em 2002. Em 2006 ocorre leve aumento na taxa, seguida de redução em 2007 e 2008. Em 2009 e 2010 ocorre novo aumento na taxa e em 2011 nova redução.

As taxas de Niterói apresentaram-se durante todo o período de 2000 a 2011 abaixo das médias do conjunto de

municípios de influência do Comperj. Entretanto, no período de 2000 a 2004, a taxa municipal foi superior à média encontrada no Estado do Rio de Janeiro. No período de 2005 a 2011 a taxa de Niterói apresentou-se abaixo da taxa estadual.

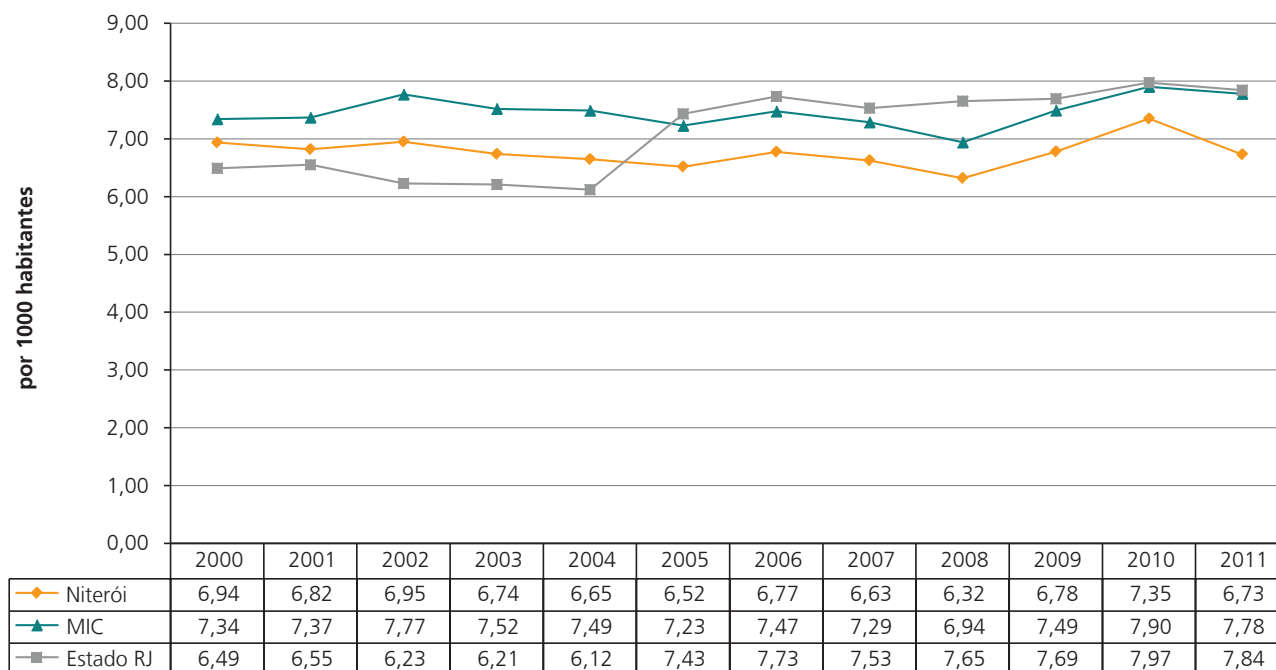
Nesta meta, um dos indicadores destacado é a mortalidade por acidentes de transporte, pois acidentes de transporte matam 1,2 milhões de pessoas ao ano, com uma média de 3.242 pessoas todo dia. Nesta meta, também se ressalta o indicador de mortalidade por agressões, pois a violência é uma das principais causas de morte na população de idade compreendida entre 15 e 44 anos e é responsável por 14% das mortes na população masculina e de 7% na feminina.

Além disso, causam lesões incapacitantes em 20 a 50 milhões de pessoas por ano, e são a 11ª causa de mortes, além de provocar 2,1% das mortes no mundo.

No município de Niterói a taxa de mortalidade por acidentes de transporte apresentou variabilidade no período de 2000 a 2011. Entre 2000 e 2006, nos três primeiros anos observou-se uma tendência de redução nas taxas, diminuindo de 17,48 em 2000 para 11,00 por 100 mil habitantes em 2002. No segundo triênio observou-se uma estabilidade das taxas, ficando estas em torno de 13 a 14 óbitos por acidentes de transporte para cada 100 mil habitantes. No último triênio observou-se uma tendência de redução nas taxas, sendo a taxa encontrada em 2008 (5,00 por 100 mil habitantes) a menor de todo o período analisado. Em 2009 ocorre aumento da taxa, seguido de leve redução para o ano 2010 e aumento significativo em 2011.

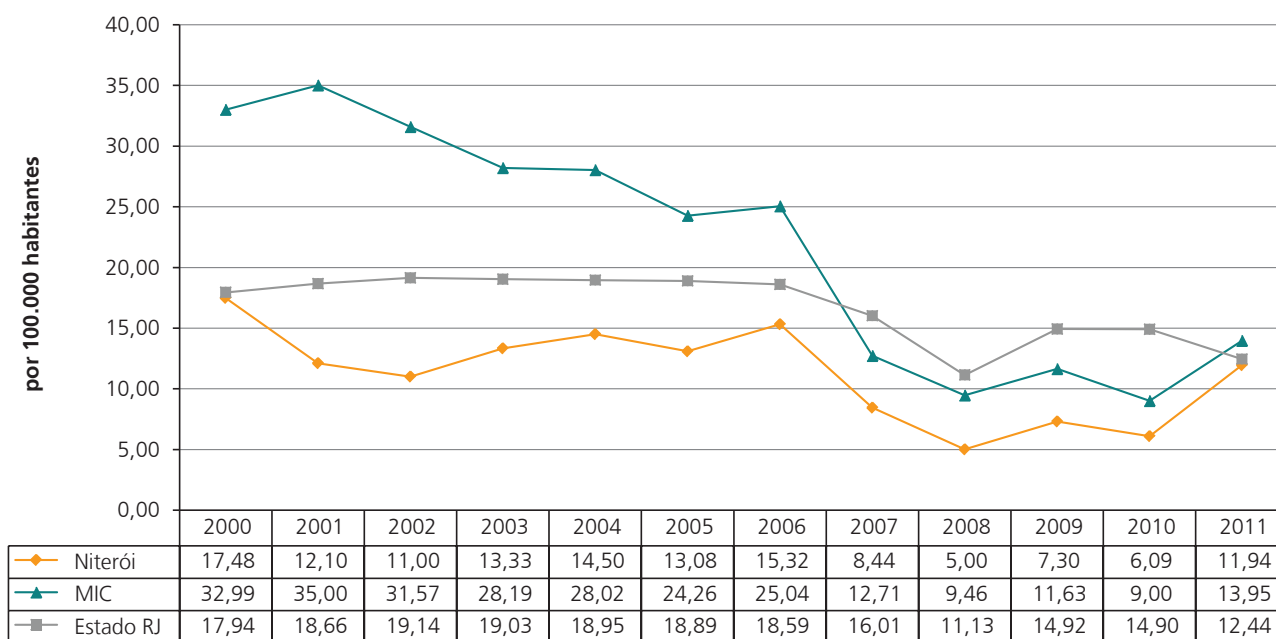
Durante todo o período as taxas de Niterói encontravam-se abaixo das médias da região do conjunto de municípios de influência do Comperj e do Estado do Rio de Janeiro.

Taxa de mortalidade geral padronizada. Município de Niterói. Período 2000 a 2011



Fonte: SIM/Datasus.

Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito padronizada - Município de Niterói. Período 2000 a 2011



Fonte: SIM/Datasus.

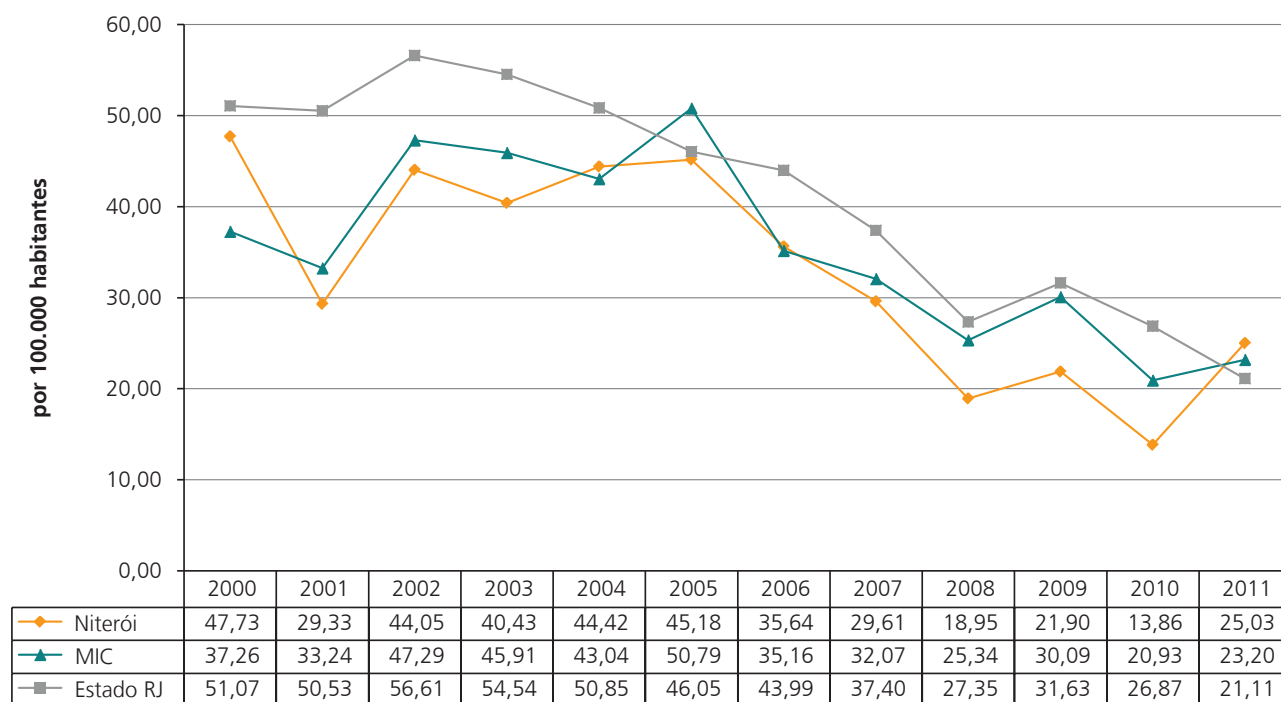
A ocorrência de mortes violentas nos espaços urbanos vem sendo associada a alguns fatores existentes nesses ambientes como: concentração populacional elevada, desigualdades na distribuição de riquezas, iniquidade na saúde, impessoalidade das relações, alta competição entre os indivíduos e grupos sociais, fácil acesso a armas de fogo, violência policial, abuso de álcool, impunidade, tráfico de drogas, estresse social e baixa renda familiar. A violência é uma das principais causas de morte na população de idade compreendida entre 15 e 44 anos e é responsável por 14% das mortes na população masculina e de 7% na feminina.

No município de Niterói a taxa de mortalidade por agressões apresentou variabilidade no período de 2000 a 2011. Entre 2000 a 2006, nos três primeiros anos observou-se também instabilidade nas taxas. A taxa mais alta nesse triênio foi encontrada no ano 2000 (47,73 por 100 mil habitantes), sendo esta a maior de todo o período analisado. No segundo triênio observou-se uma leve ascendência nas taxas, aumentando de 40,43 em 2003 para 45,18 por 100 mil habitantes em 2005.

Em seguida, a partir do ano de 2006 até 2008, a taxa teve uma pequena tendência de redução. Em 2009 houve um aumento na taxa, seguida de leve redução em 2010 e novo aumento em 2011. A taxa em 2010 foi a menor de todo o período analisado.

No primeiro triênio as taxas de Niterói encontravam-se abaixo das médias do conjunto de municípios de influência do Comperj em 2001 e 2002, já no segundo triênio as taxas do município foram inferiores às da região em 2003 e 2005. De 2007 e 2010 o município também apresentou taxas menores das encontradas na região. Em 2011 a taxa municipal foi superior à taxa regional. As taxas de Niterói apresentaram-se durante todo o período analisado, exceto em 2011, abaixo das médias do Estado do Rio de Janeiro.

Taxa de mortalidade por agressões padronizada - Município de Niterói. Período 2000 a 2011



Fonte: SIM/Datasus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P; FARIA, C. **Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário.** Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Abep, Caxambu, 1998.

ALFONSIN, B. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras.** *Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal*, 1997.

AMARAL, D; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, R. **O Leste Fluminense, o COMPERJ e a questão urbano-habitacional.** In: OLIVEIRA, F. L.; COSTA, S. M.; CARDOSO, A. L. *Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte.* Rio de Janeiro: s. n., 2007.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A Qualidade do Ensino na Escola Pública.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BIENENSTEIN R.; AMARAL, D. **Regularização fundiária plena em terras da união: Desafios e perspectivas.O caso do assentamento Vila Esperança, São Gonçalo - RJ - Brasil.** Trabalho apresentado no XIII ENAnpur, 2009.

BIENENSTEIN, R. **Redesenho urbanístico e participação social em processos de regularização fundiária.** Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

BOLAFFI, G. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema.** Em: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade).* São Paulo, Alfa-Omega, p. 37-70, 1982.

BONDUKI, N. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida.** *Teoria e Debate*, v. 82, 2009.

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** *Arq. urb-Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, Nº1, 2008.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** *Estação Liberdade*, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf. Acesso em 10 de mai. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos do Ministério das Cidades: Habitação. **Política Nacional de Habitação.** Caderno 4. Brasília, DF: Governo Federal, 2004. (Série de Cadernos MCidades)

CARDOSO, A. **Habitação de interesse social: política ou mercado? reflexos sobre a construção do espaço metropolitano.** Trabalho apresentado no XIV ENANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

CARDOSO, A. **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.** Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído-ANTAC, 2007.

CARDOSO, A. **Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas.** *IPPURI/UFRRJ: MON*, v. 17, 2006.

CARDOSO, A. **Política nacional de urbanização e regularização de assentamentos precários,** Ministério das Cidades, Brasília, DF, 2003.

CAVALLIERI, F.; OLIVEIRA, S. **"A melhoria das condições de vida dos habitantes de assentamentos precários no Rio de Janeiro: uma avaliação preliminar da Meta 11 dos Objetivos do Milênio."** Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.

CDC. **Centers for Disease Control, Dengue.** Acesso 27 abril de 2011. <http://www.cdc.gov/dengue/epidemiology/index.html>.

DONALÍSIO, M. R.; GLASSER, C. M. **Vigilância Entomológica e Controle de Vetores do Dengue.** Rev. Bras. Epidemiol. 2002; 5(3):259-272.

DUARTE,S. **Direito à moradia, políticas públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional: os desafios do Programa Minha Casa, Minha Vida.** *Dissertação de Mestrado.* UERJ, 2011.

ELALI, G. **Mais do que paredes: algumas considerações sobre aspectos subjetivos da habitação.** II Congresso Brasileiro e I Ibero americano Habitação Social – Ciência e Tecnologia. Florianópolis, 2006.

FERNANDES,E. **Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas.** XV, p. 597-616, 2007.

FERNANDES,E. **A nova ordem jurídico-urbanística no Brasil. Direito urbanístico. Estudos Brasileiros e Internacionais.** Belo Horizonte: *Del Rey/Lincoln Institute*, p. 3-23, 2006.

FIX, M. **Financeirização e Transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil.** *Tese de Doutorado.* Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FIX, M; ARANTES,P. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida.** *Correio da Cidadania*, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA DO AMBIENTE, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE INEA. **O estado do ambiente** - Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro 2010. Rio de Janeiro - SEA/INEA – 2011.

HONÓRIO, N. A.; SILVA, W. C.; LEITE, P. J.; GONÇALVES, J. M.; LOUNIBOS, L. P.; LOURENÇO-DE-OLIVEIRA, R. **Dispersal of *Aedes aegypti* and *Aedes albopictus* (Diptera: Culicidae) in an urban endemic dengue area in the state of Rio de Janeiro, Brazil.** Mem Inst Oswaldo Cruz 2003; 98:191-8.

HONÓRIO, N. A.; CASTRO, M. G.; BARROS, F. S. M.; MAGALHÃES, M. A. F. M.; SABROZA, P. C. **The spatial distribution of *Aedes aegypti* and *Aedes albopictus* in a transition zone, Rio de Janeiro, Brazil.** Cad. Saúde Pública 2009; 25(6): 1203-1214.

HWA, Chou Sin e HORA, Monica de G. Massera - **Projeto Macacu – Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu**, Rio de Janeiro: FEC/UFF, PETROBRÁS AMBIENTAL, 2009 e 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008.**

LAGO, L. **Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana.** Cadernos MetrÓpole ISSN 2236-9996, n. 09, p. 119-133, 2003.

LAGO, L. **Política urbana e a questão habitacional: novas tendências face à crise econômica brasileira.** *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Ano VI, n. 1, p. 41-47, 1992.

LIMA, A. **Gestão urbana e políticas de habitação social: Análise de uma experiência de urbanização em favelas.** *Annablume*, 2012

LÜDCKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARICATO, E. **"O impasse da política urbana no Brasil."** *Petrópolis, RJ: Vozes*, 2011.

MARICATO, E. **A nova política nacional de habitação.** *O Valor*, 2005.

MARICATO, E. **Habitação e cidade.** *Atual*, 1998.

MARQUES,E. **"Assentamentos precários no Brasil urbano."** Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

MEDRONHO, R. **Dengue e o ambiente urbano.** *Rev Bras Epidemiol* 2006; 9: 159-161.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual nacional de vigilância laboratorial da tuberculose e outras micobactérias / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica.** – Brasília : Ministério da Saúde, 2008. 436 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portal da Saúde.** http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31115 (acesso: 30 de novembro 2012).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO. **Proposta de Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB.** Brasília – abril/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. **Plano municipal de saneamento básico** – Relatório Base - Gerencial Consultoria e Participações – maio/2010.

RIBEIRO,L.C; AZEVEDO, S. **A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses.** A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro, *Editora UFRJ*, 1996.

RIBEIRO,L.C. **Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação.** SILVA, A. Machado da (Org.) Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: *Zahar*, 1982.

ROLNIK, R. (Org.) **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida:** implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: *Ministério das Cidades*, 2010.

ROLNIK, R;CYMBALISTA ,R. **"Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social."** Vol. 29. *POLIS*, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas.** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS** – 2009 e 2010 – Brasília: MCIDADES.SNSA, 2011.

TAUIL, PL. **Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil.** *Caderno de Saúde Pública*; 2002:18(3): p.867-71.

VALLADARES, L. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** *Zahar* Editores, 1978.

WHO, World Health Organization - **Global Alert and Response. Impact of Dengue.** Acesso 27 abril de 2011 <http://www.who.int/csr/disease/dengue/impact/en/>

WITAKER, J. S. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil Urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. *Editora FUPAM*. 1ª edição: São Paulo, 2012.

REALIZAÇÃO



ISBN 978-85-228-0923-3



9 788522 809233